EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

exercício 91

ÍNDICE

I - RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 3

- Introdução 5

Súmula 5

Situação económica e energética 7

- A Actividade Empresarial em 1991 11

Relações com os clientes 11

Exploração 17

Aprovisionamento e normalização 22

Desenvolvimento do sistema electroprodutor ... 24

Organização e recursos humanos 31

Desenvolvimento dos sistemas de informação de gestão 35

Evolução económica e financeira 36

Considerações finais 49

II - BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXOS 53

III - ANEXO ESTATÍSTICO 73

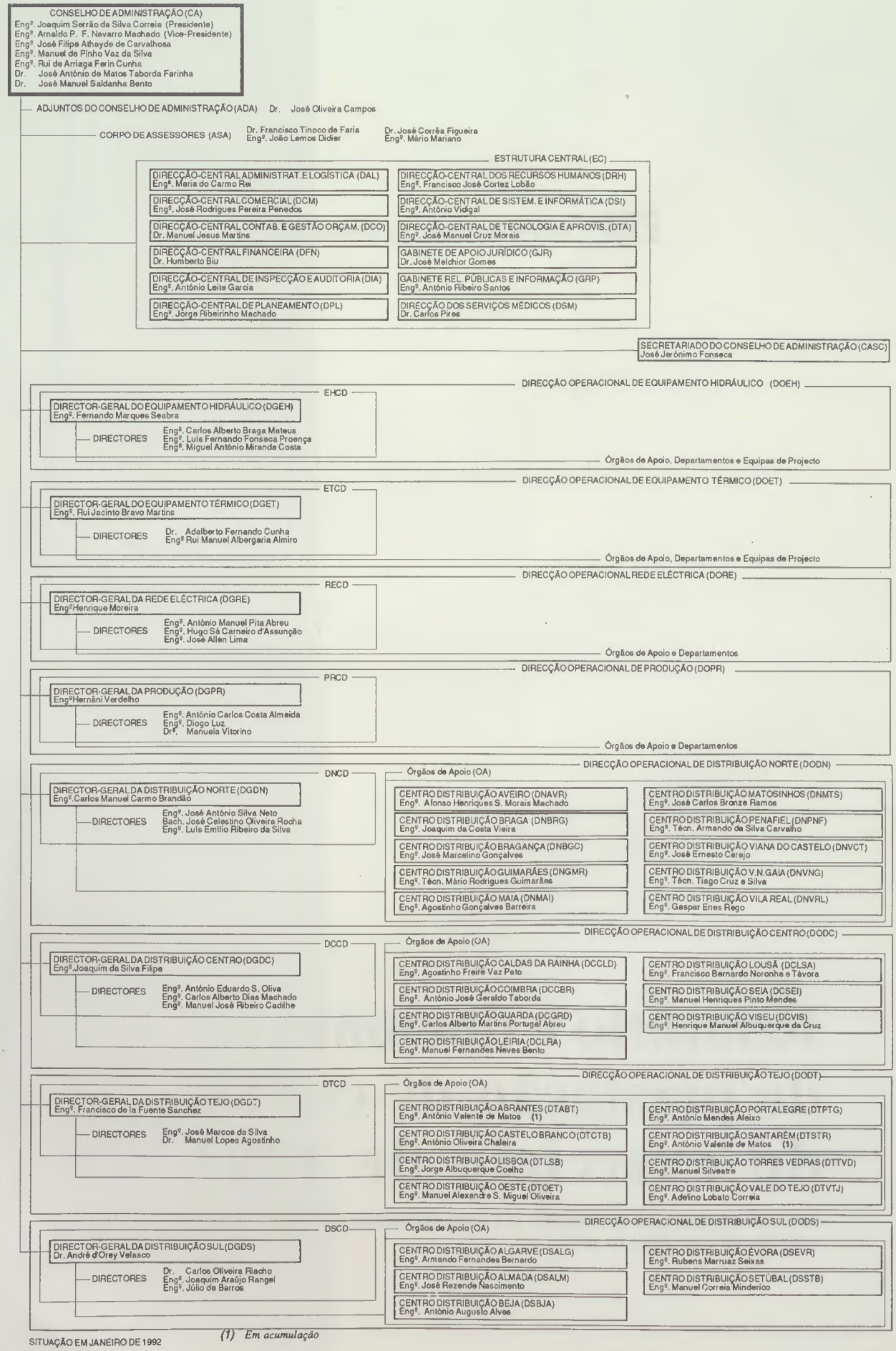
IV - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL 83

V - CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 89

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

Relatório e documentos de prestação de contas do exercício de 1991

Relatório e Documentos de Prestação de Contas aprovados em Assembleia Geral realizada em 7 de Abril de 1992.



SITUAÇÃO EM JANEIRO DE 1992

(1) Em acumulação

I – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INTRODUÇÃO

SÚMULA

O exercício de 1991 consolidou a recuperação económica e financeira da Empresa iniciada em 1989.

O suporte político para a resolução dos problemas — consubstanciado na publicação de diplomas legais expressando claramente a vontade de solucionar problemas que ultrapassavam a capacidade de decisão da EDP — foi decisivo para o êxito das acções desencadeadas:

— No plano interno da Empresa estabeleceram-se objectivos estratégicos, apontando para a modernização técnica e administrativa e consequente reajustamento dos recursos humanos;

— Nas relações da Empresa com o exterior implementou-se uma política de rigor e qualidade na gestão comercial, traduzida quer pela cobrança dentro dos prazos legais da facturação da electricidade, quer pela mudança de atitude, promovendo-se uma maior aproximação aos clientes.

O sentido dos resultados inverteu-se a partir de 1989, com uma evolução positiva e crescente, situando-se em 1991 na ordem dos 14,3 milhões de contos.

Este resultado representa um acréscimo de 40% em relação a 1990 depois de previamente provisionados os créditos de cobrança duvidosa, nos seus limites fiscais, e reforçada em 36,3 milhões de contos a provisão para perdas potenciais em outros créditos sobre clientes gerais. Dotou-se, ainda, o Fundo de Pensões com uma verba superior a 8,2 milhões de contos, situando o seu saldo acumulado em cerca de 18,4 milhões de contos.

Para este nível de resultados contribuiu, necessariamente, a política de contenção de custos, mas foram factores determinantes sobretudo:

— A procura da electricidade que aumentou 4,8% em relação a 1990;

— Um custo financeiro não excessivamente penalizado pelas variações cambiais — a perda não ultrapassou 5,1 milhões de contos;

— Um preço estabilizado dos combustíveis — para uma produção térmica superior em 7,1% à de 1990 os custos dos combustíveis agravaram-se apenas em 3,2%;

— A redução dos efectivos de pessoal em 6,9%.

O sistema electroprodutor respondeu de forma adequada ao crescimento dos consumos de electricidade. Não havendo alterações significativas nas potências instaladas em centros produtores mantiveram-se os bons níveis de disponibilidade do equipamento existente.

O ano foi mais uma vez inferior à média em termos hidrológicos — coeficiente de hidraulicidade de 0,83 — embora ligeiramente superior a 1990. A componente de produção hidroeléctrica contribuiu, em consequência, apenas com 33% da produção total, respondendo a produção térmica e a importação com os restantes 67%.

No domínio financeiro reduziu-se o montante global dos créditos sobre clientes em cerca de 4 milhões de contos. Embora modesta, em termos relativos, esta redução tem um significado acrescido se se tiver em consideração que, normalmente, a parte dos créditos correntes aumenta em função do acréscimo de facturação (mais 19,3% relativamente a 1990). Registou-se alguma recuperação de créditos atrasados e, no que respeita às Autarquias, continuou a funcionar durante o ano o mecanismo de retenção de verbas através do FEF — Fundo de Equilíbrio Financeiro, nos casos em que não foi possível ainda estabelecer acordo, e, nos restantes casos prosseguiu a recuperação nos termos dos acordos estabelecidos.

A dívida de financiamento baixou de 1 035,4 milhões de contos em 31 de Dezembro de 1990 para 1 027,2 milhões de contos em 31 de Dezembro de 1991. Esta diminuição foi possível graças, por um lado ao nível de comparticipa-

ções e fundos comunitários recebidos (cerca de 22,9 milhões de contos no total) e, por outro lado, ao montante de recursos gerados internamente.

Na verdade, o cash-flow foi de 128,3 milhões de contos, excedendo o investimento a custos técnicos (125 milhões de contos) e proporcionando assim um apreciável nível de autofinanciamento.

Prosseguiu a expansão do sistema electroprodutor com a realização dos grandes empreendimentos em curso no sector da produção e com uma enorme multiplicidade de investimentos prioritários nas redes de transporte e da distribuição.

No final do ano encontravam-se em diferentes fases de desenvolvimento os aproveitamentos hidroeléctricos do Alto Lindoso, Touvedo, Pracana, Caldeirão, Sabugueiro II e Miranda II, não se tendo registado alterações significativas nos respectivos programas.

As centrais do Alto Lindoso e Touvedo entrarão em serviço em 1992 conforme previsto e acrescerão 656 MW à potência instalada no sistema, com uma produtibilidade hidroeléctrica, em ano médio, de 938 GWh.

O ritmo dos trabalhos na Central Termoeléctrica do Pego permite manter as datas chave estabelecidas para o respectivo serviço industrial: Abril de 1993 para o 1.º Grupo e Outubro de 1995 para o 2.º Grupo.

Esta Central que, quando completa, virá a integrar 4 grupos de 300 MW de potência, à semelhança da actual Central de Sines, será previsivelmente alienada ainda em 1992.

Decorre o período de apresentação de propostas, após terem sido disponibilizados os cadernos de encargos já no início do ano corrente e, caso a venda se venha a concretizar, espera-se que a Empresa possa no futuro dispor de maior capacidade de investimento nas redes de transporte e distribuição. De facto, embora o investimento em 1991 nestes sub-sectores tenha atingido mais de 62 milhões de contos (cerca de 50% do total) e aí se mantenha uma política de intervenção prioritária, há necessidade de lhes afectar maior volume de recursos, sob pena de se adiarem projectos de elevada prioridade e de se pôr em causa o nível da qualidade de serviço.

A modernização técnica e administrativa foi reforçada em 1991 com o desenvolvimento dos actuais sistemas de informação e com o lançamento de outros de grande relevância na actividade da Empresa.

Destaca-se o alargamento da implementação do SEGEC — Sistema Empresarial de Gestão Comercial, depois das boas indicações recolhidas do seu funcionamento em toda a região Sul do País, e o arranque dos trabalhos do SIRED — Sistema Integrado de Redes de Distribuição, que irá abranger as funções de planeamento, exploração e equipamento do sector da distribuição.

Consolidou-se em 1991 a filosofia de gestão por centros de resultados, sendo particularmente significativo o reforço da postura empresarial e a consequente atenção dos responsáveis aos resultados das suas unidades de gestão.

As relações internacionais, no que respeita à prestação de serviços em áreas para as quais a EDP dispõe de know-how de reconhecida qualidade foram finalmente transferidas para a INTERNEL, empresa associada que passou a gerir com total autonomia esta actividade.

Em meados do ano concretizou-se igualmente a criação da EDINFOR, empresa subsidiária da EDP, que terá como finalidade gerir autonomamente as estruturas informáticas existentes e prestar serviços no âmbito das suas especialidades.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 7/91 foi consagrada a passagem da Empresa a sociedade anónima e alterados os seus Estatutos.

As orientações expressas nesse diploma, posteriormente contempladas com outra legislação sobre o sector da electricidade, apontam claramente para a reestruturação da Empresa. Com esse objectivo promoveu-se, em 1991, a avaliação do património da EDP, recorrendo ao apoio de entidades especializadas, e iniciaram-se os estudos de reestruturação, que ainda decorrem, e que deverão conduzir à autonomização dos diferentes sectores de negócio hoje concentrados na Empresa.

Tratar-se-á, afinal, da consagração de soluções já em vigor na organização administrativa, onde foi dado mais um passo significativo em 1991 com

a criação de duas novas unidades orgânicas — uma para a produção, outra para o transporte e interligação — a partir da cisão da unidade onde anteriormente se concentravam as respectivas actividades.

Âmbito Internacional

Assistiu-se em 1991 a uma quase estagnação do nível de actividade económica mundial, cujo crescimento terá sido da ordem de 0, 2%; este resultado deve-se essencialmente à queda verificada no Produto dos países da Europa Central e Oriental (cerca de −18%), a par de reduções, ainda que moderadas, nos Estados Unidos (−0,4%), Canadá (−1,2%) e países da OPEC (−1,1%).

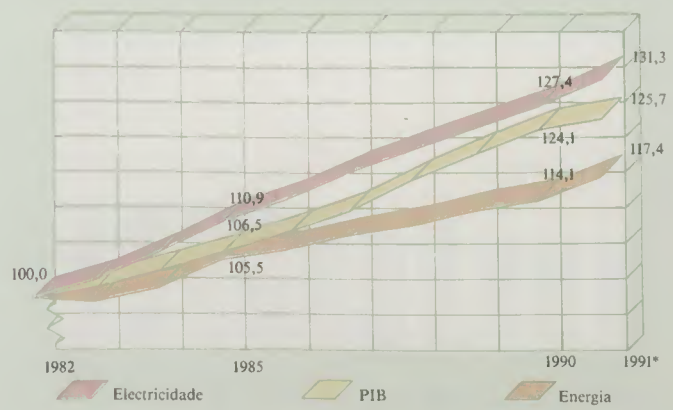
O comportamento das economias do Norte da América determinou um acréscimo, de apenas 1% no Produto dos países da OCDE, enquanto o crescimento económico da Comunidade Europeia se situou em 1,3%. Esta taxa representa um abrandamento muito significativo do ritmo de crescimento da Comunidade, depois de um andamento bastante favorável nos quatro anos anteriores, em que o Produto Interno Bruto cresceu a uma taxa média anual superior a 3%. Também o crescimento do consumo privado se reduziu de 3% em 1990, para cerca de 1,7% em 1991 e, por outro lado, as estimativas disponíveis apontam para uma redução no investimento da Comunidade em 1991 (em termos reais), facto que não ocorria desde 1981-82.

O comportamento desfavorável da economia da Comunidade conduziu a um abrandamento no crescimento do emprego, que deverá ter-se situado em 0,5%, taxa inferior ao crescimento da população activa; assim, a taxa de desemprego deverá ter aumentado para cerca de 8,6% em 1991.

Por outro lado, a redução na taxa de inflação foi muito pouco significativa: de acordo com estimativas da Comissão Europeia, o acréscimo no preço implícito no consumo privado passou de 5,2% em 1990 para 5,0% em 1991, facto que terá resultado essencialmente do crescimento dos salários nominais, a par de aumentos nos impostos indirectos, em vários países.

Apesar do abrandamento no ritmo de crescimento económico, o consumo energético apresentou-se bastante dinâmico, aumentando 2,9% em relação a 1990 — de acordo com estimativas da Comissão Europeia — o que implicou um acréscimo na intensidade energética da Comunidade. Por outro lado, o crescimento do consumo de electricidade excedeu os 3%, continuando assim a crescer a proporção da electricidade no consumo total de energia.

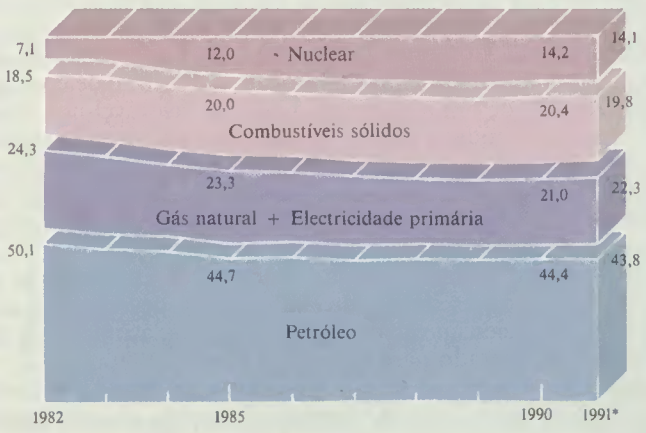
CONSUMO DE ENERGIA E DE ELECTRICIDADE EM RELAÇÃO AO PIB NA CEE
(Índices)



* Estimativa
Fontes: Eurostat, Energy; Energy in Europe e European Economy.

Relativamente à oferta de energia, o gráfico junto mostra que a contribuição da energia nuclear, depois de uma forte aceleração até 1988, estabilizou nos últimos 3 anos em cerca de 14%. Por outro lado, a parte relativa ao petróleo continua a baixar, situando-se já em menos de 44% do consumo de energia primária da Comunidade. Finalmente, interessa referir a crescente contribuição do gás natural, que em 1991 se situou ao nível dos combustíveis sólidos (quase 20%).

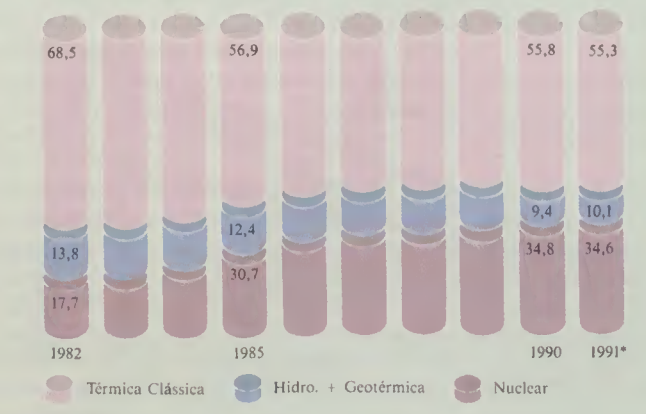
CONSUMO INTERNO BRUTO DE ENERGIA NA CEE (%)



* Estimativa
Fontes: Eurostat, Energy e Energy in Europe.

No caso particular da oferta de electricidade, não houve novos desenvolvimentos no ano de 1991; assim, o pequeno acréscimo verificado na produção hídrica, que se situou em cerca de 10% do total, apenas permitiu uma pequena redução na contribuição da produção térmica clássica, cujo contributo se manteve em cerca de 55% do total da produção.

ESTRUTURA DA PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE NA CEE (%)



* Estimativa
Fontes: Eurostat, Energy e Energy in Europe.

Âmbito Nacional

De acordo com estimativas apresentadas no Orçamento do Estado para 1992, o crescimento da economia portuguesa em 1991 situou-se em 2,5%, depois de ter apresentado uma forte expansão entre 1985 e 1990 (4,6% ao ano).

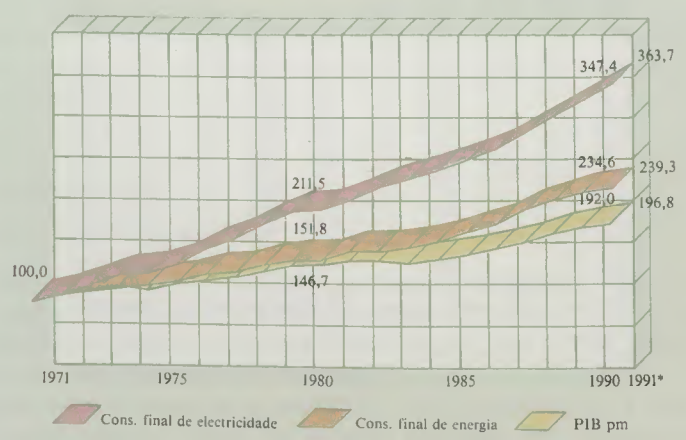
A principal determinante do crescimento económico em 1991 foi o consumo privado, cujo acréscimo deverá ter excedido 5%, em termos reais. Por outro lado, o ritmo de crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo sofreu uma redução muito significativa, tendo apresentado um acréscimo pouco superior a 3%. Este resultado pode ser explicado quer pela redução nas margens de lucro no sector produtivo, uma vez que o acréscimo nos custos não foi compensado por variações de preços (em particular no caso dos bens mais sujeitos à concorrência internacional), quer pelos elevados níveis do custo efectivo de financiamento.

De forma consistente com a evolução económica geral foi possível conter o aumento real das importações em cerca de 5%, mas o acréscimo nas exportações deverá ter ficado pouco acima de 1%.

A continuação do crescimento do emprego permitiu uma nova redução na taxa de desemprego para cerca de 4%, o que constituiu um factor de pressão nos salários e por conseguinte no comportamento da taxa de inflação. No mesmo sentido se pode entender o crescimento observado no rendimento disponível, em resultado da reforma introduzida no sistema retributivo da Função Pública e bem assim do aumento nas transferências públicas para as famílias. Assim, o crescimento dos preços foi ainda bastante elevado — cerca de 11,5% no consumo privado e 13,5% no Produto Interno Bruto.

Em 1991, o consumo de energia em Portugal continuou a crescer. O gráfico junto mostra que, nos últimos 20 anos, o consumo energético evoluiu mais rapidamente que o Produto Interno Bruto, o que conduziu a uma tendência crescente na relação entre o consumo de energia e o PIB (intensidade energética), cujo acréscimo foi superior a 20% neste período. No caso da electricidade, o crescimento do consumo foi significativamente mais rápido que na energia global, o que levou a uma quase duplicação da intensidade eléctrica, a partir do nível observado em 1971.

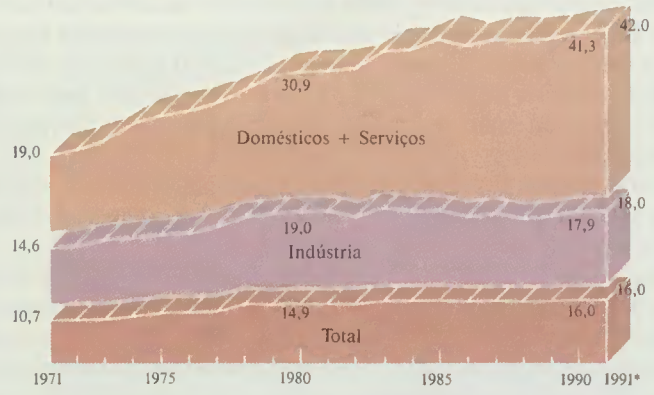
CONSUMO DE ENERGIA EM RELAÇÃO AO PIB EM PORTUGAL (Índices)



* Estimativa
Fontes: Direcção - Geral de Energia, Contas Nacionais do INE, Relatório do Banco de Portugal e OGE 92.

Assim, tem vindo a observar-se uma crescente penetração da electricidade no consumo global de energia, particularmente marcada no caso dos subsectores residencial e dos serviços.

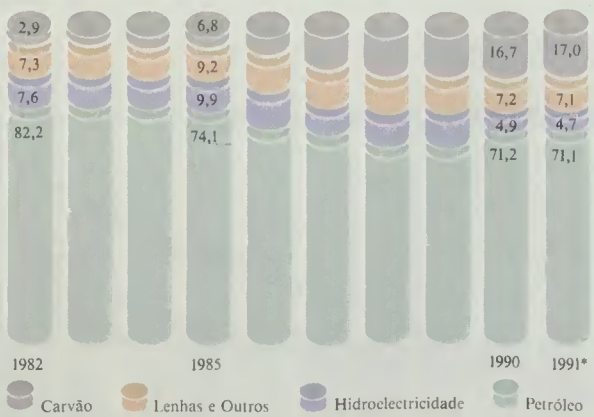
PENETRAÇÃO DA ELECTRICIDADE NO CONSUMO FINAL DA ENERGIA (%)



* Estimativa
Fonte: Informação Energia

Relativamente à oferta de energia, a informação até agora disponível para 1991 parece apontar para uma estabilização da estrutura observada no ano anterior; assim, a participação do petróleo situou-se ainda em cerca de 70% do total da energia primária, enquanto o carvão representou 17% do total.

ESTRUTURA DO ABASTECIMENTO ENERGÉTICO DO PAÍS EM ENERGIA PRIMÁRIA (%)



* Estimativa
Fonte: Direcção-Geral de Energia.

RELAÇÕES COM OS CLIENTES

Política Comercial

A política comercial foi dominada pela preocupação de melhoria da qualidade do serviço aos clientes, em todas as actividades associadas ao fornecimento de energia eléctrica.

Prosseguindo a abertura da Empresa ao exterior e a aproximação ao cliente, continuaram-se os trabalhos no sentido da melhoria da legislação de enquadramento da actividade, da formação do pessoal afecto ao atendimento e da progressiva harmonização dos procedimentos comerciais. Na mesma linha, a implementação do novo Sistema de Gestão Comercial (SEGEC) foi alargada a novas áreas da Empresa, alterando qualitativamente e de forma bem marcante a gestão e o atendimento e possibilitando uma relação mais personalizada e integrada com os clientes.

Concluiu-se a apreciação da proposta de revisão das Condições Gerais de Venda de Energia Eléctrica em Alta e Média Tensão.

A Utilização Racional de Energia (URE), sendo um objectivo de âmbito Comunitário, mereceu também uma atenção especial da parte da Empresa. Além das numerosas acções de divulgação do Sistema Tarifário — ele próprio um forte instrumento de racionalização — a EDP participou em diversas iniciativas dirigidas à actividade empresarial.

Destaca-se, ainda, a continuação da cooperação com o Centro para a Conservação da Energia, através de acções de formação de técnicos da Empresa, estudos sobre URE na Indústria e Serviços e a preparação de suportes destinados à sensibilização de segmentos da clientela, além da participação da EDP no grupo de trabalho para a elaboração do Plano Nacional de acções a integrar no Programa de Acção Comunitário para aumentar a eficiência da utilização racional da electricidade (Programa PACE).

Prosseguiu-se com a política de rigor na cobrança da facturação corrente, promovendo-se o pagamento dos consumos de electricidade dentro dos prazos, bem como a progressiva normalização do cumprimento das obrigações em atraso.

Na área das modalidades de pagamento, foi possível alargar a um maior número de clientes a diversidade das soluções colocadas à sua disposição (transferência bancária, multibanco, estações dos CTT, balcões e agentes da EDP, além do cheque ou vale postal).

Sistema Tarifário

Revisão do sistema tarifário

Em 21 de Janeiro foi ratificada a convenção reguladora do tarifário para 1991, assinada entre a EDP e a Direcção-Geral de Concorrência e Preços; esta convenção contemplou, para além da actualização das tarifas, alguns ajustes nas regras e no clausulado de aplicação.

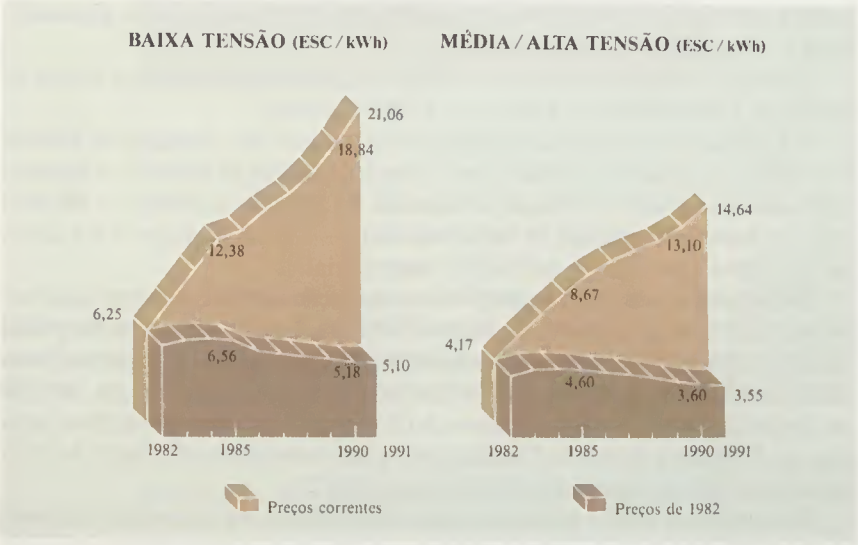
Destes ajustes destaca-se a possibilidade dos consumidores da Alta e Muito Alta Tensão poderem dispôr dos feriados nacionais como períodos de vazio e a possibilidade de redução de potência contratada no mês seguinte ao do pedido, nos casos em que os consumidores tenham procedido a investimentos tendo em vista uma utilização mais racional da energia.

Acréscimos tarifários

Nesta Convenção relativa às tarifas a vigorar em 1991, foi acordado um acréscimo médio global de 11,8%.

Tendo em vista a correcção gradual das distorções da estrutura tarifária, salienta-se: a correcção da estrutura da tarifa de Muito Alta Tensão, traduzida por uma maior incidência do acréscimo na taxa de potência e uma maior diferenciação entre as taxas de energia de vazio e fora de vazio nalgumas opções tarifárias, uniformizando-se deste modo em cerca de 25% aquela diferenciação em todas as tarifas.

Nos gráficos juntos pode constatar-se a evolução dos preços médios na baixa e na média/alta tensão, quer em termos de preços correntes, quer em termos de preços constantes de 1982.



Comparação internacional

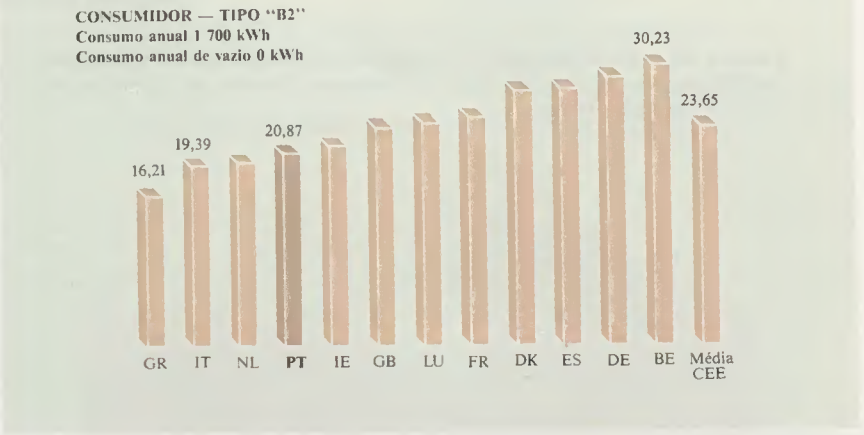
O posicionamento das tarifas portuguesas em 1 de Janeiro de 1991, relativamente aos restantes países da Comunidade Europeia, continuava a evidenciar para os usos domésticos, uma posição privilegiada relativamente aos restantes países, em detrimento dum posicionamento relativo mais desfavorável das tarifas para usos industriais, correspondentes à média, alta e muito alta tensão, particularmente para os consumidores de maior dimensão.

Assim, as tarifas para o consumidor doméstico-tipo português eram cerca de 12% inferiores à média dos restantes países, apresentando unicamente a Grécia a Itália e a Holanda preços mais favoráveis.

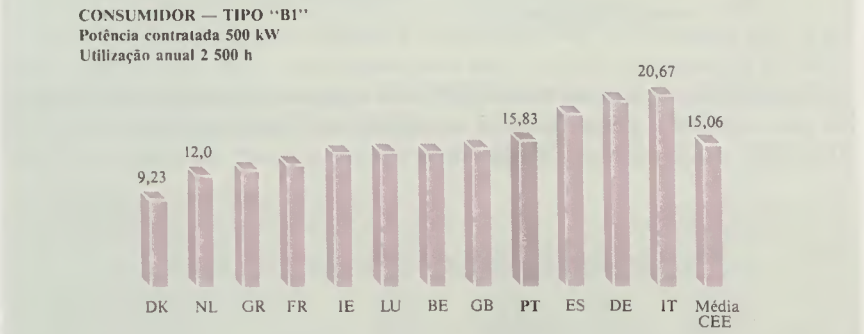
Relativamente aos usos industriais, verifica-se que o consumidor-tipo português tem um preço médio cerca de 5% superior à média da CEE.

Nos gráficos seguintes, apresenta-se a comparação com base nos consumidores-tipo domésticos e industriais adoptados pela EUROSTAT e que se afiguram mais próximos da realidade portuguesa.

PREÇOS DA ELECTRICIDADE PARA USOS DOMÉSTICOS
Preços médios em 01.01.1991 (taxas incluídas) - ESC/kWh



PREÇOS DA ELECTRICIDADE PARA USOS INDUSTRIAIS
Preços médios em 01.01.1991 (taxas incluídas, excepto o IVA) - ESC/kWh



EVOLUÇÃO DOS CONSUMOS DE ELECTRICIDADE

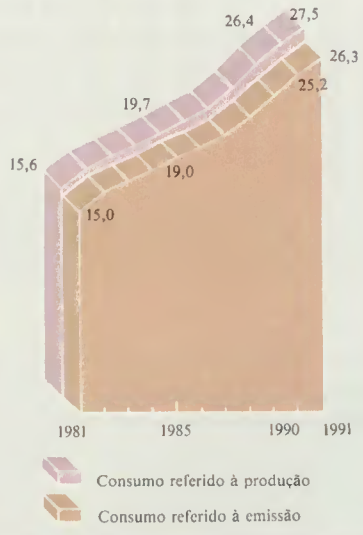
	1990 (GWh)	1991 (GWh)	Variação (%)	Variação corrigida de temperatura e dias úteis (%)
Consumo referido à produção	26 353	27 551	+ 4,5	+ 3,1
Consumo referido à emissão	25 156	26 365	+ 4,8	+ 3,4

O consumo referido à emissão elimina a influência dos consumos próprios das centrais traduzindo, por isso, de forma mais fiel, o efectivo crescimento da procura a nível do País.

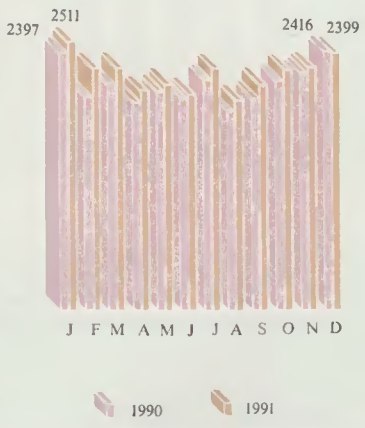
O acréscimo registado em 1991 traduz uma desaceleração do ritmo observado no quinquénio de 1986-1990 cujo crescimento anual médio foi da ordem dos 6,2%.

A evolução dos consumos continua assim significativamente superior à média da comunidade, o que de algum modo tem de ser entendido no quadro de desenvolvimento da economia portuguesa face ao das restantes economias da CEE.

EVOLUÇÃO DOS CONSUMOS REFERIDOS À PRODUÇÃO E À EMISSÃO (TWh)

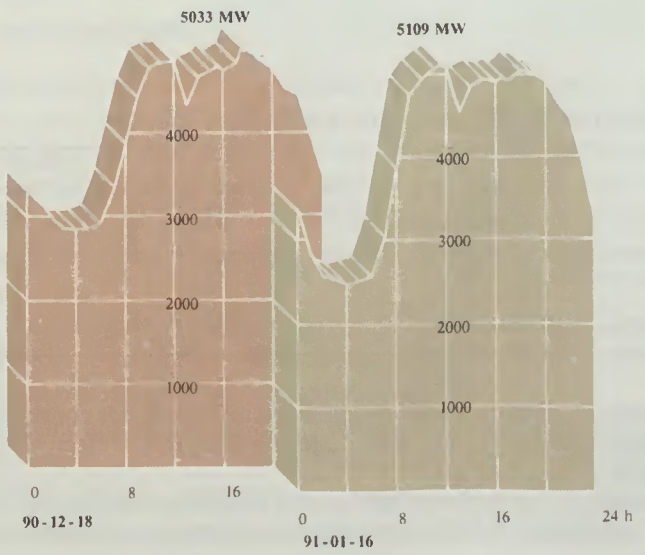


EVOLUÇÃO MENSAL DO CONSUMO (Referente à emissão sem bombagem) GWh



Em 1991, a ponta anual foi de 5109 MW e registou-se no dia 16 de Janeiro. No ano anterior a ponta tinha-se verificado em Dezembro com o valor de 5033 MW, tendo portanto havido uma ligeira variação, da ordem de 1,5%.

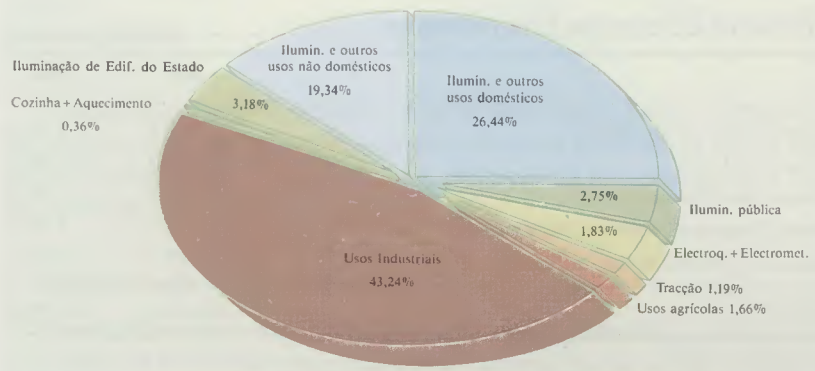
DIAGRAMAS DE CARGA DOS DIAS DE PONTA ANUAL



Repartição dos consumos

Quanto à repartição segundo os destinos, o fornecimento para usos industriais representa cerca de metade da electricidade fornecida directamente aos consumidores, continuando a notar-se um crescimento mais elevado no sector dos serviços.

CONSUMOS DE ELECTRICIDADE SEGUNDO OS DESTINOS



Facturação de Energia Eléctrica

A facturação de energia eléctrica atingiu em 1991 o montante global de 405,7 milhões de contos, correspondendo 186,5 milhões de contos a fornecimentos de energia em muito alta, alta e média tensão e 219,2 milhões de contos a fornecimentos em baixa tensão.

FACTURAÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA (a)

(milhões de contos)

	1987	1988	1989	1990	1991
Fornecimentos em MAT / AT / MT	119,3	128,9	141,9	159,4	186,5
Fornecimentos em BT	101,5	123,0	150,0	180,8	219,2
TOTAL	220,8	251,9	291,9	340,2	405,7

(a) Incluindo o adicional para o ex-FAT e excluindo o IVA

Relativamente ao ano anterior verificou-se um aumento de cerca de 19,3%, no montante da facturação. O aumento relativo aos fornecimentos em muito alta, alta e média tensão foi da ordem dos 17,0%, verificando-se nos fornecimentos em baixa tensão um aumento da ordem dos 21,2%.

De salientar a evolução do montante da facturação de energia em baixa tensão que, representando em 1987 cerca de 46% do total, apresentou, em 1991, um valor muito próximo de 54%.

Cobrança e Recuperação de Dívidas em Atraso

O montante dos créditos sobre clientes continua a ter expressão preocupante nas contas da Empresa, justificando, portanto, a prossecução da política de rigor na cobrança da facturação.

No final de 1991, o total dos créditos da Empresa resultantes de facturações por fornecimento de energia eléctrica, por atrasos de pagamento, era de 218,4 milhões de contos. Este montante corresponde ainda a cerca de 54% da facturação de electricidade do ano, mas traduz uma melhoria animadora já que representa uma redução de cerca de 12% na relação observada em 1990.

Neste domínio, a diversidade de situações, a natureza das acções desenvolvidas e os resultados alcançados justificam uma análise separada dos grandes conjuntos de clientes.

DÍVIDAS DE CLIENTES DE ELECTRICIDADE (milhares de contos)

	1990	1991
Estado e Organismos Oficiais	4 454,9	5 780,8
Autarquias Locais	134 310,3	132 065,0
Outros Distribuidores	1 195,1	785,6
Sector Empresarial Público e Nacionalizado	13 138,6	9 451,9
Sector Empresarial Privado e Particulares	69 475,3	70 309,2
TOTAL	222 574,2	218 392,5

No que respeita às Autarquias Locais, no ano de 1991 registou-se a celebração de alguns protocolos de regularização das dívidas em atraso e a consequente relevação contabilística nas contas da Empresa. Apesar da atenção dedicada à regularidade de pagamento dos fornecimentos correntes, o montante global da dívida, no final do ano, ainda atingia um valor da ordem dos 132 milhões de contos. Através do mecanismo de retenção de verbas do FEF — Fundo de Equilíbrio Financeiro — foram recebidos cerca de 2,1 milhões de contos — representando apenas cerca de 1,6% do montante global da dívida.

A ligeira redução da dívida dos Municípios reflecte efeitos de sinal contrário: por um lado, a recuperação via FEF e o cumprimento de acordos de pagamento; por outro lado, uma apreciável degradação da dívida por fornecimentos de iluminação pública e o não pagamento integral da energia fornecida à Unidade de Gestão EDP — Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto — que tem como causa fundamental a diferença ainda existente entre o tarifário aplicado e o tarifário convencionado com a Direcção-Geral de Concorrência e Preços.

Relativamente às dívidas do Estado e dos Organismos Oficiais verificou-se um agravamento da ordem de 30%, o que reflecte o carácter rígido e excessivamente burocrático de alguns serviços, não consistentes com o rigor dos prazos legais de pagamento.

No Sector Empresarial Público e Nacionalizado, verificou-se uma diminuição do valor da dívida da ordem de 3,7 milhões de contos enquanto no Sector Empresarial Privado e Particular se registou um aumento de cerca de 1,0 milhão de contos.

Globalmente, a redução é, como se vê, de 4 milhões de contos, o que, para um acréscimo da facturação de mais de 19%, indicia uma recuperação de créditos atrasados com alguma expressão. Para o volume de dívida nestas condições, sobretudo nas Autarquias, é uma recuperação relativamente lenta, mas anima a prosseguir com a política comercial de rigor.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DOS CLIENTES DE ELECTRICIDADE (%)

	Variação em relação a 1990	Repartição por classes de clientes	
		1990	1991
Estado e Organismos Oficiais	29,8	2,0	2,6
Autarquias Locais	— 1,7	60,4	60,5
Outros Distribuidores	— 34,3	0,5	0,4
Sector Empresarial Público e Nacionalizado	— 28,1	5,9	4,3
Sector Empresarial Privado e Particulares	1,2	31,2	32,2
TOTAL	— 1,9	100,0	100,0

De assinalar o valor expressivo (cerca de 60%) que a dívida das Autarquias representa, ainda, no montante global da dívida à EDP, sendo na sua maior parte constituída por dívida vencida e registada há longo tempo nas contas da Empresa.

Relações com os Municípios

As relações com os Municípios durante o ano de 1991 foram marcadas pela assinatura do Protocolo que consagra um novo regime de rendas devidas pela concessão de Distribuição de energia eléctrica em baixa tensão. Elaborou-se uma proposta de revisão da legislação respectiva, aguardando-se a sua aprovação.

Continuou o esforço de regularização das dívidas, nos termos do Decreto-Lei nº 103-B/89, o qual estabeleceu condições remetendo as partes para uma negociação directa com vista à obtenção de um acordo. Efectivamente, durante o ano, foram celebrados, ao abrigo desta legislação, mais alguns protocolos de regularização das dívidas reportadas a 31.12.88, verificando-se mesmo, em alguns casos, a liquidação da dívida atrasada.

Assim, apenas com 20 Municípios não havia sido possível, no final do ano, estabelecer acordo, pelo que se encontrava accionado o mecanismo alternativo, legalmente previsto, de retenção de verbas. No entanto, é nestes 20 Municípios que se concentra uma parte muito significativa da dívida global, sobressaindo, neste conjunto, pela expressão das respectivas dívidas, os Municípios da área do Grande Porto.

A esta estratégia de confirmação da dívida acumulada até 31.12.88 e de criação de condições para a sua regularização, acrescem as acções de regularização do relacionamento institucional entre a EDP e cada um dos Municípios, tendo sido celebrados, em 1991, 11 contratos de concessão.

Deste modo, no final do ano, encontravam-se já celebrados, ao abrigo da legislação em vigor, contratos de concessão abrangendo 263 Municípios.

EXPLORAÇÃO

Produção de Electricidade

Potência instalada

Durante o ano de 1991 não houve alterações significativas na composição do sistema produtor, ficando a dever-se a redução de 2 MW na potência instalada à remodelação do sistema hidroeléctrico da Ribeira de Niza.

A potência total instalada, no final do ano, era assim de 6622 MW repartida por 3067 MW em centrais hidroeléctricas e 3555 MW em centrais termoe-

léctricas. Ao sistema hidroeléctrico em serviço corresponde uma produtibilidade média anual de 10,8 TWh que se pode reduzir, em ano seco, a apenas 6,2 TWh. O conjunto das centrais térmicas pode garantir uma contribuição de 21,8 TWh para o diagrama de consumos, considerando uma disponibilidade média de 85% dos equipamentos.

POTÊNCIAS INSTALADAS NO SISTEMA PRODUTOR EM 31 DE DEZEMBRO (MW)

Ano	Hidráulica	Térmica	Total
1982	2 549	1 965	4 514
1983	2 745	2 299	5 044
1984	2 778	2 299	5 077
1985	2 813	2 599	5 412
1986	2 883	2 899	5 782
1987	2 957	3 199	6 156
1988	3 030	3 199	6 229
1989	3 065	3 543	6 608
1990	3 069	3 555	6 624
1991	3 067	3 555	6 622

Repartição de produção

A produção total de energia eléctrica nas centrais da EDP, durante o ano de 1991, foi de 27 564 GWh, o que representa um acréscimo de 4,1% relativamente ao ano anterior, acompanhando assim uma evolução similar dos consumos de energia eléctrica. Esta produção total reparte-se por 9050 GWh nas centrais hidroeléctricas e por 18 514 GWh nas centrais termoeléctricas.

O quadro seguinte mostra como essa repartição tem oscilado no último decénio o que põe claramente em evidência o peso ainda muito significativo da componente hidroeléctrica no sistema electroprodutor português e consequentemente, a grande vulnerabilidade aos regimes hidrológicos.

PRODUÇÃO ANUAL DE ENERGIA ELÉCTRICA (GWh)

Ano	Hidráulica	Térmica	Saldo importador	Total
1982	6 866,20	7 266,90	2 968,60	17 101,70
1983	8 011,30	8 744,20	1 315,70	18 071,20
1984	9 748,80	8 334,10	711,60	18 794,50
1985	10 703,30	6 838,70	2 245,80	19 787,80
1986	8 421,70	10 272,50	1 885,10	20 579,30
1987	9 061,50	9 408,40	3 024,40	21 494,30
1988	12 167,25	8 444,90	2 390,10	23 002,25
1989	5 966,86	17 978,64	1 164,55	25 110,05
1990	9 185,98	17 281,21	37,12	26 504,30
1991	9 049,57	18 514,48	91,97	27 656,02

Em 1991 a contribuição hidroeléctrica para satisfação da procura foi apenas de 32,7% uma das mais baixas do último quinquénio, como pode observar-se no quadro seguinte:

REPARTIÇÃO DA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA (%)

	1987	1988	1989	1990	1991
Hidroeléctrica	42,2	52,9	23,8	34,7	32,7
Termoeléctrica	43,8	36,7	71,6	65,2	66,9
Saldo importador	14,0	10,4	4,6	0,1	0,4

Produção térmica

Tendo em atenção o objectivo de minimização dos custos de exploração, o nível da produção térmica, embora condicionado por maiores ou menores disponibilidades de equipamento, reflecte, por um lado, o regime de afluências hidroeléctricas verificado e, por outro lado, o grau de competitividade dos custos variáveis das várias centrais com os preços de oferta de energia eléctrica proveniente do estrangeiro.

Assim, não tendo havido, de 1990 para 1991, alteração significativa do regime de competitividade entre preços de importação e custos variáveis das centrais térmicas, a produção térmica total aumentou em 1991 de 7,1%, respondendo ao aumento de consumos de energia eléctrica e à redução ainda que ligeira, da produção hidroeléctrica.

Conforme se apresenta nos quadros seguintes, em 1991 verificou-se um sensível aumento na utilização das centrais do Carregado, do Barreiro e de Sines, enquanto que nas restantes Centrais as variações foram menos acentuadas. De salientar a taxa de utilização na disponibilidade da central de Sines de 94,1%, devido ao seu posicionamento na base do diagrama de carga.

PRODUÇÃO E EMISSÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA

Centrais	1990 (GWh)		1991 (GWh)		Variação (%)	
	Produção	Emissão	Produção	Emissão	Produção	Emissão
Tapada do Outeiro	541,9	484,3	567,7	523,5	4,8	8,1
Carregado	2 486,8	2 332,1	3 062,1	2 877,1	23,1	23,4
Barreiro	196,4	170,2	231,0	203,7	17,6	19,7
Setúbal	5 310,2	5 032,0	5 250,0	4 969,5	− 1,1	− 1,2
Sines	8 744,6	8 233,3	9 402,8	8 899,6	7,5	8,1
Alto de Mira	0,3	− 4,2	0,3	− 3,2	0,0	− 23,8
Tunes	1,0	0,4	0,6	0,0	− 40,0	− 100,0
TOTAL	17 281,2	16 248,1	18 514,5	17 470,2	7,1	7,5

CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS

Centrais	1990 (tep)			1991 (tep)			Variação (%)		
	Carvão	Fuelóleo	Gasóleo	Carvão	Fuelóleo	Gasóleo	Carvão	Fuelóleo	Gasóleo
Tapada do Outeiro	97 473	67 827		103 166	66 572		5,8	− 1,9	
Carregado		558 358			674 566			20,8	
Barreiro		89 619			93 749			4,6	
Setúbal		1 115 843			1 102 040			− 1.2	
Sines	1 921 673	5 707		2 038 048	4 966		6,1	− 13,0	
Alto de Mira			154			138			− 10.4
Tunes			430			190			− 55,8
Sub-Total	2 019 146	1 837 354	584	2 141 214	1 941 893	328	6,0	5,7	− 43,8
TOTAL	3 857 084			4 083 435			5,8		

CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS (ktep)

Quanto às turbinas a gás e embora tivessem apresentado elevadas taxas de disponibilidade, a sua utilização limitou-se ao serviço de compensação síncrona já que se trata de centrais vocacionadas para responder a situações de emergência nas *pontas* dos consumos.

A estrutura de consumos de combustível não registou alterações significativas, observando-se uma distribuição, em termos de valor energético, entre produtos petrolíferos e carvão, respectivamente de 47,6% e 52,4% do total.

Produção hidráulica

As afluências hidroeléctricas globais do ano de 1991 foram inferiores à média, sendo o coeficiente de produtibilidade hidroeléctrica de 0,83. Como se pode ver no quadro e gráfico seguintes a repartição mensal de afluências foi bastante irregular, tendo apresentado o mês de Março valores excepcionalmente elevados enquanto, dos restantes meses, apenas Abril se apresentou ligeiramente acima da média.

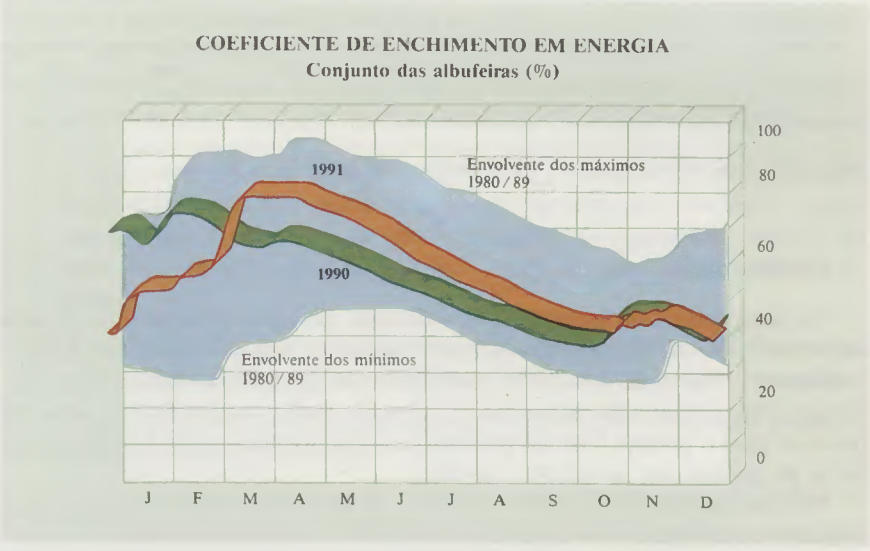
AFLUÊNCIAS AO SISTEMA HIDROELÉCTRICO

Coef. prod. hidroeléctrica	
Nov. 90	0,91
Dez. 90	0,53
Jan.	0,95
Fev.	0,75
Mar.	1,58
Abril	1,04
Maio	0,70
Jun.	0,71
Jul.	0,50
Ago.	0,30
Set.	0,51
Out.	0,66
Ano hidrol. (90/91)	0,86
Nov. 91	0,79
Dez. 91	0,39
Ano civil 1991	0,83

Curva de probabil. de serem excedidas (TWh)

A exploração hidroeléctrica de 1991, e particularmente a cascata de fios de água do Douro, foi significativamente condicionada pelas obras preliminares do reforço de potência da central de Miranda, o que para além de implicar a indisponibilidade total da central entre a última semana de Junho e a primeira de Outubro obrigou a que se tivesse que pedir a Espanha redução significativa de caudais, o que foi conseguido à custa da distorção da exploração das suas albufeiras.

O armazenamento das albufeiras no início de 1991, situava-se, relativamente ao máximo possível, em 44%. O valor máximo do ano ocorreu durante o mês de Março devido às afluências muito elevadas então registadas. Todo o período Maio — Setembro foi de desarmazenamento relativamente uniforme que pôde ser sustido no início de Outubro com o aumento da produção a fio de água. O armazenamento no final do ano de 1991 veio a situar-se em 43%, havendo portanto uma quase nula variação anual do armazenamento do conjunto das albufeiras.



Assim, não obstante as afluências hidroeléctricas globais do ano de 1991 terem sido ligeiramente superiores às do ano de 1990, a produção hidroeléctrica apresenta uma variação contrária (−1,5%) devido ao maior desarmazenamento que foi possível efectuar no ano de 1990.

Importação de energia eléctrica

O movimento físico das trocas de energia eléctrica com o estrangeiro apresentou em 1991 um saldo importador de 92,0 GWh.

As compras efectivas de energia a Espanha foram de 242,8 GWh e as vendas de 12,5 GWh. Tal como já se verificou no ano anterior foram reduzidas as ofertas de energia eléctrica a preço concorrencial com as centrais a fuelóleo. Contudo, a ocorrência de avarias mais ou menos prolongadas em grupos térmicos, durante o já referido período de baixos caudais no Douro, explica grande parte das compras efectuadas.

É de referir que, para além de se terem efectuado as habituais trocas em espécie com benefício mútuo, houve que entregar a Espanha 95 GWh como compensação da distorção de exploração nas suas albufeiras, decorrente dos baixos caudais necessários às obras de reforço de potência da central de Miranda.

Qualidade de serviço

A energia não fornecida pela rede de transporte foi de apenas 690 MWh o que corresponde a um *Tempo de Interrupção Equivalente* de 13 m e 36 s e que constitui o melhor valor deste indicador desde o início da sua adopção em 1977.

Os esforços conducentes a uma melhor qualidade de serviço através da redução das taxas de indisponibilidade dos meios de produção resultaram numa diminuição relativamente ao ano anterior de 2,3% na produção hidroeléctrica e de 1,6% na produção termoeléctrica.

QUALIDADE DE SERVIÇO — TEMPO DE INTERRUPÇÃO EQUIVALENTE

	1987	1988	1989	1990	1991
Tempo de Interrupção Equivalente	21 m 45 s	24 m 14 s	57 m 23 s*	32 m 36 s**	13 m 36 s

Após a correcção de incidente excepcional: * — 33 m 56 s
** — 17 m 38 s

APROVISIONAMENTO E NORMALIZAÇÃO

Combustíveis

As perspectivas de instabilidade e escassez no aprovisionamento de produtos petrolíferos, decorrentes da intervenção armada no Golfo, não se concretizaram. Pelo contrário, o mercado mostrou um comportamento de confiança, com continuada contenção dos preços. Assim, o aprovisionamento de fuelóleo para o parque térmico processou-se em normalidade e beneficiou da baixa de preços que se registou no ano.

No que respeita ao mercado do carvão, de referir que a menor taxa de crescimento económico a nível mundial, reduzindo a procura, acentuou o carácter excedentário da oferta, distendendo a pressão sobre os preços. O aprovisionamento de carvão para a central termoeléctrica de Sines, quer no mercado de longo prazo quer no de curto prazo, decorreu em boas condições de quantidade e preços.

No total, as aquisições de combustíveis fósseis ascenderam a 2,0 milhões de toneladas de fuelóleo e a 3,4 milhões de toneladas de carvão, correspondendo em termos monetários, respectivamente a 24,2 e 28,5 milhões de contos.

A composição dos custos finais dos combustíveis não sofreu alterações significativa. Para o carvão, cerca de $^2/_3$ correspondeu ao produto e o restante $^1/_3$ ao transporte e colocação nas centrais; para o fuelóleo, a parte relativa ao produto situou-se em 92%. O ano de 1991 foi o último em que o transporte do carvão sofreu a penalização das restrições logísticas do terminal provisório de Sines, prevendo-se que, dado o bom andamento dos trabalhos, o terminal definitivo entre em funcionamento no início de Maio de 1992.

A política de aprovisionamento delineada, e eficazmente desenvolvida ao longo do ano, caracterizou-se pela correcta actuação nos mercados internacionais de combustível, garantindo que se alcançassem a cada momento as melhores condições comerciais e se optimizasse conjugadamente os vectores da qualidade e do preço.

Aprovisionamento Técnico e Administrativo

Durante o ano de 1991 foram obtidas significativas melhorias no aprovisionamento técnico da Empresa, tanto ao nível do relacionamento com o mercado fornecedor, como ao nível dos meios, métodos e processos da gestão, podendo considerar-se satisfatoriamente atingidos os objectivos que, neste domínio, haviam sido definidos.

Com efeito, as políticas de contratação prosseguidas e os ganhos sustentados de produtividade que têm sido conseguidos pelos principais sectores fornecedores, aliados a uma conjuntura favorável quanto a alguns factores de custos determinantes, designadamente matérias primas e os de natureza cambial, possibilitaram melhorias reais nas condições económicas e financeiras contratadas para os fornecimentos neste ano; isto apesar do abrandamento da procura, como resultado da contenção no crescimento do investimento e da redução nas taxas de cobertura dos stocks.

Também ao nível da gestão do aprovisionamento foram desenvolvidas acções, visando a redução de stocks e a prevenção da ocorrência de roturas, o aumento da flexibilidade na aquisição, a garantia da qualidade dos fornecimentos e a continuação da obtenção de economias de escala. Tudo isto a par de uma indispensável normalização de procedimentos que permitam, quanto possível, aumentar a transferência dos actos da Empresa, neste domínio.

De entre as acções desenvolvidas, destacam-se pela sua relevância:

- A implementação do módulo informático *Contratos de Fornecimento* do Sistema Integrado de Gestão e Aprovisionamento (SIGAP), o qual possibilitará o aumento da produtividade nas aquisições objecto de contratos centralizados, bem como a melhoria da gestão dos stocks globais;
- O prosseguimento da codificação uniforme dos artigos de armazém, acção indispensável para uma efectiva melhoria na gestão de stocks;
- O alargamento do âmbito das aquisições globais centralizadas a quatro novas famílias de produtos;
- O estabelecimento de textos de condições gerais contratuais, uniformes na Empresa, bem como de procedimentos relativos às consultas ao mercado;
- O estabelecimento dos procedimentos de base do novo Sistema de Qualificação de Fornecedores e a criação de uma Comissão para a Qualificação de Fornecedores;
- O incremento das acções no âmbito da Garantia da Qualidade dos fornecimentos e o estabelecimento, para as famílias de produtos mais relevantes no conjunto de materiais e equipamentos aprovisionados, de critérios contratuais de objectivação do mérito ou demérito no cumprimento dos contratos, por parte dos diversos fornecedores.

Ainda que, pontualmente, estas medidas tenham já produzido efeitos neste ano, será em 1992 que se espera poder plenamente atingir os objectivos com elas visados.

No domínio do aprovisionamento administrativo, a negociação centralizada de bens e serviços de uso geral na Empresa (viaturas e respectivos contratos de manutenção, equipamento de reprografia e de informática, mobiliário, etc.) permitiu obter economias significativas em termos de preços de aquisição e permitiu ainda simplificar os procedimentos administrativos associados à compra destes bens e serviços.

Normalização Técnica

A actividade da EDP em 1991, no âmbito da normalização técnica, prosseguiu com a elaboração de especificações funcionais, de características técnicas e de ensaios de materiais e equipamentos, tendo-se concluído ou modificado este ano as de transformadores de isolação seca para postos de transformação da distribuição, de blocos de protecção rural (disjuntores auto-religadores, interruptores auto-religadores e interruptores auto-seccionadores), de indicadores de passagem de defeitos, de baterias de condensadores para média tensão, de cabos de isolação seca para média e alta tensão, de postes de betão para postos de transformação aéreos e de diversa aparelhagem para iluminação pública.

No âmbito das acções lançadas para sistematização da quantificação da qualidade de serviço técnico da EDP, foi adoptada uma metodologia uniforme para o registo de ocorrências com vista ao tratamento informático da respectiva informação. Foi elaborado o primeiro de uma série de documentos estabelecendo regras para a concepção e realização de ligações de consumidores, neste caso a redes aéreas de baixa tensão.

Foram empreendidas iniciativas (levantamentos de existências e consultas) para a eliminação de equipamentos fora de serviço contendo PCB.

No domínio dos Trabalhos em Tensão, continuou a participação nas acções de qualificação de fornecedores de serviços TET em baixa e média tensão e nas de sensibilização dos recursos humanos ao interesse destas tecnologias.

Quanto às Telecomunicações e Teleacções, prosseguiu também a acção de reestruturação das redes de radiocomunicações VHF e UHF da EDP, para satisfazer novas necessidades de transmissão de informação, e o trabalho de harmonização de protocolos de comunicações para os sistemas de teleacção. Em consequência da revisão das especificações de rádios foram acompanhados ensaios de verificação da qualidade na conformidade de protótipos com os requisitos prescritos.

Cobertura de Riscos e Seguros

Durante o ano de 1991 foram renegociadas as apólices de seguros patrimoniais e de responsabilidade civil, para o triénio 1992 a 1994; mantiveram-se o âmbito de coberturas e as franquias.

As Centrais Térmicas e Hídricas estão seguras contra riscos de incêndio e elementos da natureza (sismos, raio, etc.) e riscos de avaria de máquinas, por valores de substituição, com uma franquia de 50 mil contos por incidente.

As Subestações e Edifícios (incluindo armazéns e seus recheios) estão seguros contra risco de incêndio e elementos da natureza, por valores de substituição, com franquias de 50 mil e 1 000 contos respectivamente.

Para cobertura das suas responsabilidades perante a comunidade em geral, a Empresa possui um seguro de Responsabilidade Civil de 20 milhões de contos, com uma franquia de 100 mil contos.

Para além disso, a EDP mantém, naturalmente, os seguros de Acidentes de Trabalho e de Acidentes Pessoais, que beneficiam directamente os seus trabalhadores.

DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ELECTROPRODUTOR

Planeamento a Longo Prazo

Ao longo de 1991 desenvolveram-se variados estudos relacionados com a expansão do sistema electroprodutor nacional, sendo de destacar:

- Os realizados no âmbito da consulta para a atribuição da licença relativa à primeira central de ciclo combinado a gás natural na Tapada do Outeiro;

- Os referentes à análise das propostas relativas à consulta para aquisição e operação da central termoeléctrica do Pego;
- Estudos de simulação da exploração optimizada do sistema electroprodutor nacional no período 1992 - 2000;
- Contribuição para a análise do interesse da reconversão da central de Setúbal para a queima de *orimulsion*.

De acordo com a expansão prevista para o sistema electroprodutor desenvolveram-se durante 1991 actividades importantes ao nível de estudos relacionados com projectos de aproveitamentos hidroeléctricos, nomeadamente:

- Análise económica do reforço de potência do escalão de Miranda;
- Avaliação económica dos aproveitamentos de Foz-Côa, Fridão e Picote II (reforço de potência), com diversas análises de sensibilidade à valia eléctrica;
- Avaliação económica da componente hidroeléctrica do aproveitamento de fins múltiplos do Alqueva;
- Actualização dos estudos estatísticos da série de afluências aos aproveitamentos hídricos em exploração.

No ano de 1991 a EDP continuou a participar no processo conducente à atribuição dos alvarás de utilização de água para produção de electricidade, através da análise dos respectivos projectos e emissão de pareceres técnicos. A informação disponível foi também utilizada para efectuar estudos de sensibilidade do parque electroprodutor futuro à integração de pequenos aproveitamentos hidroeléctricos de produtores independentes. Durante este ano foi também concluído o inventário dos pequenos aproveitamentos hidroeléctricos da EDP que necessitam ser recuperados.

Em complemento de alguns estudos, anteriormente concretizados, sobre a evolução a longo prazo da estrutura da Rede de Transporte, realizou-se em 1991 a análise das perspectivas de expansão da rede nas áreas de Lisboa e Porto, com base nas quais se estabeleceram esquemas de princípio para o necessário reforço da alimentação destes dois importantes pólos de consumo. Entretanto, prosseguiram, em conjunto com a *Red Electrica de España*, os estudos de uma futura interligação com Espanha, a 400 kV, na zona do Douro Internacional.

No domínio do comando e gestão do sistema electroprodutor foram melhorados os meios do Despacho Nacional, integrando novos instrumentos informáticos que visam sobretudo as transmissões automáticas de informação e comando e o uso de programas de gestão avançados. São exemplos disso o envio automático de mensagens do Despacho Nacional aos centros de Telecomando de Centrais Hidráulicas destinadas a melhorar o perfil da tensão e reduzir perdas na Rede de Transporte.

Em 1991 a EDP continuou envolvida nos trabalhos de elaboração do Plano Energético Nacional, através do Grupo Executivo, em cujas tarefas tem participado activamente, sobretudo na caracterização dos impactos financeiros e ambientais dos programas de expansão do sector eléctrico.

Aproveitamentos Hidroeléctricos

No final do ano de 1991 encontravam-se em curso de construção ou em fase de lançamento os seguintes aproveitamentos hidroeléctricos, com uma potência total a instalar de 917 MW:

Aproveitamentos	Curso de água	Tipo de aproveitamento	Nº de grupos	Potência (MW) (a)	Produtibilidade média anual (GWh)	Fase de construção	Data prevista de entrada em exploração
Alto Lindoso	Lima	Albufeira	2	634	877	Final	1992
Touvedo	Lima	Fio de água	1	22	61	Intermédia	1992
Pracana (b)	Ocreza	Albufeira	1	26	23	Intermédia	1993
Caldeirão	Caldeirão	Albufeira	1	32	44	Intermédia	1992
Sabugueiro II	Alva	Albufeira	1	10	33	Intermédia	1993
Miranda II b)	Douro	Fio de água	1	193	223	Inicial	1995

a) Potência total nos veios das turbinas sob a queda de dimensionamento.

b) Reforço de potência. As características indicadas referem-se ao novo grupo.

No escalão do Alto Lindoso continuou a execução das obras de engenharia civil na barragem e nos descarregadores de cheias, no circuito hidráulico e na central subterrânea, edifício de comando, subestação e posto de corte, tendo-se concluído todos os trabalhos referentes à barragem. Prosseguiu o fabrico e montagem dos equipamentos hidro e electromecânico, tendo-se concluído a montagem das comportas das descargas de fundo, das comportas dos descarregadores de cheias, das comportas das tomadas de água e de todas as blindagens. Concluiu-se ainda a formação do rotor do grupo 2, a montagem e ensaio da espiral do grupo 1, tendo-se também concluído a maquinagem das pistas dos grupos.

No ano de 1991 procedeu-se ainda à adjudicação de diversas empreitadas e fornecimentos, entre as quais a da estrutura e edifícios da subestação e posto de corte, das escavações do canal a jusante da restituição (2ª fase), do equipamento de bombagem da restituição, da estrada de acesso a Quintela e da transferência da Igreja de Aceredo, estas duas últimas em Espanha.

No que se refere ao restabelecimento de comunicações em Portugal, foram concluídos os trabalhos da variante à estrada EDP, entre os kms. 0,0 e 7,2 e das pontes sobre os rios Froufe e Tamente. Em Espanha, foram concluídas a variante de Portaxe — Salas e a variante de Lantemil.

Prosseguiram ainda as expropriações em Portugal e em Espanha. Neste país depararam-se algumas dificuldades no processo de expropriação forçada, em virtude de se ter verificado resistência de uma parte das populações.

No escalão do Touvedo continuou a execução das obras da empreitada principal de engenharia civil, estando em curso, as betonagens da barragem, descarregadores de cheias, bacia de dissipação e central, tendo sido concluídos os pórticos do edifício da central e a betonagem da espiral. Prosseguiu o fabrico e iniciou-se a montagem dos equipamentos hidro e electromecânico, tendo sido montados o conjunto cone, cintura da roda, antedistribuidor e blindagens do poço do grupo e posicionadas as comportas, ensecadeira e comportas da tomada de água e as comportas da restituição.

Procedeu-se ainda à adjudicação dos fornecimentos da instalação complementar de produção, do transformador, do ascensor e do dispositivo da passagem de peixes, bem como à aquisição de terrenos para acessos e constituição da albufeira.

No escalão de Pracana continuou a execução das obras de engenharia civil na barragem, no descarregador complementar e na ampliação da central, tendo-se concluído as betonagens (1ª fase) da central, do bloco da entrada do descarregador complementar até à cota (107,50) e da soleira do respectivo canal da restituição e da tomada de água até à cota (100,00) e prosseguiram os trabalhos de tratamento das fundações e dos betões da barragem. Prosseguiu, também, o aprovisionamento, fabrico e montagem dos equipamentos hidro e electromecânico, tendo-se concluído a montagem das peças fixas das comportas de restituição, da blindagem do descarregador de cheias comple-

mentar, das blindagens do cotovelo da restituição e da espiral. Prosseguiram ainda os trabalhos de remodelação da turbina e da regulação de velocidade e de recondicionamento dos grupos e respectivas válvulas de guarda.

Procedeu-se à adjudicação da instalação complementar de produção, dos transformadores principais, da remodelação dos alternadores e do sistema de excitação e de regulação do alternador.

Relativamente ao aproveitamento de fins múltiplos do Caldeirão, continuou a execução da empreitada principal de engenharia civil tendo-se concluído as betonagens da estrutura principal da central e envolvimento da espiral, possibilitando o início dos trabalhos preparatórios da montagem do grupo no final do ano. O elemento de obra de avanço mais significativo foi a barragem, com a conclusão das betonagens da maior parte dos blocos até ao coroamento. Prosseguiu o fornecimento e montagem dos equipamentos hidromecânicos.

Procedeu-se ainda à adjudicação de diversas empreitadas e fornecimentos de que se destacam as empreitadas da nova ponte da Corujeira, das injecções de cimento e drenagens, da torre da captação de água para a cidade da Guarda e da remodelação do grupo turbina-alternador (fase II).

No escalão de Sabugueiro II continuou a execução da empreitada principal de engenharia civil, tendo-se concluído as escavações subterrâneas do túnel da tomada de água, a betonagem da 1.ª fase dos maciços de apoio e amarração da conduta forçada, a betonagem da torre da manobra da descarga de fundo de Lagoacho, os trabalhos condicionantes do início da colocação dos aterros de enrocamento no corpo principal da barragem e betonagens da central. Foram ainda realizados os aterros de enrocamento no dique da portela e parcialmente executados os trabalhos da frente de Vale do Rossim. Decorreram também os primeiros trabalhos de montagem do equipamento hidromecânico, designadamente na conduta forçada.

Relativamente ao reforço de potência do escalão de Miranda, ficaram concluídos os trabalhos preliminares que envolveram a construção das ensecadeiras de montante e de jusante do circuito hidráulico, a escavação e contenção da encosta sobranceira ao poço da central, a reconstrução e pavimentação parcial da pista de acesso ao poço da central e a construção da fossa do transformador na subestação. De referir que a construção das ensecadeiras envolveu o esvaziamento da albufeira e, consequentemente, a indisponibilidade das centrais de Miranda e de Castro (em Espanha), tendo ainda obrigado a um abaixamento da cota da albufeira de Picote.

Procedeu-se à adjudicação de diversas empreitadas e fornecimentos, sendo de salientar a empreitada principal de engenharia civil, a empreitada da instalação de iluminação viária, a empreitada de desmontagem da comporta da boca de entrada de descarga auxiliar e do fornecimento e montagem do semi-pórtico exterior da central e das blindagens do circuito hidráulico.

Na área de estudos e projectos foi concluído o plano geral do rio Tâmega a montante de Fridão, e o projecto base de Foz-Côa, tendo prosseguido o projecto-base de Fridão.

Centrais Termoeléctricas

No âmbito dos empreendimentos termoeléctricos, o ano de 1991 foi dominado pela construção da *1.ª fase* — Grupos I e II — da central termoeléctrica do Pego, em Abrantes, cujo projecto global integra 4 grupos de 300 MW a carvão, à semelhança da central termoeléctrica de Sines, já em exploração, sendo actualmente, o maior empreendimento em curso, a nível nacional.

Assim, durante o ano foi dado seguimento aos vários trabalhos em curso e accionadas medidas para recuperação de alguns atrasos na área da construção civil e outras cujos resultados permitem manter as datas-chave para o 1.º acendimento do Grupo I, em fins de Junho, a chegada do 1.º combóio com carvão em Julho e o 1.º paralelo com a rede nacional em Dezembro de 1992, não se alterando também as datas-chave das entradas em serviço industrial do Grupo I e II, em Abril de 1992 e Outubro de 1995, respectivamente.

No que concerne à evolução das obras que integram este empreendimento, é digno de realce:

No Grupo I:

— Início da montagem da turbina e do alternador;
— Ensaios hidráulico e pneumático do grupo gerador de vapor;
— Construção do circuito de água de refrigeração, incluindo a torre respectiva, tendo em vista a circulação de água em Abril de 1992;
— Início das montagens mecânicas no sistema de armazenagem e manuseamento de carvão;
— Início das operações de colocação em serviço dos vários sistemas auxiliares;
— Construção da ponte sobre o rio Tejo tendo em vista a disponibilização do tabuleiro ferroviário em Janeiro de 1992;
— Construção da chaminé comum ao primeiro par de grupos.

No Grupo II:

— Início das actividades inerentes ao arranque da sua construção com adjudicação, em Janeiro, do lote principal — Grupo Turbo-Alternador (GTA), Grupo Gerador de Vapor (GGV) e Auxiliares;
— Desenvolvimento de trabalhos de construção civil tendo em vista o início das montagens mecânicas em Maio de 1992.

Dos estudos e projectos com desenvolvimento em 1991 e de algum modo associados às centrais térmicas, salienta-se:

— Os estudos de novas tecnologias de queima de carvão IGCC — *Integrated Gasification Combined Cicle* e PFBC — *Pressurized Fluidized Bed Combustion*, com adesão ao Projecto Europeu de uma central IGCC em Puertollano — Espanha, cofinanciado pela CEE — Programa Thermie — com participação da EDP no capital da sociedade gestora, *ELCOGAS*, em constituição;
— O estudo da reconversão para ciclo combinado dos grupos da central da Tapada do Outeiro;
— O estudo da reconversão para o ciclo combinado/cogeração da central do Barreiro com o acréscimo de potência de 84 MW e recuperação de uma turbina da central de Tunes;
— A continuação dos estudos para a utilização do combustível *Orimulsion* em queima convencional ou com prévia gaseificação nas centrais de Setúbal e Carregado;
— A conclusão dos estudos e projectos visando a instalação de despoeiradores electrostáticos nas centrais de Setúbal e Carregado com lançamento de concurso, em finais do ano, para a instalação na central de Setúbal;

Nas centrais em exploração foram efectuados diversos trabalhos de análise e melhoramento das condições de funcionamento, designadamente ensaios de caracterização de queima, em Setúbal, e ensaios de rendimento dos grupos, no Carregado. Deu-se, além disso, continuidade à montagem dos sistemas de extinção de incêndios e de recolha de tratamento de efluentes líquidos, na Tapada do Outeiro.

Rede de Transporte e Interligação

O desenvolvimento da Rede de Transporte em 1991 caracterizou-se sobretudo pela evolução da potência de transformação e autotransformação instalada que sofreu um acréscimo de 954 MVA — cerca de 8% da potência anteriormente em serviço — resultante da instalação do 2.º autotransformador de 450 MVA em Recarei, e de quatro novos transformadores de 126 MVA nas subestações da Batalha, Rio Maior, Trajouce e em Tunes, onde foi substituída uma unidade de 63 MVA, posteriormente transferida para Pereiros. Estes novos transformadores vieram assegurar a conveniente garantia do abastecimento dos consumos, conducente a uma melhoria da qualidade de serviço.

É também de destacar a concretização da instalação definitiva de 60 kV de Rio Maior e a nova configuração da rede junto à subestação de Recarei, onde foram abertas as linhas Riba d'Ave-Rio Maior a 400 kV, Valdigem--Vermoim II e Canelas-Vermoim a 220 kV, conferindo uma maior maleabilidade de exploração e uma maior fiabilidade à interligação Norte-Sul a 400 kV, e uma maior segurança à rede nacional de 220 kV.

No que se refere às linhas, assinala-se a conclusão da linha Zona de Braga--Vila Fria a 150 kV que, prolongando o troço já existente Riba d'Ave-Zona de Braga, permitiu o estabelecimento duma segunda alimentação independente a 150 kV da subestação de Vila Fria, essencial para fazer face aos apreciáveis consumos que esta subestação abastece.

De assinalar ainda a integração nas Redes de Distribuição das linhas a 60 kV até aqui exploradas pela Rede de Transporte, facto que se traduziu numa diminuição em 1991 do comprimento total das linhas que dela fazem parte, por acréscimo na Rede de Distribuição.

LINHAS

Tensões de serviço (kV)	Instalações entradas em serviço em 1991 - (km)	Em serviço em 31.12.91	
		Linhas (km)	Postes
60	– 218,4	149,0	287
150	32,6	2 270,9	5 638
220	23,5	2 178,2	4 885
400	0	1 071,7	2 770
TOTAL	– 162,3	5 669,8	13 580

SUBESTAÇÕES

	Relação de transformação (kV)	Instalações entradas em serviço em 1991		Em serviço em 31.12.91	
		Nº de transform.	Pot. total (MVA)	Nº de transform.	Pot. total (MVA)
Grupo de Subestações Norte				**50**	**6 272**
	60/ 30			1	20
	150/ 60	1	63	14	1 126
	150/130			1	150
	220/ 60			22	2 355
	220/150			7	831
	400/ 60			1	170
	400/150			2	720
	400/220	1	450	2	900
Grupo de Subestações Sul				**55**	**6 893**
	150/ 30			5	270
	150/ 60	2-1	126	26	1 811
	220/ 60	3	378	17	2 076
	220/150			1	126
	400/150			3	1 260
	400/220			3	1 350
TOTAL		**6**	**1 017**	**105**	**13 165**

Distribuição

A Empresa tem prosseguido uma política de investimento prioritário no sector da distribuição de electricidade, visando uma melhoria generalizada da qualidade dos serviços prestados, em particular recuperando redes a carecerem de urgente intervenção. Esta política não tem tido, e não teve mais uma vez em 1991 total concretização, já que a EDP se tem confrontado com grandes restrições orçamentais e com a inevitabilidade de prosseguir com grandes empreendimentos em curso no sector da produção, os quais não podem sofrer qualquer atraso sob pena de se incorrer em graves prejuízos.

Apesar de tudo tem-se procurado responder ao crescimento da procura com a execução de obras de ampliação e reforço de instalações já existentes, sem prejuízo de se reconhecer que foi forçoso em 1991 adiar obras de elevada prioridade.

Desenvolvimento Tecnológico

À semelhança dos anos anteriores, a actividade de I&D em 1991 exerceu-se, essencialmente, na coordenação de projectos em colaboração com a indústria e os centros de investigação nacionais, nomeadamente no âmbito dos Programas Comunitários de Investigação e Desenvolvimento.

Será de destacar, no âmbito dos trabalhos comunitários coordenados pela Empresa:

— A assinatura com a CEE do projecto AMPERIO — Programa BRITE/EURAM visando um novo modelo de subestação numérica, suportado por um sistema pericial. Iniciaram-se os trabalhos em Julho de 1991, envolvendo, além da EDP, a GEPCE (Espanha), IAO (Alemanha) e ALCATEL (França).

— A continuação dos trabalhos do Projecto *Distributed Intelligent Actuator and Sensor — DIAS* do programa ESPRIT II. Face ao parecer favorável dos revisores da Comunidade, a CEE propôs a extensão do Contrato de 33 meses para 48 meses, com o correspondente reforço financeiro por parte da Comunidade.

— A finalização do segundo estudo, encomendado pela CEE no âmbito do Programa JOULE, na área da Energia Eólica — Estudo de Integração de Energia Eólica em Portugal — desenvolvido em colaboração com a EDA — Empresa de Electricidade dos Açores, INMG — Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, IST — Instituto Superior Técnico e LNETI — Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial.

— A apresentação, em colaboração com entidades estrangeiras, das seguintes candidaturas:

- No âmbito do Programa ESPRIT III, o Projecto PRIAM *Prenormative Requirements for Intelligent Actuation and Measurement*, visando a definição e respectiva avaliação experimental de uma proposta pré-normativa de actuadores e sensores inteligentes, utilizados em processos industriais, nomeadamente centrais térmicas.
- No âmbito do programa ESPRIT III Projecto CHIMENE — *Collective Home Interface Mode on Existing Networks in Europe*, visando demonstrar experimentalmente a viabilidade técnica de implementação de teleserviços domésticos — *Home Systems Products* — mediante a ligação de um *Home Bus* a uma Rede de Comunicações — cabo coaxial, rede de BT, par telefónico.
- No âmbito do Programa THERMIE II o Projecto *PV on flat roofs* visando demonstrar o uso de sistemas fotovoltaicos modulares, normalizados — 10 kW — instalados em terraços de edifícios de serviços.

- No âmbito do Programa THERMIE II o Projecto REPED *Redução de Perdas em Redes de Distribuição* visando demonstrar a possibilidade de redução de perdas ohmicas em redes de distribuição, mediante a inserção de bateria de condensadores dimensionada adequadamente e localizadas estrategicamente.

No domínio da I&D, inserem-se ainda as acções efectuadas com o LNETI no desenvolvimento de trabalhos iniciados em 1990, na área de protecção anti-corrosiva — elaboração do mapa nacional de agressividade ambiental — estudo de limitação de NOX e optimização de queima em centrais térmicas. Foi ainda efectuado o inventário das necessidades da Empresa, em matéria de I&D, que pudessem ser satisfeitas pelos institutos pertencentes ao LNETI. Esta acção teve como resultado à elaboração de propostas de contratos diversos visando, no âmbito da I&D, o apoio daquele Laboratório à EDP.

A par da investigação, a EDP continuou em 1991 a recorrer a tecnologias de ponta para aplicação efectiva nos seus diversos campos de actividade. Destacam-se, como exemplos significativos:

— A conclusão da automatização das centrais da Régua e Valeira e entrada em serviço do centro de telecomando da Régua, actuando à distância em 1310 MVA;

— A automatização e telecomando da central do Fratel a partir de Castelo de Bode, o qual passou a actuar à distância sobre 500 MVA;

Deste modo, no final do ano a potência telecomandada ascendia a 2175 MVA, o que representa 70% da potência instalada no produção hidráulica, prevendo-se que em 1992 e 1994 fiquem integralmente telecomandadas todas as centrais do sistema Douro e da produção hidráulica, respectivamente.

De assinalar que os equipamentos instalados nos 3 Centros de Produção, acima referidos, foram dimensionados para suportarem o telecomando de todas as centrais hidroeléctricas actualmente em serviço e das que se prevê que entrem em exploração até ao ano 2000.

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

A EDP tem vindo a dar passos decisivos no sentido de adaptar a sua estrutura organizativa às necessidades impostas pelo esforço de modernização técnica e administrativa. Em 1991 deram-se mais alguns passos nesse sentido; destaca-se, pela sua relevância, a criação de duas novas unidades orgânicas — a Direcção de Produção e a Direcção Rede Eléctrica — a partir da cisão da unidade onde anteriormente se concentravam as respectivas actividades. Com esta medida ficaram claramente autonomizadas as diferentes áreas de negócio hoje integradas na EDP — a produção, o transporte e a distribuição — com correspondência administrativa em centros de resultados e delimitação de responsabilidades. Por outro lado, vai-se já ao encontro das grandes linhas de orientação, definidas pelo Governo, para a reestruturação do Sector da Electricidade.

Na mesma linha, é de referir a constituição dos centros de produção Douro (por fusão dos grupos de centrais Douro Internacional e Douro Nacional), Cávado-Lima (a partir do grupo de centrais Cávado) e Tejo-Mondego (por fusão dos grupos de centrais Mondego e Zêzere-Tejo). A estes novos centros corresponde uma potência instalada de 1779 MVA, 521 MVA e 826 MVA, respectivamente.

Em ligação com as transformações que têm vindo a operar-se desde 1987 nas áreas de actuação da Empresa, mantiveram-se em 1991 as linhas de orientação subjacentes ao reajustamento quantitativo e qualitativo dos Recursos Humanos.

Assim, acentuou-se a flexibilidade dos instrumentos de gestão no sentido de uma maior motivação para o desenvolvimento das carreiras individuais e procedeu-se à distribuição de uma comparticipação nos resultados do exercício de 1990 — facto que ocorreu pela primeira vez — abrangendo os trabalhadores cuja assiduidade e desempenho, nesse ano, se situaram em níveis previamente definidos.

Concluíram-se em 1991 as negociações que vinham a decorrer com o Centro Nacional de Pensões e a Caixa Geral de Aposentações/Montepio dos Servidores do Estado, no sentido de clarificar e simplificar procedimentos e ajustar a comparticipação das duas últimas entidades na constituição das pensões.

Alteraram-se os processos de selecção e a concepção das acções de formação a desenvolver em 1992, com vista a melhorar a eficácia da formação na transformação qualitativa dos Recursos Humanos.

Prosseguiu, no âmbito da Prevenção e Segurança, a actividade de sensibilização junto dos empreiteiros e, a nível internacional, salienta-se o V Encontro Luso-Espanhol de Medicina e Segurança das Empresas Eléctricas, realizado em simultâneo com a XXVIII Assembleia da AMYS em Cascais e em que foram tratados temas tão actuais como as Auditorias de Segurança e a Segurança nas Instalações face às Novas Tecnologias.

Deu-se, além disso, continuidade à participação que, na área dos Recursos Humanos, tem vindo a ser desenvolvida no âmbito de organismos internacionais (UNIPEDE, COMLEP).

Evolução de Efectivos

A prossecução de políticas de racionalização e optimização dos meios humanos explica o decréscimo do número de efectivos de 20 485 em 31.12.90 para 19 078 em 31.12.91, ou seja uma redução de 6,9% (5,6% em 1990).

Os quadros abaixo ilustram a evolução dos efectivos durante o ano de 1991 e reflectem a consistência de redimensionamento quantitativo e de alteração de estrutura profissional que se iniciou em 1987. Desde então o quadro de pessoal reduziu-se em 5900 efectivos.

EVOLUÇÃO DE EFECTIVOS

	Efectivos em 89.12.31	Efectivos em 90.12.31	Variação 89/90 (%)	1991 Movimento do Ano			Efectivos em 91.12.31	Variação 90/91 (%)
				Entradas	Saídas	Saldo		
Quadro Perman.	21 451	20 165	−6,0	105	1 487	−1 382	18 783	−6,9
Contrato a termo	253	320	26,5	—	—	−25	295	−7,8
TOTAL	21 704	20 485	−5,6			−1 407	19 078	−6,9

NÚMERO DE TRABALHADORES POR CARGOS DE DIRECÇÃO/CHEFIAS SUPERIORES E CATEGORIA PROFISSIONAL

Categoria Profissional	1991	%	1990	%	1989	%
Directores / Chefias Superiores	795	4,17	778	3,80	670	3,09
Quadros Superiores	1 151	6,03	1 254	6,12	1 264	5,82
Quadros Médios	325	1,70	307	1,50	280	1,29
Chefias Intermédias	875	4.59	933	4,55	1 026	4,73
Profissionais Altamente Qualificados	1 830	9,59	1 771	8,65	1 619	7,46
Profissionais Qualificados	5 791	30,35	6 162	30,08	6 556	30,21
Profissionais Semi-Qualificados	7 034	36,87	7 728	37,73	8 516	39,24
Profissionais Não Qualificados	982	5,15	1 232	6,01	1 520	7,00
Contratos a Termo	295	1,55	320	1,56	253	1,16
TOTAL	19 078	100,00	20 485	100,00	21 704	100,00

A estrutura etária e por sexos é dada no quadro seguinte:

ESTRUTURA ETÁRIA POR SEXO EM 91.12.31

Grupo etário (anos)	Homens	Mulheres	Total	1991 %	1990 %	1989 %
18	8	1	9			
19 a 25	187	70	257	25,74	29,45	31,90
26 a 30	952	269	1 221			
31 a 35	2 779	644	3 423			
36 a 40	3 571	613	4 184	39,21	35,56	32,40
41 a 45	2 791	505	3 296			
46 a 50	2 078	309	2 387			
51 a 55	2 054	230	2 284			
56 a 60	1 564	89	1 653	35,05	34,99	35,70
61 a 65	322	25	347			
> 65	14	3	17			
TOTAL	16 320	2 758	19 078	100,00	100,00	100,00

Fundo de Pensões

Foi de 8 234,6 mil contos a contribuição total de 1991 para o Fundo de Pensões; 977,8 são referentes às responsabilidades do ano e os restantes 7 256,8 mil contos são dotação extraordinária para cobertura de responsabilidades atribuídas a anos anteriores.

Foi possível iniciar durante o exercício de 1991 a transferência para o Fundo das responsabilidades com reformas antecipadas; concretizou-se já a transferência de um primeiro conjunto de 406 trabalhadores em situação de reforma antecipada e os restantes irão sendo transferidos à medida que as disponibilidades do Fundo o permitam.

As aplicações financeiras efectuadas pela Sociedade Gestora do Fundo tiveram, em 1991, uma taxa de rentabilidade da ordem dos 19,4%.

O Fundo, constituído no final de 1989, mas abrangendo as passagens à situação de reforma a partir de 1 de Janeiro de 1989, atinge já um montante de cerca de 18,4 milhões de contos. Este facto traduz bem o enorme esforço financeiro e a firme determinação da Empresa na cobertura das responsabilidades com pensões.

Segurança no Trabalho

Os resultados da luta contra os acidentes de trabalho apresentaram em 1991 uma melhoria sensível: 29,4 acidentes por cada mil trabalhadores, contra 30,9 no ano anterior; também no que se refere à gravidade se registou uma evolução positiva, com 0,71 dias perdidos por cada mil horas de trabalho, contra 1,05 dias em 1990.

Pese embora a morte em serviço de 2 trabalhadores, ocorrida num mesmo acidente de viação, é de referir que em 1991 foi o ano com menor número de acidentes mortais na história da Empresa.

Prosseguiu a campanha de informação e sensibilização junto dos empreiteiros, com o objectivo de acompanhar e implementar o cumprimento das Disposições sobre Medicina e Segurança dos Cadernos de Encargos e foram lançadas as bases para um novo Plano de Medicina e Segurança para construção de aproveitamentos hidroeléctricos.

Em 1991, continuaram os esforços formativos sobre segurança a todos os níveis, com particular incidência sobre os comportamentos no trabalho, com o objectivo de aumentar a prevenção e reduzir os acidentes.

Refere-se ainda a participação no estudo desenvolvido pela Associação Internacional de Segurança Social (AISS), com patrocínio da Comunidade Europeia, sobre a harmonização da legislação europeia nos trabalhos em instalações eléctricas ou na sua proximidade.

Higiene industrial

Desenvolveram-se acções de prevenção activa contra os acidentes de trabalho e doenças profissionais, através da realização de auditorias de segurança a instalações e estaleiros, com vista à detecção e correcção de situações de deficiência em matéria de higiene e segurança e à promoção da integração da segurança no trabalho.

Paralelamente prosseguiram as campanhas de prevenção passiva com base na edição de folhetos, cartazes e recomendações de segurança, tendo-se dado particular atenção à conservação, manuseamento e transporte dos equipamentos com PCB.

A análise dos acidentes e em particular a prevenção dos acidentes eléctricos constituíram objectivos essenciais nos esforços desenvolvidos pelos técnicos de prevenção e segurança, em colaboração com as hierarquias e as comissões de segurança.

Prosseguiu a campanha de divulgação de acidentes típicos em que, de forma objectiva e simplificada, se descrevem as causas e apontam as medidas correctivas apropriadas para evitar a sua repetição.

Trabalhos em tensão

Tendo como princípio servir cada vez melhor, foram homologados os procedimentos operatórios para a extensão dos TET — Trabalhos em Tensão — a todo o tipo de redes de baixa tensão e iniciou-se a preparação da regulamentação de suporte para a limpeza em tensão de postos de transformação e instalações afins.

Medicina do trabalho e medicina assistencial

A medicina do trabalho continuou a assegurar os cuidados preventivos, tendo em vista a melhoria das condições de trabalho e a vigilância e promoção da saúde dos trabalhadores.

Como indicadores mais expressivos salientam-se, 9313 exames médicos, 21 048 exames complementares, 97 visitas a locais de trabalho, 88 cursos de socorrismo e 38 acções de educação sanitária. Nestas duas últimas acções participaram 1106 trabalhadores.

Na medicina assistencial concluiram-se todos os programas de informatização dos serviços e iniciou-se a instalação do respectivo equipamento nos principais Postos Médicos.

Formação

Dentro do princípio de que a formação profissional é, por definição, um instrumento privilegiado de mudança, a actividade formativa em 1991 continuou a desenvolver-se numa óptica de rendibilização e optimização dos sistemas organizativos adoptados.

O Plano de Formação para 1992 explicita, pela 1.ª vez, as áreas e modalidades de intervenção da formação e estabelece indicadores gerais para avaliar da sua eficácia.

As acções realizadas internamente (379 cursos envolvendo 4089 participantes) incidiram, sobretudo, nas áreas com maior impacto na produtividade e na qualidade de serviço (informática, gestão, electrónica, produção termoeléctrica, distribuição).

Esta formação foi complementada por formação no exterior, com especial relevância para as novas tecnologias (FUNDETEC e EUROPACE) e para as pós-graduações em áreas técnicas (electrotecnia, política da energia e do ambiente) e de gestão (Master Business Administration).

Estas actividades, tal como em anos anteriores, beneficiaram de participações financeiras do Instituto de Emprego e Formação Profissional e do Fundo Social Europeu.

No âmbito da cooperação externa, facultaram-se 46 estágios a estudantes nacionais e estrangeiros.

Participaram, ainda, em acções formativas na EDP, 42 técnicos de empresas dos PALOP e de empresas congéneres nacionais (Regiões Autónomas) e concretizaram-se 15 missões de técnicos da EDP aos PALOP, na sequência de actividades programadas directamente pela EDP ou integradas em acções conduzidas pela empresa associada — INTERNEL.

DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO

O desenvolvimento dos Sistemas de Informação de Gestão insere-se na estratégia de modernização técnica e administrativa da Empresa que, por sua vez, vem suportando acções de reorganização funcional e de racionalização na área dos recursos humanos.

Em 1991 deram-se mais alguns passos no desenvolvimento dos referidos sistemas que, naturalmente, têm de avançar com grande determinação mas sem quebra da continuidade das funções. Assim, há que destacar, pelas suas características estruturantes e pelo forte impacto na melhoria da aproximação ao cliente, o Sistema Empresarial de Gestão Comercial (SEGEC) que foi alargado a outras áreas da Empresa depois de, no final de 1990, ter entrado em regime de ensaio num centro de distribuição; no final do ano estava coberta toda a região Sul do País e algumas áreas restritas do Norte e Centro. A resposta do Sistema e as reacções positivas dos clientes que se vão conhecendo animam a prosseguir rapidamente com o alargamento a toda a área de actuação da Empresa, esperando-se que esse alargamento esteja concluído até final de 1992.

Durante o ano de 1991, concluiu-se a implementação em toda a EDP dos sistemas periféricos do Sistema Central de Contabilidade. Do mesmo passo, aperfeiçoaram-se ou ajustaram-se esses sistemas a novas necessidades da gestão e sobretudo acentuou-se a sua fiabilidade enquanto partes de um sistema integrado. No fututo, o desenvolvimento de sistemas como os Módulos de Fornecedores, Stocks, Comercial e Pessoal centrar-se-á na intensificação da exploração de outras informações para gestão que não as que garantem a articulação ao sistema contabilístico.

Respeitando sempre o carácter integrado da informação, prosseguiu-se em 1991 com o aperfeiçoamento do Sistema de Gestão Orçamental.

Trata-se de uma ferramenta potente que há-de apoiar todo o processo complexo de orçamentação e controlo na Empresa. O respeito pela total integração com o sistema contabilístico implica que o sistema trate um enorme volume de informação; pretende-se que venha a constituir uma ferramenta de utilização *amigável* já que a orçamentação a partir dos centros de responsabilidade mais elementares obriga a uma utilização generalizada. Em 1991, fizeram-se

significativos aperfeiçoamentos no sistema, a maior parte deles decorrentes de alterações na especificação da lógica orçamental. O seu desenvolvimento prosseguirá em 1992 e será acompanhado com uma intensificação de acções de formação aos utilizadores.

Por último, regista-se o arranque em 1991 dos trabalhos para a implementação de um novo sistema com enorme relevância na Empresa. Trata-se do SIRED — Sistema Integrado de Redes de Distribuição que irá abranger as funções de planeamento, exploração e equipamento na actividade de distribuição de electricidade. Será objecto de desenvolvimento nos próximos anos, mas terá uma implementação modular que irá assegurar resultados parcelares.

EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Financiamento

Política financeira

Manteve-se o sentido de redução da dívida global que, situando-se em 1 027,2 milhões de contos no fim de 1991, diminuiu cerca de 8,2 milhões de contos relativamente ao fim do ano anterior. Esta redução decorreu, porém, de variações de sentido contrário nas componentes de mercado doméstico e de mercado externo.

Com efeito o objectivo de diminuição da dívida externa em 65 milhões de contos, fixado pelas autoridades tutelares, foi largamente ultrapassado, situando-se em cerca de 124 milhões de contos; em contrapartida, a dívida doméstica aumentou cerca de 116 milhões de contos. Houve pois uma deliberada transferência da dívida em divisas estrangeiras — na generalidade de grande volatibilidade cambial embora menos gravosa em termos de taxa de juro — para dívida em escudos, relativamente mais cara no que se refere a taxas de juro, mas mais estável.

Esta transferência qualitativa do endividamento da Empresa foi, aliás, devidamente apoiada pelo Banco de Portugal, no quadro da política macro-económica do País. Por sua vez, as extraordinárias condições de liquidez existentes no mercado nacional favoreceram a ultrapassagem do objectivo fixado.

Assim, o plano de financimento posto em prática durante o ano, além de contemplar a mobilização dos fundos necessários às actividades normais da empresa, abrangeu também um conjunto de operações financeiras destinadas a concretizar a política de redução do endividamento externo. Estas operações traduziram-se, em geral, na aceleração da amortização de empréstimos em divisas, através do seu pagamento antecipado, e na consequente contratação de novos financiamentos no mercado interno. Por outro lado, tendo ainda em vista a contenção da volatilidade cambial através de uma mais adequada composição da nossa carteira de divisas, realizaram-se duas operações cambiais de swap para escudos à taxa fixa, reformularam-se alguns contratos de empréstimos externos com o propósito de obter maior flexibilidade na sua gestão e substituíram-se empréstimos em moedas menos convenientes por operações em moedas de países da Comunidade Europeia.

Mesmo assim, apesar da redução, em termos absolutos, do montante de algumas moedas estrangeiras consideradas potencialmente geradoras, de elevado risco de câmbio, as diferenças cambiais desfavoráveis atingiram cerca de 5,1 milhões de contos. Em 1990 a variação cambial tinha sido favorável em cerca de 4,5 milhões de contos.

Financiamento global

Em resumo, a evolução do endividamento financeiro foi a seguinte:

(milhões de contos)

	Saldo em 31.12.90	Movimento em 1991		Saldo em 31.12.91
		Utilizações	Reembolsos	
Mercado Interno	410,1	256,7	140,8	526,0
Mercado Externo	625,3	156,6	280,7	501,2
	1 035,4	413,3	421,5	1 027,2

Os montantes considerados no movimento de 1991 são valores ilíquidos, compreendendo a rotação dos curtos prazos e os reembolsos antecipados de dívida externa cobertos pela utilização de novas operações de financiamento.

A diminuição da dívida global (8,2 milhões de contos) — que resultou da diferença entre a redução da dívida externa (124,1 milhões de contos) e o acréscimo na divida doméstica (115,9 milhões de contos) — veio assim confirmar a desaceleração do endividamento que se vem desenhando desde há alguns anos:

1986	+ 128,2 milhões de contos
1987	+ 98,3 milhões de contos
1988	+ 61,8 milhões de contos
1989	+ 29,0 milhões de contos
1990	— 19,3 milhões de contos
1991	— 8,2 milhões de contos

A liquidez no mercado bancário nacional tornou relativamente fácil a obtenção de fundos *frescos*. Por isso a acção da EDP incidiu fortemente na tentativa de baixa das taxas de juro e consequente redução dos encargos financeiros os quais, como se sabe, representam um factor de grande peso no custo da electricidade. Este objectivo foi atingido com assinalável sucesso, destacando-se a realização de créditos sindicados em sistema de leilão, instrumento financeiro que a EDP ajudou a introduzir no mercado nacional, tendo sido um dos primeiros utilizadores.

O acesso ao mercado de capitais, disciplinado por nova legislação a partir do início de 2.º semestre, evidenciou algumas dificuldades. Com efeito as exigências burocráticas, por um lado, e a falta de alguma regulamentação, por outro, não permitiram que o programa de endividamento obrigacionista previsto tivesse sido cumprido. Assim realizaram-se duas emissões de obrigações no montante de 30 milhões de contos, a segunda das quais, na modalidade de colocação privada, teve lugar em Dezembro já ao abrigo da nova legislação. Uma terceira emissão, por falta de disposições regulamentadoras, a que naturalmente a EDP era alheia, apenas foi realizada em Janeiro de 1992.

No mercado externo, assinala-se a contratação de empréstimos a longo prazo com o BEI, instituição que continua a ser o maior suporte financeiro da EDP, no montante de 18,3 milhões de contos, parte dos quais em euro-escudos.

O quadro seguinte mostra a repartição do financiamento global por mercados e a sua evolução no último quinquénio:

(%)

	1987	1988	1989	1990	1991
Dívida Interna	41,3	39,6	36,5	39,6	51,2
Dívida Externa	58,7	60,4	63,5	60,4	48,8

Como se constata, a política financeira seguida conduziu à modificação da estrutura da dívida por mercados, sendo agora a dívida doméstica superior à dívida externa.

No respeitante ao perfil temporal, o endividamento no final de 1991 tinha a seguinte decomposição:

(milhões de contos)

	Dívida Interna		Dívida Externa		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Médio e Longo Prazo	483,5	91,9	487,2	97,2	970,7	94,5
Curto Prazo	42,5	8,1	14,0	2,8	56,5	5,5
	526,0	51,2	501,2	48,8	1 027,2	100,0

Observa-se que em termos de prazo não houve alteração relativamente ao ano anterior, mantendo-se a elevada proporção da dívida a médio e longo prazo, naturalmente a mais adequada ao tipo de actividade da empresa.

Conforme se anotou anteriormente, uma das componentes da política financeira seguida foi a modificação estrutural do conjunto das moedas estrangeiras que compunham a dívida externa, através da sua substituição por moedas de países da CE incluindo o euro-escudo. O *cabaz* que constitui a dívida da Empresa teve nos últimos anos a seguinte evolução:

(%)

	1987	1988	1989	1990	1991
USD	23,0	20,2	24,6	21,8	9,5
JPY	31,6	21,8	9,5	8,9	14,2
CHF	12,5	22,7	21,3	19,6	11,0
CEE	**32,9**	**35,3**	**44,6**	**49,7**	**65,3**
ECU	16,6	15,4	16,7	17,6	21,8
DEM	5,0	7,9	18,4	20,2	28,6
Outras	11,3	12,0	9,5	11,9	14,9

Anota-se que a subida percentual do iene é aparente, visto resultar da reversão de uma operação de swap iniciada em 1988.

No que respeita às taxas de juro médias, a respectiva evolução foi a seguinte:

(%)

Ano	Mercado Interno	Mercado Externo	Global
1987	17,774	7,701	11,876
1988	16,365	8,071	11,365
1989	18,712	8,579	12,239
1990	19,498	8,652	13,045
1991	18,911	8,519	13,840

Esta sequência confirma que a transferência da dívida externa para dívida doméstica ocasionou juros acrescidos, embora a Empresa tenha ficado menos exposta ao risco cambial. Com efeito, as taxas de juro médias em cada um dos mercados têm vindo a baixar, relativamente ao ano anterior, mas a taxa média global tem aumentado por virtude da alteração da composição, por mercado, da dívida global.

Tesouraria

Quanto à tesouraria, assinala-se que na sua gestão se teve em conta o objectivo *saldo zero* de acordo com os princípios definidos. A contratação de linhas de crédito em conta corrente permitiu grande fluidez na utilização dos saldos disponíveis, conduzindo a assinaláveis poupanças em encargos financeiros.

No âmbito da implementação do SEGEC, foi iniciada a cobrança centralizada de recebimentos da venda de electricidade, o que perspectiva maior rapidez na circulação dos fundos, com benefícios evidentes para a gestão de tesouraria.

Apoio financeiro comunitário

Para além do financiamento normal, contratado com o Banco Europeu de Investimentos, a EDP continuou em 1991 a receber algum apoio dos fundos estruturais da Comunidade. Esse apoio teve, em relação a cada um desses fundos, a seguinte expressão:

FEDER — Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Relativamente a alguns pequenos projectos da Rede de Distribuição, aprovados em 1989, foi recebida uma comparticipação de 94 mil contos. No entanto, o apoio do FEDER é actualmente canalizado, fundamentalmente, através do PROTEDE.

PROTEDE — Programa Operacional de Transporte e Distribuição de Energia

Este programa que visa a criação de infraestruturas no domínio da Rede de Transporte e Distribuição de Energia vem contribuindo, através do sub-programa 1 — Transporte e Distribuição de Electricidade, para a realização dos objectivos de expansão da rede eléctrica bem como para a melhoria da qualidade de serviço.

Tendo sido aprovado no final de 1990, só em 1991 o programa veio a ser desenvolvido de facto, tendo sido apresentadas e homologadas 36 candidaturas, envolvendo um investimento de 47 milhões de contos e sendo a parte referente ao período 1990-91 de 23,4 milhões de contos. A comparticipação recebida atingiu o valor de 4,3 milhões de contos, cerca de 25% do total previsto no Programa.

PEDIP — Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa

As acções no âmbito deste Programa, que financia infraestruturas da Rede de Transporte e Distribuição com interesse para a indústria, conduziram à aprovação de mais 17 candidaturas, totalizando um investimento de 2,6 milhões de contos, a que deverá corresponder uma comparticipação de cerca de 1,2 milhões de contos.

Relativamente aos projectos em curso foram recebidos 2,2 milhões de contos a títulos de comparticipação.

FSE — Fundo Social Europeu

A formação realizada durante o ano desenvolveu-se, como nos anos anteriores, com o apoio do FSE e complementado com contribuições públicas do Orçamento da Segurança Social. O valor global das contribuições aprovadas atingiu 267 milhares de contos, o que reflecte um acréscimo de 31% em relação ao ano anterior, resultante de um melhor conhecimento dos mecanismos processuais exigidos e da consequente adequação da capacidade de resposta técnico-administrativa da Empresa nesta matéria.

A formação financiada visou fundamentalmente a promoção de novas possibilidades de ocupação dos trabalhadores da Empresa ligados a áreas de actividade envolvidas em reestruturações e modernizações tecnológicas, com vista à melhoria da eficiência e produtividade dos serviços.

Despesas de Investimento

Investimento do exercício; Repartição sectorial

O incessante crescimento dos consumos de electricidade leva a que a EDP tenha de dimensionar a sua capacidade de produção, transporte e distribuição para poder responder, com oportunidade e qualidade, às solicitações dos seus clientes.

O sector da electricidade tem um carácter capital intensivo, obrigando por isso à mobilização de elevados meios financeiros para responder à actividade de investimento: em 1991, as despesas de investimento ascenderam a cerca de 159 milhões de contos, incluindo encargos financeiros intercalares relativos a imobilizações em curso. A sua repartição por sectores de actividade consta do quadro seguinte:

INVESTIMENTO EM 1991 (milhares de contos)

	Custos Técnicos*	Encargos Financeiros	Total
Afecto à actividade eléctrica			
Aproveitamentos Hidroeléctricos	24 079	19 048	43 127
Centrais Termoeléctricas	33 173	8 350	41 523
Rede de Transporte	10 517	2 754	13 271
Rede de Distribuição	52 000	3 730	55 730
Outros	5 469	—	5 469
TOTAL	125 238	33 882	159 120

* Valores provisórios

O esforço de investimento reflecte as necessidades de desenvolvimento do Sistema impostas, não só pelo acentuado crescimento da procura, mas também por preocupações de qualidade de serviço que se têm traduzido no carácter prioritário atribuído ao sector da Distribuição. No entanto, as restrições globais ao investimento têm obrigado a uma grande contenção neste sector, situando os valores de investimento muito aquém das necessidades e diferindo projectos de elevada prioridade para anos seguintes.

A situação resulta ainda agravada pelo facto de os investimentos em centros produtores atingirem ainda níveis muito elevados, como se pode observar, o que decorre naturalmente, do cumprimento dos programas dos empreendimentos em curso, insusceptíveis de compressão, sob pena de ocorrência de prejuízos avultados para a Empresa e para o País.

No caso dos aproveitamentos hidroeléctricos, o que tem absorvido o maior volume de investimentos é o Alto Lindoso onde, apesar de se terem verificado algumas dificuldades nas aquisições de terrenos necessários para a albufeira, em Espanha, e na adjudicação das empreitadas de estabelecimento de vias provinciais, também em Espanha, não está em causa qualquer atraso na sua realização mantendo-se a data prevista para entrada em exploração.

Relativamente às centrais termoeléctricas, o investimento centrou-se essencialmente na central do Pego, mantendo-se também as principais datas-chave do empreendimento.

Evolução do investimento

A distribuição relativa do investimento por sectores de actividades em 1991 não apresenta alterações significativas face à distribuição já observada em 1990, como se pode verificar no quadro seguinte. Isto significa que já em 1990 houve dificuldades em levar à prática o carácter prioritário dos investimentos na Distribuição e sempre pelas mesmas razões apontadas anteriormente.

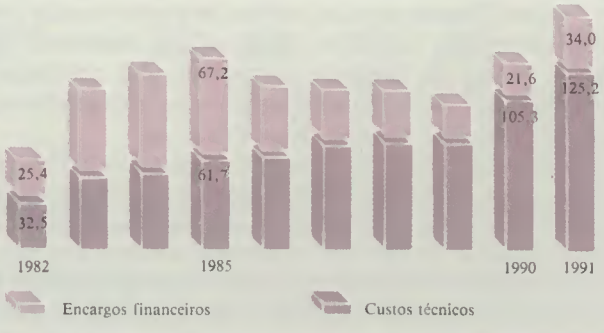
ESTRUTURA DO INVESTIMENTO, POR SECTOR DE ACTIVIDADE
CUSTOS TÉCNICOS, PREÇOS CORRENTES

Actividades	1990		1991*	
	10^3 contos	%	10^3 contos	%
ELECTRICIDADE	100 855	95,7	119 769	95,6
Produção Hidráulica	21 354	20,3	24 079	19,2
Produção Térmica	22 983	21,8	33 173	26,5
Rede de Transporte	7 447	7,1	10 517	8,4
Rede de Distribuição	49 071	46,5	52 000	41,5
OUTROS	4 474	4,3	5 469	4,4
TOTAL	105 329	100,0	125 238	100,0

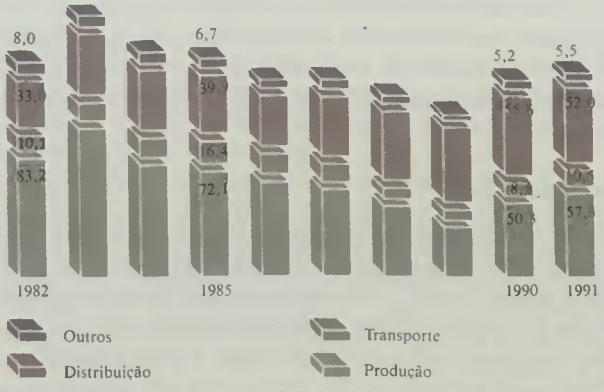
* Valores provisórios

Os gráficos juntos mostram a evolução do investimento no último decénio. No primeiro deles é bem evidente o peso dos encargos financeiros intercalares nos custos totais, embora tenham atingido a sua maior expressão relativa no investimento de 1983 a 1985. No segundo gráfico destaca-se a flutuação do investimento na produção, com uma tendência decrescente, contrastando com uma razoável estabilidade dos valores da Distribuição. A evolução na produção reflecte, naturalmente, o desenvolvimento específico dos grandes empreendimentos, com grandes *picos* de investimento nos seus programas.

INVESTIMENTO TOTAL DA EDP (milhões de contos)



INVESTIMENTO DA EDP A CUSTOS TÉCNICOS
Preços de 1991 (milhões de contos)



O investimento anual médio no decénio, a custos técnicos e a preços de 1991, foi de 126,2 milhões de contos; por sectores, o investimento médio foi de 65,0 milhões de contos na produção, 11,4 milhões na Rede de Transporte e 43,6 milhões na Distribuição.

Desinvestimento

Prosseguiram, em 1991, as acções tendentes à alienação de património imobiliário não necessário à actividade da Empresa.

Foram concretizadas, por um total de 2 315 mil contos, as vendas do terreno do Freixo e do edifício da Rua do Bolhão, ambos no Porto, que tinham sido negociadas ainda no exercício anterior. Por um total de 517 mil contos, foi também alienada uma multiplicidade de pequenas parcelas, fundamentalmente habitações, vendidas na maior parte dos casos aos seus ocupantes.

Situação Económica e Financeira em 1991

Com o exercício de 1991 completou-se um triénio após o início da execução do Programa de Recuperação Económico-Financeira apresentado ao Governo em 1988. Logo em 1989 foi possível inverter a tendência de resultados negativos que se vinha apurando nos anos anteriores; em 1990 a situação económico-financeira foi francamente positiva, embora então se tivesse observado uma contribuição muito favorável das variações cambiais e do preço dos combustíveis. Em todo o caso o exercício de 1991 confirmou o processo de recuperação e permite encarar com segurança e com prudente optimismo a evolução próxima futura da EDP.

As principais medidas adoptadas no âmbito do referido Programa encontram-se consolidadas, as mudanças operadas ou em curso têm natureza estrutural e daí justificarem-se expectativas de *performances* nos próximos exercícios pelo menos tão favoráveis como as que ocorreram em 1990/91.

Em 1991 as contas da Empresa apresentam um resultado líquido de 14,3 milhões contos após um reforço das provisões para créditos de cobrança duvidosa em cerca de 39,7 milhões de contos.

O ano de 1991 é assim o terceiro consecutivo em que a EDP apresenta resultados positivos. Além do efeito das medidas de gestão tomadas no âmbito do Programa de Recuperação Económico-Financeira, contribuíram para o bom nível de resultados do exercício o comportamento dos factores exógenos que mais directamente influenciam a exploração da Empresa, como sejam o crescimento da procura, que compensou um acréscimo tarifário inferior à inflação, o nível médio dos preços dos combustíveis, que se manteve estável em relação ao ano anterior e aos custos da função financeira cujas taxas indiciaram mesmo uma ligeira descida no final do ano.

A nível interno os esforços de gestão foram particularmente direccionados para o controle das variáveis com peso significativo na formação dos custos de exploração, tais como o pessoal, os consumos correntes de materiais e serviços, os stocks e os fluxos de tesouraria, tendo-se procurado neste último caso, eliminar todos os factores adversos à fluidez dos fluxos financeiros.

Estrutura do balanço

Como pode verificar-se no quadro e gráfico seguintes, a estrutura do balanço da EDP reflecte já a efectiva melhoria económica e financeira a que se tem vindo a assistir desde 1989 inclusivé, ano de arranque do Programa de Recuperação Económico-Financeira apresentado ao Governo em Novembro de 1988 e implementado a partir de então, embora parcialmente naquilo que carecia de apoio governamental. Estão pois ultrapassados os principais

desequilíbrios estruturais de que a Empresa enfermava, sem prejuízo de se reconhecer a continuação de um grande volume de créditos vencidos sobre clientes, sobretudo Autarquias, cuja recuperação tem sido muito lenta e obriga a Empresa a procurar financiamentos alternativos com repercussões significativas nos custos de exploração.

Apesar do continuado e crescente esforço de investimento, o nível de endividamento tem vindo a diminuir passando de 1054,8 milhões de contos em 1989 para 1027,2 milhões em 1991. Considerando ainda que a actualização cambial em 1991 foi desfavorável para a EDP em cerca de 5,1 milhões de contos, facilmente se conclui que a redução da dívida e a consequente melhoria da estrutura dos capitais da Empresa se deve em grande parte ao aumento dos recursos internos. A capacidade de gerar estes recursos decorre naturalmente das melhorias conseguidas na economia global da EDP.

Convém salientar que, apesar dos elevados montantes do endividamento, a solvabilidade total da Empresa é bastante sólida pois sempre apresentou valores que constituem uma garantia de cumprimento dos seus compromissos financeiros: de 1,42 em 1989 passou para 1,72 no balanço de 1991. Por outro lado a estrutura financeira medida pela relação *passivo de M.L.P/capitais próprios* continua a apresentar valores próximos da unidade o que representa um indicador particularmente favorável numa actividade capital-intensiva como é o caso da EDP.

BALANÇO COMPARATIVO (milhares de contos)

	1987	1988	1989	1990	1991	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Variação (%)
Activo	**1 462 267**	**1 560 154**	**1 609 418**	**1 996 427**	**2 022 336**	**1,3**
Activo Fixo	1 069 670	1 167 678	1 223 495	1 654 565	1 738 198	5,1
Outros Créditos MLP	112 510	105 782	114 712	82 090	61 932	– 24,6
Activo Circulante	280 087	286 694	271 211	259 772	222 206	– 14,5
Passivo	**1 037 041**	**1 097 625**	**1 134 891**	**1 159 657**	**1 178 910**	**1,7**
Exigível MLP	868 491	880 538	892 729	843 563	932 184	10,5
Exigível CP	168 550	217 087	242 162	316 094	246 726	– 22,2
Capitais Próprios	**425 226**	**462 529**	**474 527**	**836 770**	**843 426**	**0,8**
Passivo + Capitais Próprios	**1 462 267**	**1 560 154**	**1 609 418**	**1 996 427**	**2 022 336**	**1,3**

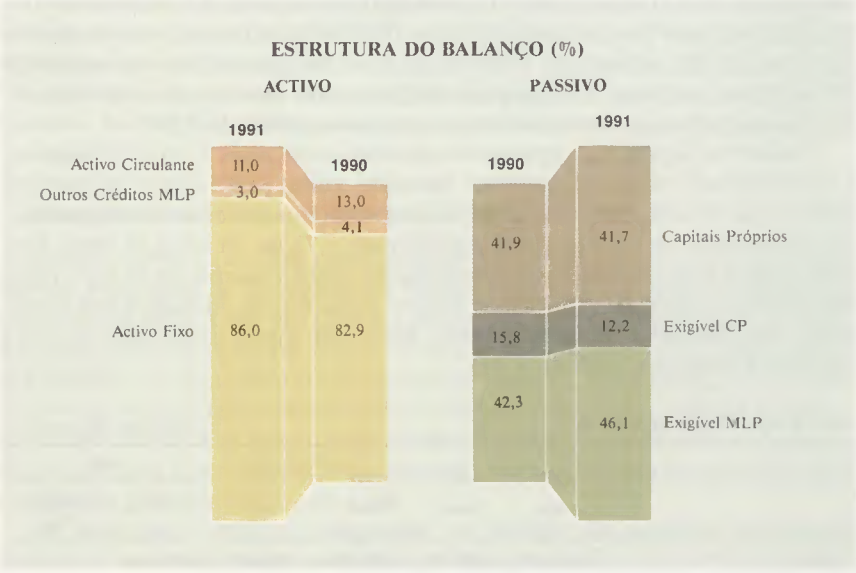
O gráfico seguinte mostra que o activo circulante, apesar de razoavelmente equilibrado com o exigível de curto prazo, tem ainda um peso excessivo no activo da Empresa. Os créditos atrasados de clientes têm aí uma influência determinante e, apesar da melhoria observada em 1991, ela teve uma expressão relativa pouco significativa face aos enormes montantes em dívida.

Considera-se por isso que o valor do crédito total sobre clientes é ainda preocupante, pois representa, em 1991, 6,5 meses de vendas. Apesar da forma determinada como se tem tentado resolver esta questão, o caso específico das Autarquias continua a ser um problema grave já que a respectiva dívida consolidada em 31 de Dezembro de 1988 apresentava ainda no final de 1991 o valor de 106,6 milhões de contos, sem incluir os juros de mora, representando mais de 26% da facturação total do ano.

As existências constituem outra variável que tem merecido especial atenção por parte da gestão. O objectivo tem sido conseguir uma redução para níveis economicamente aceitáveis, tendo em conta as condições e prazos de aprovisionamento e a necessidade de evitar rupturas nos armazéns. Em 1991 representam apenas 1,2% do total do activo, mas correspondiam ainda a 6,5 meses dos consumos no caso dos materiais diversos; os stocks de combustíveis representavam apenas 2,4 meses de consumo e traduziam a política de aprovisionamento e de segurança de abastecimento da Empresa.

Apesar da melhoria observada no nível de existências de materiais diversos em 1991, prosseguir-se-á a sua redução em 1992 tendendo para um objectivo de cerca de 3 meses de consumo.

Por último, vale a pena observar que a cobertura financeira do imobilizado é assegurada totalmente por capitais permanentes, garantindo-se deste modo o equilíbrio estrutural do financiamento da Empresa.



Custos e proveitos

O crescimento de 20,7% das vendas líquidas contribuiu significativamente para o resultado líquido de 14,3 milhões de contos apresentado nas contas de 1991.

De facto, como se mostra na conta de resultados, os proveitos inerentes ao valor acrescentado aumentaram 19,7%; e, embora os *consumos corrigidos* (custos com combustíveis, materiais, serviços, etc.) tenham aumentado um pouco mais em termos globais (21%), a verdade é que os encargos com pessoal se quedaram em 11,3% e os custos financeiros líquidos atribuíveis à actividade de exploração foram mesmo inferiores a 1990. Ora, estas duas variáveis representam só por si mais de 40% do valor dos proveitos, o que dá bem a ideia da sua influência nos resultados.

Os custos da função financeira (líquidos), incluindo as perdas cambiais do exercício, (5,1 milhões de contos) atingiram no ano cerca de 145 milhões de contos, praticamente o mesmo valor do ano anterior, dos quais 34 milhões afectaram a actividade de investimento e os restantes 111 foram custos de exploração.

O aumento dos custos com o pessoal (11,3%) ficou aquém do ajustamento de 13,5% da tabela salarial. Esta variação mostra que a redução de efectivos tem sido em grande parte compensada com a requalificação de quadros e outro pessoal especializado, para além dos efeitos decorrentes da avaliação de desempenho. Como se verá adiante, tem sido favorável a evolução de todos os indicadores de produtividade.

No total dos *consumos corrigidos*, mais de metade corresponde a despesas com combustível e importação de electricidade. Apesar da produção

de electricidade de origem térmica ter aumentado 7,1% em relação a 1990, os custos com combustíveis apenas cresceram 3,2% o que indicia um comportamento favorável do preço médio do *mixing* dos combustíveis consumidos.

A evolução dos custos com fornecimentos e serviços externos resulta essencialmente do processo de modernização da Empresa e da política de ajustamento dos recursos humanos, o que obriga, naturalmente, a um maior recurso aos serviços prestados por entidades externas à EDP.

O acréscimo verificado no consumo de materiais foi praticamente equivalente ao aumento do investimento nos sectores do transporte e da distribuição. Os materiais de armazém são quase totalmente consumidos no investimento — daí a sua forte correlação com a evolução desta actividade — pelo que não influenciam, nessa medida, os resultados de exploração.

Amortizações e provisões

As amortizações atingiram, em 1991, 74,7 milhões de contos, representando um aumento relativamente a 1990 de 30,2%. Este acréscimo deve-se ao aumento do imobilizado da empresa por via da reavaliação efectuada com referência a 31 de Dezembro de 1990, para além da entrada em exploração de novos imobilizados nas redes de transporte e distribuição.

O reforço de provisões, num total de 39,7 milhões de contos, destina-se a cobrir a totalidade dos créditos de cobrança duvidosa, aceites como tal para efeitos fiscais, e ainda um reforço adicional de 36,3 milhões de contos para cobertura de potenciais perdas associadas aos créditos sobre clientes em geral.

Correcção da hidraulicidade

Os resultados líquidos da Empresa em 1991 estão, como habitualmente, corrigidos do efeito da hidraulicidade.

O ano de 1991 foi, em termos hidrológicos, ligeiramente melhor que 1990, mas inferior à média dos regimes em 17%. De facto, o coeficiente de produtibilidade hidroeléctrica foi de 0,83, enquanto que no ano transacto se registou um coeficiente de 0,78.

Estas condições resultaram para a Empresa numa necessidade de recurso ao sistema produtor de origem térmica superior à média, com o consequente aumento dos custos de produção, em cerca de 4,9 milhões de contos. Este diferencial de custos foi compensado nas contas da Empresa, correspondendo ao diferencial da Correcção de Hidraulicidade.

Este mecanismo que tem estado em vigor na Empresa, desde há vários anos, com o objectivo de corrigir os resultados anuais do efeito dos regimes hidrológicos, foi revisto em 1991 com a publicação do Decreto-Lei 338/91 de 10 de Setembro. A alteração mais significativa tem a ver com a criação de um saldo positivo para a conta de Correcção de Hidraulicidade, dito *Nível de referência*, capaz de absorver, no futuro, os efeitos negativos correspondentes à sucessão de regimes hidrológicos mais gravosa ocorrida nos últimos 30 anos. Pretende-se assim que o saldo seja positivo com tendência para o referido nível de referência o que obriga, em cada ano, a que um custo ou um proveito da Empresa, consoante o saldo esteja abaixo ou acima do nível de referência, seja adicionado ao diferencial da Correcção de Hidraulicidade do ano.

O nível de referência do saldo em 1991, nas condições descritas, foi fixado em 61,3 milhões de contos. Como o saldo no final de 1990 era nulo, a empresa teve que suportar um custo de 6,4 milhões de contos, calculado nos termos legais, como contribuição para o nível de referência. O valor da Correcção

de Hidraulicidade do ano foi assim de 1,5 milhões de contos (6,4-4,9) que afecta nessa medida os resultados da Empresa e constitui o saldo em balança da referida conta.

CONTA DE RESULTADOS (milhares de contos)

		1987	1988	1989	1990	1991	
		Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Acresc. (%)
Vendas e Prestações de Serviços		214 992	241 424	274 068	323 902	390 912	20,69
Trabalhos para própria Empresa (a)		31 341	31 239	32 274	36 525	40 666	11,34
Produtos e trabalhos em curso		− 3 535	− 126	− 98	26	− 218	− 938,46
Outras Receitas Correntes		2 053	1 469	1 943	1 721	1 640	− 4,71
Proveitos Inerentes ao Valor Acrescentado		**244 851**	**274 006**	**308 187**	**362 174**	**433 000**	**19,56**
Compras e Importação de Electricidade		14 173	10 585	5 895	745	2 950	295,97
Combustíveis		37 467	26 203	61 739	53 949	55 677	3,20
Materiais Diversos		15 437	15 008	19 249	21 258	23 955	12,69
Correcção de Hidraulicidade		− 5 578	5 333	− 15 960	− 5 422	1 561	− 128,79
Fornecimentos e Serviços Externos (b)		15 132	12 186	14 364	19 921	25 408	27,54
Impostos Indirectos		288	296	313	424	440	3,77
Consumos Corrigidos	(−)	**76 919**	**69 611**	**85 600**	**90 875**	**109 991**	**21,04**
Valor Acrescentado Bruto	(=)	**167 932**	**204 395**	**222 587**	**271 299**	**323 009**	**19,06**
Despesas com o Pessoal	(−)	47 355	49 275	54 725	62 102	69 116	11,29
Outros Encargos de Exploração	(−)	2 975	4 539	5 248	7 723	14 143	83,13
Outros Proveitos de Exploração	(+)	7 714	314	422	231	582	151,95
Excedente Bruto de Exploração	(=)	**125 316**	**150 895**	**163 036**	**201 705**	**240 332**	**19,15**
Despesas Financeiras	(−)	147 594	163 442	164 168	195 044	213 633	9,53
Receitas Financeiras	(+)	15 493	12 978	24 979	27 069	58 704	116,87
Imputação despesas financeiras a T.P.E.	(+)	30 099	32 998	22 978	21 587	33 882	56,96
Juros FAT e Corr. Hidraul.	(+)	19 546	16 301	19 911	22 386	10 129	− 54,75
Resultados extraordinários e de exercícios anteriores	(+)	1 670	1 358	11 372	7 440	− 1 122	− 115,08
Cash-Flow	(=)	**44 530**	**51 088**	**78 108**	**85 143**	**128 292**	**50,68**
Amortizações	(−)	41 837	50 751	54 784	57 411	74 749	30,20
Provisões (Líquidas)	(−)	8 568	3 171	23 153	17 453	39 293	125,14
RESULTADO LÍQUIDO		**− 5 875**	**− 2 834**	**171**	**10 279**	**14 250**	**38,63**

(a) Sem encargos financeiros.

(b) Alteração de âmbito (P.O.C. 90).

Trabalhos para a própria empresa

Uma parte significativa do investimento de 1991 foi realizado com meios internos, cujos custos directos e indirectos são relevados contabilisticamente em trabalhos para a própria empresa.

No último quinquénio, esta componente do investimento, tem tido a seguinte expressão:

TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA (milhões de contos)

	1987	1988	1989	1990	1991
Materiais Diversos e F.S.E.	20,3	14,4	16,6	17,9	23,5
Encargos de Estrutura	11,0	16,8	15,7	18,7	17,2
Encargos Financeiros	30,1	33,0	23,0	21,5	33,9
TOTAL	61,4	64,2	55,3	58,1	74,6

Esta conta compensa em proveitos os custos respectivos, não estando, nessa medida, a afectar os resultados da actividade de exploração.

Meios financeiros libertos

No quadro seguinte apresenta-se a evolução do cash-flow da Empresa no último quinquénio. Em 1991 atingiu 128,3 milhões de contos, significando um acréscimo de 50,1% relativamente a 1990.

(milhões de contos)

	1987	1988	1989	1990	1991
Resultados Líquidos	−5,9	−2,8	0,2	10,3	14,3
Amortizações	41,8	50,7	54,8	57,4	74,7
Provisões (líquidas)	8,6	3,2	23,1	17,4	39,3
TOTAL	44,5	51,1	78,1	85,1	128,3

Alguns indicadores relevantes

No anexo estatístico deste relatório, apresentam-se alguns indicadores económico-financeiros mais relevantes que ilustram a evolução da empresa desde 1987.

Estes indicadores mostram uma clara evolução e sentido positivo, indicando que se caminha no sentido da consolidação da recuperação da Empresa, iniciada em 1987 com resultados positivos desde 1989.

É particularmente significativa a evolução dos indicadores de rentabilidade, a capacidade de autofinanciamento, a solvabilidade e os indicadores de produtividade.

A rentabilidade dos capitais próprios, embora ainda com uma percentagem modesta em 1991 (1,7%), apresenta uma variação qualitativa interessante após as taxas negativas verificadas em 1987/1988. O mesmo sentido tem sido observado nas taxas de rentabilidade económica do activo, embora estas tenham sido sempre positivas no quinquénio e até com razoável expressão por serem indiferentes à natureza do financiamento da Empresa (recursos próprios ou alheios).

Vale a pena uma nota sobre o indicador de solvabilidade; são frequentes as referências ao elevado montante da dívida de financiamento da Empresa; e é verdade que os valores são preocupantes em termos absolutos, nomeadamente pelos custos financeiros que originam e pela vulnerabilidade da sua com-

ponente externa que conduz a variações cambiais não controláveis. Mas não pode o valor da dívida ser isolado da valia patrimonial da Empresa. O indicador de solvabilidade total — relação entre o activo e o passivo exigível — tem sido sempre muito superior à unidade e atingiu em 1991 o valor de 1,7 o que mostra claramente que a Empresa tem condições para continuar a respeitar escrupulosamente os seus compromissos financeiros.

Quanto aos indicadores de produtividade, o anexo estatístico apresenta a evolução do VAB — Valor Acrescentado Bruto *per capita* e das Vendas *per capita*. Sem prejuízo de se reconhecer que a análise destes indicadores não pode ser alheada de outros igualmente relevantes para aferir da produtividade da Empresa, é de notar o salto acentuado entre 1987 e 1991 cujos valores mais que duplicaram.

Estado actual do programa de recuperação económica e financeira

O Programa de Recuperação Económica e Financeira apresentado ao Governo em Novembro de 1988 pressupunha a adopção de um conjunto de medidas que visavam a correcção de alguns desequilíbrios estruturais de que a EDP enfermava e consequentemente a sua recuperação económica e financeira.

Algumas dessas medidas dependiam de decisão governamental e só em parte foram concretizadas, através da publicação da Resolução do Conselho de Ministros 15/89 de 4 de Abril e o Decreto-Lei 103-C/89 de 4 de Abril.

Por outro lado, alguns dos pressupostos então admitidos como a inflação, as taxas de juro e os aumentos tarifários (3% acima da inflação) não se têm verificado, diminuindo significativamente o efeito das medidas adoptadas e proporcionando uma recuperação mais lenta do que a preconizada no Programa.

A recuperação das dívidas em atraso das Autarquias, o apoio dos fundos comunitários ao investimento e a compensação por tarifas degradadas, constituem áreas onde os resultados alcançados têm ficado muito aquém do que se previa no Programa.

Comparando a situação actual com o que seria expectável no referido Programa de Recuperação, verifica-se o seguinte:

— O passivo de financiamento é superior em 67 milhões de contos.

— A estrutura financeira (relação entre os capitais próprios e os capitais alheios a médio e longo prazo) é superior em 18% como consequência da reavaliação do imobilizado realizada em Dezembro de 1990 (e que não havia sido considerada no Programa).

— Os encargos financeiros líquidos são mais gravosos em 28 milhões de contos.

— Há um agravamento generalizado nos custos operacionais: pessoal, materiais diversos e fornecimentos e serviços externos, motivado essencialmente pelos níveis de inflação verificados, mais gravosos que os previstos.

— O volume de vendas é superior em 12,8% devido essencialmente às taxas de inflação bastante mais elevadas do que o previsto, apesar dos acréscimos tarifários terem sido sempre inferiores.

AUMENTO PERCENTUAL DO PREÇO DA ELECTRICIDADE E DA INFLAÇÃO (%)

	1989	1990	1991
Preço Médio	7,0	10,5	11,8
Inflação	12,8	13,4	11,4

A situação económica e financeira da Empresa revela, apesar de tudo, inequívocas melhorias que se têm vindo a acentuar desde 1989. Verifica-se, assim, que a Empresa se encontra numa fase de consolidação dessa recuperação, a qual, embora tenha vindo a decorrer a um ritmo mais lento do que aquele que se esperava no Programa de Recuperação, justifica um prudente optimismo quanto à evolução dos próximos exercícios.

O resultado económico alcançado, o nível do cash-flow e, na generalidade, o cumprimento dos objectivos pré-fixados para 1991, constituem uma forte motivação para se prosseguir com o esforço de racionalização da gestão e de cumprimento dos grandes objectivos que vão sendo definidos, no quadro estratégico da empresa

Aspectos fiscais

A EDP não usufrui de quaisquer regimes ou benefícios fiscais específicos, sendo portanto tributada em sede de IRC como qualquer outra actividade sujeita.

Não foi no entanto considerada qualquer estimativa para o imposto em 1991 pois na liquidação serão deduzidos prejuízos de exercícios anteriores que anularão totalmente a matéria colectável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do disposto no Artº 25 dos Estatutos da EDP, propõe que o resultado líquido do exercício de 1991, no valor de 14 250 431 346$00 tenha a seguinte aplicação:

Para *Anulação dos Resultados Transitados em 1991*	2 777 143 466$00
Para *Reserva Legal*	1 425 043 135$00
Para *Dividendos*	7 000 000 000$00
Para *Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes*	20 920 000$00
Para *Distribuição de Resultados aos trabalhadores*	2 005 000 000$00
Para *Reserva de Investimentos*	862 320 161$00
Para *Resultados Transitados*	160 004 584$00
	14 250 431 346$00

Nota Final

No início do exercício a que reporta este relatório foi publicado o Decreto-Lei nº 7/91 que transformou a empresa em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, e em consequência, introduziu profundas alterações nos seus Estatutos e Corpos Sociais.

Em Assembleia Geral realizada em 7 de Fevereiro de 1991 foram eleitos os membros do Conselho de Administração, que assumiu a seguinte composição: Presidente, Doutor José Manuel Castro Rocha; Vice-Presidente, Doutor Luís Filipe da Conceição Pereira; Vogais, Engenheiro José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, Engenheiro Manuel de Pinho Vaz da Silva, Engenheiro Rui de Arriaga Ferin Cunha, Engenheiro Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado e Doutor José António de Matos Taborda Farinha.

Em 5 de Novembro último o Vice-Presidente, Doutor Luís Filipe da Conceição Pereira foi chamado ao exercício das funções de Secretário de Estado da Energia e, em 22 de Dezembro, o Presidente, Doutor José Manuel Castro Rocha, apresentou a sua renúncia à continuação do exercício do cargo para que fora eleito.

Já no decurso do presente exercício, em Assembleia Geral realizada em 7 de Janeiro, foram eleitos para Presidente do Conselho de Administração o Engenheiro Joaquim Serrão da Silva Correia, para Vice-Presidente o Engenheiro Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado e para Vogal o Doutor José Manuel Machado Saldanha Bento.

No fecho do seu Relatório do Exercício de 1991 o Conselho de Administração quer deixar consignada uma palavra de especial apreço pelo empenhamento e dedicação postos pelos quadros e restantes colaboradores no exercício das suas funções, essenciais para os resultados alcançados.

O Conselho quer ainda salientar o seu agradecimento pelo apoio recebido das entidades governamentais e da Adminstração Pública em geral, e nomeadamente, pela sua influência directa nas principais acções desenvolvidas pela Empresa, dos Ministérios da Indústria e Energia e das Finanças e do Banco de Portugal. A Empresa pôde continuar a contar com a confiança e a colaboração do sistema financeiro em geral, o que se agradece.

Ao Conselho Fiscal, pela relevante e indispensável colaboração prestada, apresenta o Conselho de Administração o seu profundo reconhecimento.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1992

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Serrão da Silva Correia - Presidente
Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado - Vice-Presidente
José Filipe de Athayde Mendonça de Carvalhosa
Manuel de Pinho Vaz da Silva
Rui de Arriaga Ferin Cunha
José António de Matos Taborda Farinha
José Manuel Saldanha Bento

ERRATA

Na pág. 56

A rúbrica "custos e perdas financeiras", apresenta algumas inexactidões. Assim, a mesma deve ler-se:

144 150 449 137		133 061 655 055	
1 745 714		7 001 265 006	
57 540 376 806		17 102 771 989	
11 941 166 904		9 349 239 212	
_____	213 663 738 561	35 530 189 179	202 045 120 441
	526 123 024 461		439 252 264 244

	Onde se lê	Deve ler-se
Na pág. 54		
No total da rúbrica "Depósitos bancários e caixa" do exercício de 1990	33 982 424	33 928 424
Na pág. 75		
1ª linha	Índice de produtividade...	Índice de produtibilidade...
Ano 1990 – 9ª linha	21 919,6	21 892,6
Ano 1991 – 22ª linha	6 109	5 109

II – BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXOS

BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991

Escudos

ACTIVO

Código das Contas		Exercícios 1991 Activo Bruto	1991 Amortizações / Provisões	1991 Activo Líquido	1990 Activo Líquido
	IMOBILIZADO				
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	3 515 277 327	2 948 019 380	567 257 947	750 119 810
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	85 116 876	18 859 914	66 256 962	33 041 037
433	Propriedade industrial e outros direitos	30 256 294	750 000	29 506 294	29 506 294
434	Trespasses	12 500 000		12 500 000	12 500 00
438	Diferenças de câmbio	3 896 685	1 768 026	2 128 659	2 514 664
		3 647 047 182	2 969 397 320	677 649 862	827 681 805
	Imobilizações corpóreas:				
420	Imobilizações corpóreas (Regime DL 344-B / 82)	70 197 379 074	48 655 565 888	21 541 813 186	26 036 563 897
421	Terrenos e recursos naturais	2 687 550 109		2 687 550 109	2 788 877 221
422	Edifícios e outras construções	34 198 033 595	9 794 762 366	24 403 271 229	25 383 919 234
423	Equipamento básico	2 267 983 932 060	866 163 300 052	1 401 820 632 008	1 403 607 519 615
424	Equipamento de transporte	7 917 349 249	5 754 685 385	2 162 663 864	2 041 213 828
425	Ferramentas e utensílios	1 870 831 327	1 557 104 125	313 727 202	335 320 602
426	Equipamento administrativo	14 618 676 871	8 191 453 728	6 427 223 143	4 649 681 279
428	Diferenças de câmbio	821 340 205	32 845 901	786 494 304	348 154 125
429	Outras imobilizações corpóreas	379 822 585	204 421 886	175 400 699	162 453 419
442 + 443	Imobilizações em curso	268 362 554 919		268 362 554 919	176 896 855 755
448	Adiantamentos por conta de imobiliz. corpóreas	609 221 458		609 221 458	863 578 644
		2 669 646 691 452	940 354 139 331	1 729 292 552 121	1 643 114 137 619
	Investimentos financeiros:				
4111	Partes de capital em empresas do grupo	8 739 117 391	7 000 000 000	1 739 117 391	1 514 117 391
4112	Partes de capital em empresas associadas	230 464 000		230 464 000	215 764 000
4113 + 414 + 415	Títulos e outras aplicações financeiras	1 086 045 925	39 523 022	1 046 522 022	917 644 154
4123	Outros empréstimos concedidos				1 323 941 082
		10 055 627 316	7 039 523 903	3 016 103 413	3 971 466 627
	CIRCULANTE:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	23 818 142 406		23 818 142 406	28 813 172 949
35	Produtos e trabalhos em curso	210 943 864		210 943 864	429 325 260
37	Adiantamentos por conta de compras	531 024 693		531 024 693	11 894 332
		24 560 110 963		24 560 110 963	29 254 392 541
	Dívidas de Terceiros-Médio e Longo Prazo:				
2118	Autarquias-Dívida consolidada em 31/12/88	106 602 193 143	43 800 000 000	62 802 193 143	104 959 487 030
268991	Imobilizados em integração compensados	10 462 895 165		10 462 895 165	12 093 806 858
2689992	Défice do ex-FAT	61 931 621 108		61 931 621 108	82 089 535 746
25	Accionistas	135 045 513		135 045 513	
		179 131 754 929	43 800 000 000	135 331 754 929	199 142 829 634
	Dívidas de Terceiros - Curto prazo:				
211	Clientes c / c	82 032 444 352		82 032 444 352	83 769 999 589
212	Clientes - Títulos a receber	99 748 081		99 748 081	742 293 929
218	Clientes de cobrança duvidosa	31 186 341 611	28 379 027 357	2 807 314 254	1 621 534 414
229	Adiantamentos a fornecedores				170 724 870
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				2 569 615
24	Estado e outros entes públicos	178 198 417		178 198 417	768 178 497
262 + 266 + 267 + 268	Outros devedores	4 977 031 404	151 828 145	4 825 202 259	3 295 316 597
		118 473 763 865	28 530 856 502	89 942 907 363	90 370 617 511
	Títulos negociáveis:				
18 + 15	Outras aplicações de tesouraria	196 028 840		196 028 840	
	Depósitos bancários e caixa:				
12 + 13 + 14	Depósitos bancários	3 030 065 404		3 030 065 404	
11	Caixa	196 234 486		196 234 486	33 928 424
		3 226 299 890		3 226 299 890	33 982 424
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271	Acréscimos de proveitos	18 648 255 946		18 648 255 946	14 954 168 765
272	Custos diferidos	12 232 696 350		12 232 696 350	8 105 735 784
		30 880 952 296		30 880 952 296	23 059 904 549
	APROVEITAMENTOS DE FINS MÚLTIPLOS (parte n / afecta)				
423811	Produção hidroeléctrica	4 007 304 344		4 007 304 344	5 499 237 433
443811	Obras em curso	1 204 689 481		1 204 689 481	1 153 345 802
		5 211 993 825		5 211 993 825	6 652 583 235
	Total de Amortizações		943 363 060 554		
	Total de Provisões		79 330 856 502		
	TOTAL DO ACTIVO	3 045 030 270 558	1 022 693 917 056	2 022 336 353 502	1 996 427 541 945

DIRECÇÃO CENTRAL DE CONTABILIDADE E GESTÃO ORÇAMENTAL
O Técnico de Contas
Carlos Manuel Fernandes de Almeida Carvalho

O DIRECTOR CENTRAL DE CONTABILIDADE E GESTÃO ORÇAMENTAL
Manuel de Jesus Martins

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das Contas		Exercícios 1991	1990
	CAPITAL PRÓPRIO:		
51	Capital	250 000 000 000	250 000 000 000
56	Reservas de reavaliação	472 309 505 289	475 196 027 123
	Reservas:		
571	Reservas legais	85 482 308 998	81 084 564 391
576	Outras	23 359 505 009	21 832 313 718
59	Resultados transitados	(2 777 143 466)	(2 122 575 438)
88	Resultado líquido do exercício	14 250 431 346	10 278 621 369
		842 624 607 176	836 268 951 163
	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:		
298	Outras provisões para riscos e encargos	801 324 000	501 324 000
	DÍVIDAS A TERCEIROS — MÉDIO E LONGO PRAZO:		
231	Dívidas a instituições de crédito	730 243 118 478	685 592 249 164
2322	Empréstimos por obrigações — Não convertíveis	142 594 585 000	119 191 563 000
2625 / 6 / 82 / 3	Outros credores	10 138 476 971	8 785 664 892
2689991	Correcção de Hidraulicidade	1 462 793 064	
268995	Participações do Estado p / Aproveitamentos de Fins Múltiplos	3 957 418 000	3 957 418 000
268998	Conta de regularização — (Regime DL 344 - B / 82)	21 541 813 186	26 036 563 897
		909 938 204 699	843 563 458 953
	DÍVIDAS A TERCEIROS — CURTO PRAZO:		
231 + 12	Dívidas a instituições de crédito	152 388 263 863	230 188 344 452
2322	Empréstimos por obrigações — Não convertíveis	2 000 468 000	2 495 936 000
269	Adiantamentos por conta de vendas	375 000	75 000
221	Fornecedores c / c	13 825 487 969	9 820 793 415
228	Fornecedores — Fact. em recepção e conferência	1 053 426 024	(298 515 373)
219	Adiantamentos de clientes	257 240 708	1 345 305
2611	Fornecedores de imobilizado c / c	6 496 266 384	7 157 943 955
24	Estado e outros entes públicos	4 206 306 320	2 314 294 433
262 a 268	Outros credores	11 843 430 963	21 691 219 896
		192 071 265 231	273 371 337 083
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
273	Acréscimos de custos	54 629 994 321	42 718 063 714
274	Proveitos diferidos	22 270 958 075	4 407 032
		76 900 952 396	42 722 470 746
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	2 022 336 353 502	1 996 427 541 945

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Joaquim Serrão da Silva Correia — Presidente
Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado — Vice-Presidente
José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa
Manuel de Pinho Vaz da Silva
Rui de Arriaga Ferin Cunha
José António de Matos Taborda Farinha
José Manuel Saldanha Bento

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 1991

Escudos

CUSTOS E PERDAS

Código das Contas		Exercícios 1991		1990	
	Custo das existências vendidas e consumidas				
613	Electricidade	2 950 205 502		744 973 701	
6162	Combustíveis para produção de electricidade	55 677 112 706		53 948 614 927	
6163	Materiais diversos	23 954 871 563	82 582 189 771	21 258 365 265	75 951 953 893
62	Fornecimentos e serviços externos		25 408 210 058		19 920 747 600
	Custos com o pessoal				
	Remunerações:				
641	Remunerações dos orgãos sociais	66 492 131		53 148 094	
652	Remunerações do pessoal	43 868 518 954		39 343 886 120	
	Encargos sociais:				
643	Complemento de pensões de reforma	4 259 452 065		4 150 916 419	
644	Prémios para pensões	977 818 000		856 011 477	
645/6	Encargos s/ remunerações	11 063 395 748		9 962 464 476	
647	Custos de acção social	4 974 889 066		4 575 681 666	
648	Outros	3 905 221 320	69 115 787 284	3 160 233 860	62 102 342 112
66	Amortizações do exercício	74 749 166 829		57 410 964 035	
67	Provisões do exercício	39 694 501 690	114 443 668 519	13 674 482 325	71 085 446 360
	Impostos:				
631	Impostos indirectos	439 710 992		424 182 144	
632	Impostos directos	46 896 817		28 863 438	
65-658	Outros custos e perdas operacionais	14 094 629 983		7 693 608 256	
658	Diferenc. de correc. de hidraulic. do exerc.	6 358 192 476	20 939 430 268		8 146 653 838
	A — Custos e Perdas Operacionais		312 489 285 900		237 207 143 803
	Custos e perdas financeiras				
681	Juros	144 150 449 137		133 061 655 055	
683/4	Amortiz. e provis. de aplic. e invest. financ.	71 745 714		7 001 265 006	
685	Diferenças de câmbio	57 540 376 806		17 102 771 989	
687/8	Out. custos e perdas financ. e similares	11 941 166 904		9 349 239 212	
688	Amortiz. financ. da correc. hidraulicid.		213 663 738 561	35 530 189 179	202 045 120 441
	C — Custos e Perdas Correntes	526 123 024 461		439 252 264 244	
	Custos e perdas extraordinárias				
692	Dívidas incobráveis	315 966 318		701 093 528	
693	Perdas em existências	125 790 742		935 573 534	
694	Perdas em imobilizações	454 037 163		15 658 775	
696	Aumento de amortizações e provisões	86 153 357		501 540 221	
697	Correcções a exercícios anteriores	893 837 143		747 312 706	
691/5/8	Outros custos e perdas extraordinários	8 908 152 167	10 783 936 890	5 799 301 556	8 700 480 320
	E — Custos e Perdas do Exercício		536 906 961 351		447 952 744 564
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		0		0
	G — Custos Totais		536 906 961 351		447 952 744 564
88	Resultado líquido do exercício		14 250 431 346		10 278 621 359
	TOTAL		551 157 392 697		458 231 365 933

Resultados Operacionais	(B) - (A)	159 771 275 605	152 206 894 433
Resultados Financeiros	[(D) - (B)] - [(C) - (A)]	(144 800 990 767)	(152 588 715 473)
Resultados Correntes	(D) - (C)	14 970 284 838	(381 821 040)
Resultados Antes de Impostos	(F) - (E)	14 250 431 346	10 278 621 369
Resultado Líquido do Exercício	(F) - (G)	14 250 431 346	10 278 621 369

DIRECÇÃO CENTRAL DE CONTABILIDADE E GESTÃO ORÇAMENTAL
O Técnico de Contas
Carlos Manuel Fernandes de Almeida Carvalho

O DIRECTOR CENTRAL DE CONTABILIDADE E GESTÃO ORÇAMENTAL
Manuel de Jesus Martins

PROVEITOS E GANHOS

Código das Contas		Exercícios 1991		1990	
	Vendas				
7121	De energia eléctrica	387 120 058 767		320 533 518 732	
71-7121	Outras	1 555 528 948		1 396 738 686	
72	Prestações de serviços	2 235 569 663	390 911 157 378	1 970 917 299	323 901 174 717
	Variação da produção				
	Produtos e trabalhos em curso:				
35	Existências finais	210 943 864		429 325 260	
35	Existências iniciais	429 325 260	(218 381 396)	403 003 747	26 321 513
	Trabalhos para a própria empresa				
	Imobilizações em curso:				
754	Materiais diversos	19 570 174 237		17 794 823 190	
754	Encargos financeiros	32 816 819 306		22 332 655 957	
754	Diferenças de câmbio	1 065 146 521		(745 662 213)	
754	Outros	17 993 876 315		18 118 912 796	
757	Despesas de investig. e desenvolvimento	39 723 497			
755	Custos diferidos	2 246 816 725		138 662 104	
756	Produção interna de materiais	815 738 266	74 548 294 867	472 929 540	58 112 321 374
73	Proveitos suplementares	1 640 084 580		1 721 250 508	
74	Subsídios à exploração	282 616 729		141 882 282	
76-768	Outros proveitos e ganhos operacionais	299 335 769		89 570 888	
768	Diferenc. de correcção hidraulic. do exerc.	4 797 453 578	7 019 490 656	5 421 516 954	7 374 220 632
	B — Proveitos e Ganhos Operacionais		472 260 561 505		389 414 038 236
	Proveitos e ganhos financeiros				
784	Rendimentos de partipações de capital	1 820 580		5 172 975	
7812/5/6+783	Rendim. de tit. negoc. e out. aplic. financ.	714 505 570		1 131 152 337	
7811/3/8+786/7/8	Outros juros e proveitos similares	5 579 986 615		4 280 348 128	
785	Diferenças de câmbio favoráveis	52 407 554 305		21 653 230 594	
788	Juros s/ défice do ex-FAT	10 030 934 890		17 026 137 887	
788	Juros de correcção de hidraulicidade	97 945 834	68 832 747 794	5 360 363 047	49 456 404 968
	D — Proveitos e Ganhos Correntes		541 093 309 299		438 870 443 204
	Proveitos e ganhos extraordinários				
794	Ganhos em imobilizações	2 546 416 660		1 566 121 192	
796	Reduções de amortizações e de provisões	440 108 571		5 472 449 834	
797	Correcções a exercícios anteriores	733 376 558		224 342 003	
79-794/6/7	Outros proveitos e ganhos extraordinários	6 344 181 609	10 064 083 398	14 098 009 700	19 360 922 729
	F — PROVEITOS TOTAIS		551 157 392 697		458 231 365 933

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Joaquim Serrão da Silva Correia — Presidente
Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado — Vice-Presidente
José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa
Manuel de Pinho Vaz da Silva
Rui de Arriaga Ferin Cunha
José António de Matos Taborda Farinha
José Manuel Saldanha Bento

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

(Milhares de contos)

FUNÇÕES DE EXPLORAÇÃO		1991	1990
VENDAS LÍQUIDAS		392 504	325 881
Custos da Função Produção	(—)	118 342	88 307
Custos de Actividades Complementares	(—)	1 290	1 092
RESULTADOS INDUSTRIAIS	(=)	272 872	236 482
Custos da Função Transporte	(—)	9 973	8 836
Custos da Função Distribuição	(—)	81 218	65 424
RESULTADOS DEPOIS DA DISTRIBUIÇÃO	(=)	181 682	162 222
Custos da Função Administrativa	(—)	7 778	5 351
Custos da Função Informática	(—)	2 009	1 526
RESULTADO ANTES DA FUNÇÃO FINANCEIRA	(=)	171 895	155 345
Custos Financeiros	(—)	179 752	173 457
Proveitos Financeiros	(+)	68 833	49 455
RESULTADOS DEPOIS DA FUNÇÃO FINANCEIRA	(=)	60 976	31 343
Custos Complementares de Assistência	(—)	11 371	9 812
Reforço de Provisões	(—)	39 695	17 454
Outros Resultados	(+)	4 340	6 202
RESULTADO LÍQUIDO	(=)	14 250	10 279
FUNÇÕES DE INVESTIMENTO (TPE) (*)		74 548	58 112
Na Produção		35 351	10 203
No Tranporte		6 969	5 709
Na Distribuição		32 228	42 200

(*) Parte realizada com meios da própria empresa e parte resultante da imputação de custos internos a investimento. Não inclui as aquisições directas ao exterior de equipamentos e empreitadas para projectos de investimento.

MAPA DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS

Contos

ORIGEM DE FUNDOS			APLICAÇÃO DE FUNDOS		
Internas			**Distribuições**		
Resultados líquidos	14 250 431		Por aplicação de resultados	4 592 418	4 592 418
Amortizações e reintegr. do exercício	74 713 267		**Movimentos Financeiros a Médio e Longo Prazo**		
Variação das provisões	39 377 581		Aumentos de investimentos financeiros		
Diferencial do Ex-FAT e corr. hidraulic.	(8 568 143)		Partes de capital empresa interligadas	463 456	
Correcção de origens exercic. anteriores	(2 743 254)	117 029 882	Outras aplicações financeiras	2 084 916	2 548 372
Movimentos Financeiros Médio e Longo Prazo			Aumentos das Dívidas de Terceiros a ML/P		
Imobilizações financeiras			Accionistas	135 046	
Partes de capital em empresas interligadas	972 788		Outras aplicações	16 963	152 009
Outras aplicações financeiras	2 529 202		**Aumentos de Imobilizações**		
Diminuição das dívidas de terceiros			Trabalhos da Empresa para ela própria		
Défice do Ex-FAT (adicionais)	30 188 850		Imobilizações em curso	37 563 740	
Autarquias — dív. consolid. em 31/12/88	5 857 294		Conservação diferida	2 246 817	
Aumentos das Dívidas a Terceiros a ML/P			Aquisição de Imobilizações		
Empréstimos bancários	44 650 869		Imobilizações córporeas	6 812 870	
Empréstimos por obrigações	23 403 022		Imobilizações em curso	117 383 674	
Outros credores	1 352 812	108 954 837	Conservação diferida	326 581	
Diminuições de imobilizações			Imobilizações incorpóreas	46 339	164 380 021
Imobilizações corpóreas	655 713	655 713	**Acréscimos e Diferentes**		
Acréscimos e Diferimentos			Custos diferidos		3 713 724
Proveitos diferidos — Subs. para investim.		22 855 572	**Aumento dos Fundos Circulantes**		74 109 460
		249 496 004			249 496 004

VARIAÇÃO DOS ELEMENTOS DOS FUNDOS CIRCULANTES

Contos

ACTIVAS			PASSIVAS		
Aumentos das Existências			**Diminuições das Existências**		
Adiantamentos por conta de compras	519 131	519 131	Produtos e trabalhos em curso	218 381	
Aumentos das Dívidas de Terceiros a Curto Prazo			Combustíveis para produção de electricidade	3 084 148	
Clientes de cobranças duvidosa	3 967 114		Materiais diversos	1 910 883	5 213 412
outros devedores	1 526 132	5 493 246	**Diminuições das Dívidas de Terceiros a Curto Prazo**		
Diminuições das Dívidas de Terceiros a Curto Prazo			Clientes c/gerais	1 737 556	
Depósitos à ordem	2 077 258		Clientes - títulos a receber	642 546	
Empréstimos por obrigações - não convertíveis	495 468		Adiantamentos a fornecedores	170 725	
Empréstimos bancários	75 722 822		Estado e outros ente públicos	2 481 993	
Fornecedores de imobilizado c/c	661 678		Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	2 570	5 035 390
Outros credores	9 847 789	88 805 015	**Aumento das Dívidas a Terceiros a Curto Prazo**		
Acréscimos e Diferimentos			Adiantamentos por conta de vendas	300	
Acréscimos de proveitos	3 694 087		Fornecedores c/ gerais	4 004 695	
Outros custos diferidos	3 637	3 697 724	Fornecedores - fact. em recepção e conferência	1 351 941	
Aumentos de Disponibilidades			Adiantamentos de clientes	255 996	5 612 932
Títulos negociáveis e out. aplic. tesouraria	196 029		**Acréscimos e Diferimentos**		
Depósitos à ordem	3 030 065		Acréscimos de custos	11 911 930	
Caixa	162 306	3 388 400	Proveitos diferidos	20 392	11 932 322
		101 903 516	**Aumento dos Fundos Circulantes**		74 109 460
					101 903 516

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade, ou seja, segundo a convenção dos custos históricos (modificada pela reavaliação das imobilizações) e na base da continuidade das operações, em conformidade com os príncipios contabilísticos de prudência, especialização dos exercícios, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

2. a) Balanço

a.1) A rúbrica de *Acréscimos e Diferimentos - Proveitos Diferidos* passou a registar a partir deste exercício os Subsídios para Investimento, deixando-se portanto de o fazer na rúbrica *Reservas — Reservas Legais — Reserva para Investimento*, em virtude da transformação do estatuto jurídico da EDP de Empresa Pública para Sociedade Anónima. (De notar que só os subsídios recebidos a partir de 1 de Janeiro de 1991 serão relevados nesta rúbrica, os recebidos em datas anteriores continuam relevados na rúbrica de Reservas).

a.2) A rúbrica de *Reservas — Reservas Legais — Reserva para Investimento* deixou a partir deste exercício de registar os Subsídios para Investimento recebidos, mantendo no entanto relevados os subsídios recebidos em exercícios anteriores, pelos motivos apresentados na alínea anterior.

a.3) A rúbrica de *Reservas — Reservas Legais — Reserva Especial por Actividades Transferidas para a EDP* deixou a partir deste exercício de registar a compensação do custo das amortizações do Imobilizado do Regime do DL 344-B/82 (Imobilizado em Concessão), compensação esta que passou a ser efectuada numa Rúbrica de *Proveitos e Ganhos Extraordinários* (De notar que as compensações efectuadas em exercícios anteriores continuam relevadas na rúbrica de *Reservas*).

b) Demonstração de Resultados

A rúbrica de *Proveitos e Ganhos Extraordinários* passou a partir deste exercício a relevar a compensação do custo das amortizações do Imobilizado do Regime do DL 344-B/82 (Imobilizado em Concessão), de forma a permitir a apresentação do resultado de exercício corrigido pela relevação em custos e proveitos das amortizações e das respectivas compensações referentes a este Imobilizado.

c) Nos mapas do Balanço e da Demonstração de Resultados os valores do exercício não são comparáveis com as do exercício anterior, no que se refere às alterações enumeradas anteriomente, em virtude de as mesmas só terem sido introduzidas no presente exercício, e não terem sido efectuados ajustamentos aos valores relevados em exercícios anteriores.

3. Critérios valorimétricos adoptados

a) Imobilizações incorpóreas

Estão valorizadas ao custo de aquisição líquido das amortizações efectuadas dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.
Não se efectua a amortização de trespasses.

b) Imobilizações corpóreas

Estão valorizadas a custos de aquisição ou construção, corrigidos pelas reavaliações legalmente autorizadas, incluindo-se nos custos de aquisição ou construção os custos financeiros imputados durante o período de construção.
As imobilizações são mostradas em Balanço pelos valores líquidos das amortizações acumuladas.
As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, a taxas consistentes com a vida útil estimada dos imobilizados.

c) Investimentos financeiros

Estão valorizados ao custo, ou, ao valor reavaliado como indicado na nota 12, deduzido da respectiva amortização no caso de investimentos em imóveis, e de uma provisão de 7 milhões de contos para fazer face a perdas potenciais no caso da participação na sociedade Portuguesa de Electrometalurgia S.A.

d) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, no caso das existências adquiridas no exterior, e ao custo de produção no caso das existências produzidas internamente, sendo as saídas de armazém valorizadas ao custo médio.

e) Dívidas de e a terceiros em moeda estrangeira

Os saldos expressos em moeda estrangeira estão actualizados aos câmbios oficiais em vigor na data do Balanço. As emergentes diferenças de câmbio positivas ou negativas são contabilizadas em resultados, salvo no que respeita aos financiamentos em que são contabilizadas conforme descrito na nota 48 alínea b).

4. As cotações cambiais utilizadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira existente na data do Balanço foram as do Banco de Portugal — cotações oficiais de divisas (indicativas) em 31.12.91, conforme se indicam de seguida:

USD	134,184	JPY	1,0751
DEM	88,308	SEK	24,148
FRF	25,853	NOK	22,422
GBP	250,905	DKK	22,678
ESP	1,3865	IEP	234,546
XEU	179,309	GRD	0,76457
ITL	0,11653	CAD	116,046
MOP	16,749	ATS	12,545
NLG	78,373	FIM	32,442
BEF	4,2869	ZAR	48,942
CHF	98,889	AUD	101,980

5. Não aplicável.

6. As situações que afectam significativamente os impostos futuros são os seguintes:

a) Ao abrigo do art.º 14 do Decreto-Lei n.º 442-B/88 de 30 de Novembro, existem os seguintes prejuízos fiscais a deduzir à matéria colectável.

do exercício de 1987 a deduzir até 1992	52 519 098 contos
do exercício de 1988 a deduzir até 1993	43 666 599 contos (1)

b) Por investimentos efectuados, existem os montantes a deduzir à matéria colectável

do exercício de 1987 a deduzir até 1992	8 893 539 contos
do exercício de 1988 a deduzir até 1993	3 774 155 contos
do exercício de 1989 a deduzir até 1994	7 621 572 contos

7. O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante o exercício foi de 19 952 empregados, não existindo assalariados.

8. A conta 43.1 *Despesas de Instalação* inclui essencialmente custos com estudos e projectos.
A conta 43.2 *Despesas de Investigação e Desenvolvimento* não tem expressão na Empresa.

9. Não aplicável. Ver nota 3. alínea a)

(1) Esta verba pode subir para 71 386 213 contos se vier a ser considerado o prejuízo resultante da regularização das diferenças de câmbio, operada em 1988.

10. O movimento ocorrido na rúbrica de imobilizações e respectivas amortizações e provisões conta dos quadros seguintes:

a) Activo Bruto

Contos

Rúbricas	Saldo em 31/12/90	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo em 31/12/91
Imobilizações Incorpóreas:						
Despesas de instalação	3 305 907		15 908		193 462	3 515 277
Despesas de investigação e desenvolvimento	41 356		30 431		13 330	85 117
Propriedade industrial e outros direitos	30 256					30 256
Trespasses	12 500					12 500
Diferenças de câmbio	3 674				223	3 897
TOTAL (1)	3 393 693		46 339		207 015	3 647 047
Imobilizações Corpóreas:						
Imobiliz. (Reg. do DL 344-B/82)	75 390 622			(4 873)	(5 188 370)	70 197 379
Terrenos e recursos naturais	2 788 877		29 203	(99 286)	(31 244)	2 687 550
Edifícios e outras construções	34 437 050		116 998	(491 283)	135 269	34 198 034
Equipamento básico	2 204 025 260		2 432 032	(200 668)	65 734 612	2 271 991 236
Equipamento de transporte	7 441 259		957 237	(542 020)	60 873	7 917 349
Ferramentas e utensílios	1 774 471		95 397	(2 992)	3 955	1 870 831
Equipamento administrativo	11 471 213		3 155 643	(33 999)	25 820	14 618 677
Diferenças de câmbio	366 976				454 364	821 340
Outras imobilizações corpóreas	356 069		26 360	(2 605)	(1)	379 823
Imobilizado em curso	178 050 202		154 881 369		(63 364 326)	269 567 245
Adiantamentos por conta de imobilizações em curso	863 578		66 045		(320 402)	609 221
TOTAL (2)	2 516 965 577		161 760 284	(1 377 726)	(2 489 450)	2 674 858 685
Investimentos Financeiros:						
Partes de capital	10 053 822		463 456	(972 788)		9 544 490
Investimentos em imóveis	87 286					87 286
Outras aplicações financeiras	868 137		2 084 916	(2 529 202)		423 851
TOTAL (3)	11 009 245		2 548 372	(3 501 990)		10 055 627
TOTAL GERAL (1)+(2)+(3)	**2 531 368 515**		**164 354 995**	**(4 879 716)**	**(2 282 435)**	**2 688 561 359**

b) Amortizações e Provisões

Contos

Imobilizações	Saldos iniciais	Reforço	Regularizações	Saldos finais
Imobilizações Incorpóreas:				
48 31 - Despesas de instalação	2 555 787	392 215	17	2 948 019
48 32 - Despesas de investigação e de desenvolvimento	8 315	10 545		18 860
48 33 - Propriedade industrial e outros direitos	750			750
48 34 - Trespasses				
48 38 - Diferenças de câmbio	1 160	608		1 768
TOTAL (1)	2 566 012	403 368	17	2 969 397
Imobilizações Corpóreas:				
48 0 - Imobilizações (Reg. DL nº 344-B/82)	49 354 057	2 352 906	(3 051 398)	48 655 565
48 22 - Edifícios e outras construções	9 053 131	925 840	(184 210)	9 794 761
48 23 - Equipamentos básico	794 918 505	68 712 735	2 532 060	866 163 300
48 238 - Equipamento técnico específico	791 206 511	68 264 276	2 617 030	862 087 817
48 23811 - Produção hidroeléctrica	282 930 596	14 564 061	(15 136)	297 479 521
48 23812 - Produção termoeléctrica	148 458 282	20 376 569		168 834 851
48 2382 - Transporte	79 931 617	6 961 284	(1 264 211)	85 628 690
48 2383 - Distribuição	279 886 016	26 362 362	3 896 377	310 144 755
48 239 - Outro equipamento básico	3 711 991	448 458	(84 965)	4 075 484
48 24 - Equipamento de transporte	5 400 045	821 219	(466 579)	5 754 685
48 25 - Ferramentas e utensílios	1 439 150	116 147	1 808	1 557 105
48 26 - Equipamento administrativo	6 821 533	1 389 956	(20 035)	8 191 454
48 28 - Diferenças de câmbio	18 822	14 015	9	32 846
48 29 - Outras imobilizações corpóreas	193 616	12 980	(2 174)	204 422
TOTAL (2)	867 198 856	74 345 797	(1 190 514)	940 354 139
Investimentos Financeiros:				
48 1 - Investimentos em imóveis	37 778	1 746		39 524
49 1 - Provisão para investimentos financeiros	7 000 000			7 000 000
TOTAL (3)	7 037 778	1 746		7 039 524
TOTAL GERAL (1)+(2)+(3)	**876 802 646**	**74 750 911**	**(1 190 497)**	**950 363 060**

11. Durante o exercício foram imputados a imobilizações em fase de construção os custos financeiros relacionados com empréstimos contraídos para os financiar, constantes do quadro seguinte:

Contos

	Imobilizações	Juros de financiamento	Diferenças de câmbio
44	**- Imobilizações em curso**		
44 2	- Edifícios e outras construções	246 217	342
44 3	- Equipamentos básico	32 570 602	1 064 804
44 38	- Equipamento técnico específico	32 570 602	1 064 804
44 3811	- Produção hidroeléctrica	18 685 702	451 943
44 3812	- Produção termoeléctrica	8 189 431	160 047
44 382	- Transporte	2 481 421	272 155
48 383	- Distribuição	3 214 048	180 659
	TOTAL	**32 816 819**	**1 065 146**

12. As Imobilizações Corpóreas e os Investimentos Financeiros em imóveis foram reavaliados ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 430/78
Decreto-Lei nº 219/82
Decreto-Lei nº 399-G/84
Decreto-Lei nº 171/85
Decreto-Lei nº 118-B/86
Decreto-Lei nº 111/88
Decreto-Lei nº 49/91

13. Quadro discriminativo das reavaliações:

Escudos

	Imobilizações	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
42	**- Imobilizações Corpóreas:**			
42 0	- Imobilizações (Reg. DL nº 344-B/82)	9 340 550 732	12 201 262 454	21 541 813 186
42 1	- Terreno e recursos naturais	508 499 329	2 179 050 780	2 687 550 109
42 2	- Edifícios e outras construções	13 526 452 169	10 876 819 060	24 403 271 229
42 3	- Equipamento básico	759 254 595 533	646 573 340 819	1 405 827 936 352
42 38	- Equipamento técnico específico:	757 783 056 231	646 159 425 666	1 403 942 481 897
42 3811	- Produção hidroeléctrica	153 108 716 973	271 494 763 044	424 603 480 017
42 3812	- Produção termoeléctrica	255 913 961 945	172 805 749 727	428 719 711 672
42 382	- Transporte	78 545 720 558	48 220 722 728	126 766 443 286
42 383	- Distribuição	270 214 656 755	153 638 190 167	423 852 846 922
42 39	- Outro equipamento básico	1 471 539 302	413 915 153	1 885 454 455
42 4	- Equipamento de transporte	1 931 634 303	231 029 561	2 162 663 864
42 5	- Ferramentas e utensílios	266 966 473	46 760 729	313 727 202
42 6	- Equipamentos administrativo	5 643 971 553	783 251 590	6 427 223 143
42 8	- Diferenças de câmbio	788 494 304		788 494 304
42 9	- Outras imobilizações corpóreas	115 260 179	60 140 520	175 400 699
	TOTAL	791 376 424 575	672 951 655 513	1 464 328 080 088
41	**- Investimentos Financeiros:**			
41 4	- Investimentos em imóveis	955 152	46 806 376	47 761 582
	TOTAL	**791 377 379 727**	**672 998 461 889**	**1 464 375 841 616**

14. Caracterização das Imobilizações Corpóreas e em Curso

a) No que respeita à sua localização e afectação (valores líquidos)

Imobilizações afectas à actividade da Produção
- Hidroeléctrica ..... 567 440 898 180$00
- Termoeléctrica ..... 506 889 057 143$00
- Aproveitam. de fins múltiplos-parte não afecta ..... 5 211 993 825$00

Imobilizações afectas à actividade do Transporte ..... 142 504 570 015$00
Imobilizações afectas à actividade da Distribuição ..... 442 784 962 822$00
Imobilizações não específicas ..... 57 131 264 798$00
Imobilizações implantadas em propriedade alheia ..... 170 219 108$00
Imobilizações reversíveis ..... 9 362 658 832$00

b) No que se refere aos custos financeiros capitalizados no exercício:

Juros de financiamento ..... 32 816 819 306$00
Diferenças de câmbio ..... 1 065 146 521$00

15. Não aplicável.

16. A EDP não procede à consolidação das demonstrações financeiras, atendendo ao facto de que as empresas a incluir na consolidação de contas não apresentam um interesse de relevância material para o objectivo das contas consolidadas, que é o de dar uma imagem fiel do património, da situação financeira, bem como dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação (conforme n.º 1 do artigo 13.º e n.º 3 do artigo 16.º da 7.ª Directiva, e n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 Julho).
Os elementos referentes às empresas do grupo, empresas associadas e empresas participadas são os seguintes:

a) Empresas de Grupo:

EDINFOR, Sistemas Informáticos, S.A.
Rua Particular EDP, à Rua Cidade de Goa, Sacavém
Fracção do capital detido: 100%
Capitais Próprios: 150 000 000$00
Não dispõe de resultados pois foi constituída em 1991

Empresa Industrial do Freixo, S.A.
Lares, Vila Verde, Figueira da Foz
Fracção do capital detido: 100%
Capitais Próprios: 356 704 000$00
Resultado do exercício de 1991: 21 722 000$00

SPE — Macau, Sociedade de Assistência Técnica Empresarial, Lda.
Av. Dr. Mário Soares, 25, 1º, Compartimento 13, Macau
Fracção do capital detido: 99%
Capitais Próprios: 1 000 000$00
Não dispõe de resultados em 1990 por não ter tido actividade.
Empresa formada em 1989

INTERNEL, Projectos Internacionais de Electricidade, S.A.
Av. Estados Unidos da América, 55, 10º, Lisboa
Fracção de capital detido: 75%
Capitais Próprios: 100 000 000$00
Não dispõe de resultados pois foi constituída em 1991

Sociedade Portuguesa de Electrometalurgia, S.A.
Canas de Senhorim
Fracção do Capital detido: 70%
Capitais Próprios: 1 298 541 083$40
Resultado do exercício de 1990: (249 274 684$90)

b) Empresas associadas:

EDEL — Empresa Editorial Electrotécnica, Lda.
Rua D. Estefânia, 48, 3º, Lisboa
Fracção do Capital detido: 45,5%
Capitais Próprios: 597 577$75
Resultado do exercício de 1990: 380 629$40

ECONOLER — Sociedade de Eficiência Energética, S.A.
Rua do Bolhão, 85, 7º, Porto
Fracção do capital detido: 30%
Capitais Próprios: 80 000 000$00
Resultado do Exercício de 1990: 0$00
Empresa formada em 1990

PORTSINES — Terminal Multipurpose de Sines, S.A.
Largo do Depósito, 4, Sines
Fracção do capital detido: 20%
Capitais Próprios: 1 000 000 000$00
Resultado do exercício de 1990: 0$00
Empresa formada em 1990

c) Empresas Participadas

CCE — Centro para a Conservação de Energia
Rua de S. Domingos à Lapa, 117, 2.º Esq., Lisboa
Fracção do capital detido: 12,3%
Capitais próprios: 92 515 000$00
Resultado do exercício de 1990: (1 239 000$00)

17. Não aplicável.

18. Não aplicável.

19. Não aplicável.

20. Não aplicável.

21. Para além das dívidas de cobrança duvidosa classificadas como tal nas contas da Empresa (ver nota 23), existem outros créditos vultosos sobre Autarquias cuja persistência no tempo e dificuldades de regularização fazem recear pela existência de significativas perdas potenciais.
Para cobertura parcial desse risco, a empresa reforçou no exercício a provisão extraordinária existente em 36,3 milhões de contos.

22. Combustíveis para a produção de electricidade em trânsito ..... 313 435 618$00
Materiais diversos em trânsito ..... 232 584 217$00
Materiais diversos à guarda de terceiros ..... 37 727 401$00

23. Valor das dívidas de cobrança duvidosa

a) Clientes c/corrente — Autarquias locais — dívida consolidada reportada a 31/12/1988 — ainda sem acordo EDP/Munícipios .... 101 217 048 376$00

b) Clientes de cobrança duvidosa

b.1) Clientes com processos pendentes de execução, falência, insolvência ou em reclamação judicial ..... 14 783 072 contos

b.2) Clientes em mora superior a 6 meses
mais de 6 meses e até 12 meses ..... 2 511 983 contos
mais de 12 meses e até 18 meses ..... 1 172 805 contos
mais de 18 meses e até 24 meses ..... 632 613 contos
mais de 24 meses ..... 12 085 869 contos

24. Não aplicável.

25. Valor das dívidas de e ao pessoal da empresa:

Remunerações a pagar ao pessoal ..... 44 953 contos
Adiantamentos ao pessoal ..... 102 601 contos
Outras operações com o pessoal ..... 106 252 contos

Remunerações de 1991 a liquidar em 1992:
Encargos com férias ..... 7 647 924 contos
Prémio de assiduidade ..... 126 200 contos
Tempos suplementares de trabalho ..... 165 111 contos
Ajudas de custo ..... 148 898 contos

26. Não aplicável.

27. Não aplicável.

28. Não aplicável.

29. Valor de dívidas a terceiros a mais de 5 anos:

Empréstimos bancários mercado interno	3 819 913 contos
Empréstimos bancários mercado externo	177 161 378 contos
Empréstimos por obrigações mercado interno	18 500 000 contos
Cauções recebidas de clientes	9 283 009 contos
Outras cauções recebidas	855 468 contos

30. Não aplicável.

31. Valor global dos compromissos financeiros que não figuram em balanço:

a) Contrato de troca a termo certo (SWAP) entre a empresa e o BPI — Banco Português de Investimento, S.A. por um período de 5 anos, com a data de vencimento da operação em 14 de Maio de 1995, e os seguintes montantes de moeda específica, e taxas de juros:

montante a ceder pela Empresa	5 000 000 000$00 PTE
montante a ceder pelo BPI	27 529 098$26 ECU

Taxa de juro a pagar pela Empresa: 17,5%

Taxa de juro a pagar pelo BPI: a fixar semestralmente com base na taxa de juro em ECU equivalente à LIBOR praticada para operações em ECU no mercado interbancário.

b) Os compromissos contratuais para a aquisição de imobilizado são à data de balanço de 62 800 283 contos

c) De acordo com um estudo actuarial, a responsabilidade não reflectida no Balanço referente a compromissos relativos a pensões de reforma é a seguinte:

Para o pessoal no activo	4 411 129 contos
Para os reformados e pensionistas	42 150 540 contos

32. A responsabilidade da Empresa por garantias prestadas ascende a 336 011 contos. São constituídas na sua quase totalidade por garantias bancárias, sendo o residual constituído por cauções em dinheiro.
Estas garantias foram prestadas na quase totalidade a fornecedores, existindo ainda algumas prestadas a tribunais e alfândegas.
Não existem garantias reais.

33. Não aplicável.

34. O desdobramento das contas de provisões acumuladas, e respectivos movimentos ocorridos no exercício constam do quadro seguinte:

Escudos

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
281 - Dívidas de clientes	33 097 693 152	39 384 729 917	(303 395 712)	72 179 027 357
288 - Outras dívidas de terceiros	155 582 771	9 771 773	(13 525 399)	151 829 145
29 - Provisões para riscos e encargos	501 324 000	300 000 000		801 324 000
49 - Provisões para investimentos financeiros	7 000 000 000			7 000 000 000
TOTAL	40 754 599 923	39 694 501 690	(316 921 111)	80 132 180 502

35. Não aplicável.

36. 250 000 000 acções escriturais nominativas de 1 000$00 cada.

37. O capital é detido a 100% pelo Estado.

38. Não aplicável.

39. A variação das reservas de reavaliação ocorrida no exercício foi a seguinte:

Saldo inicial	475 196 027 123$00
Diminuição	2 886 521 834$00
Saldo final	472 309 505 289$00

40. Os movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rúbricas de capital próprio constam do quadro seguinte:

Escudos

Contas	Saldo inicial	Aumento	Diminuições	Saldo final
51 - Capital	250 000 000 000			250 000 000 000
56 - Reservas de reavaliação	475 196 027 123		(2 886 521 834)	472 309 505 289
57 - Reservas				
5711 - Reserva geral	90 454 272	1 027 862 137		1 118 316 409
5712 - Reserva para investimentos	59 656 496 828	7 550 724 867	(4 694 773 466)	62 512 448 229
5713 - Reserva para fins sociais	77 390 620	513 931 069		591 321 689
5715 - Reservas — DL 46031 / 46917	21 260 222 671			21 260 222 671
576 - Reservas por actividades transferidas para a EDP	21 823 313 718	3 880 047 503	(2 352 856 212)	23 359 505 009
59 - Resultados transitados	(2 122 575 438)	(3 530 753 517)	2 876 185 489	(2 777 143 466)
88 - Resultado líquido	10 278 621 369	14 250 431 346	(10 278 621 369)	14 250 431 346
TOTAL	836 268 951 163	23 692 243 405	(17 336 587 392)	842 624 607 176

41. A demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas consta do quadro seguinte:

Escudos

Movimentos	Electricidade	Matérias primas, subsidiárias e de consumo		Total
		Combustíveis	Materiais diversos	
Existências iniciais		13 904 748 952	14 908 423 997	28 813 172 949
Compras e prod. interna	2 950 205 502	52 705 104 399	22 261 206 622	77 916 516 523
Regularização de existências		(112 139 244)	(217 218 051)	(329 357 295)
Existências finais		10 820 601 401	12 997 541 005	23 818 142 406
Custo do exercício	2 950 205 502	55 677 112 706	23 954 871 563	82 582 189 771

42. A demonstração da variação da produção consta do quadro seguinte:

Escudos

Movimentos	Produtos e trabalhos em curso
Existências finais	210 943 864
Regularização de existências	0
Existências iniciais	429 325 260
Aumento / redução no exercício	(218 381 396)

43. Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais.

Conselho de Administração	78 292 881$00
Conselho Fiscal	5 885 508$00
TOTAL	84 178 389$00

44. A repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços, apurado nas contas 71 *Vendas* e 72 *Prestações de serviços*, por actividades e por mercados (interno e externo) é a seguinte:

a) Vendas

a.1) de Electricidade - Mercado Interno

em Alta Tensão	54 532 376 425$00
Em Média Tensão	122 804 729 909$00
em Baixa Tensão (>39,6 kVA)	25 895 747 769$00
em Baixa Tensão	176 987 509 665$00
em Baixa Tensão (Iluminação Pública)	6 899 694 999$00

a.2) de outros - Mercado Interno

Vapor	687 234 825$00
Cinzas	373 592 841$00
Materiais Diversos	494 701 282$00

b) Prestação de serviços

b.1) de Electricidade - Mercado Interno	1 037 438 298$00
b.2) Outros — Mercado Interno	
de cobranças de taxas RDP	638 501 646$00
de serviços à GDP, S.A.	407 050 043$00
de diversos	152 579 676$00

45. A demonstração dos resultados financeiros consta do quadro seguinte:

Escudos

CUSTOS E PERDAS	Exercícios		PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
	1991	1990		1991	1990
68.1 - Juros suportados	144 150 449 137	133 061 655 055	78.1 - Juros obtidos	5 002 139 080	4 473 111 580
68.3 - Amortizações de investimentos em imóveis	1 745 714	1 265 006	78.3 - Rendimentos de imóveis	19 092 860	19 129 339
68.4 - Provisões para aplicações financeiras		7 000 000 000	78.4 - Rendimentos de participação de capital	1 820 580	5 172 975
68.5 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	57 540 376 806	17 102 771 989	78.5 - Diferenças de câmbio favoráveis	52 407 554 305	21 653 230 594
68.7 - Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	28 290 995	191 160 413	78.6 - Descontos de pronto pagamento obtidos	143 336 775	175 484 230
68.8 - Outros custos e perdas financeiros	11 912 875 909	44 688 267 978	78.7 - Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	38 627 693	—
			78.8 - Outros proveitos e ganhos financeiros	11 220 176 501	23 130 276 250
Resultados financeiros	(144 800 990 767)	(152 588 715 473)			
	69 832 747 794	49 456 404 968		68 832 747 794	49 456 404 968

46. A demonstração dos resultados extraordinários consta do quadro seguinte:

Escudos

CUSTOS E PERDAS	Exercícios		PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
	1991	1990		1991	1990
69.1 - Donativos	29 669 656	21 259 840	79.1 - Restituição de impostos	9 790 321	8 051 358 397
69.2 - Dívidas incobráveis	315 966 318	701 093 528	79.2 - Recuperação de dívidas	30 882 340	29 889 660
69.3 - Perdas em existências	125 790 742	935 573 534	79.3 - Ganhos em existências	150 118 262	1 270 075 054
69.4 - Perdas em imobilizações	454 037 163	15 658 775	79.4 - Ganhos em imobilizações	2 546 416 660	1 566 121 192
69.5 - Multas e penalidades	56 010 639	2 924 553	79.5 - Benefícios de penalidades contratuais	24 888 508	12 056 085
69.6 - Aumentos de amortizações e provisões	86 153 357	501 540 221	79.6 - Reduções de amortizações e de provisões	440 108 571	3 472 449 834
69.7 - Correcções relativas a exercícios anteriores	893 837 143	747 312 706	79.7 - Correcções relativas a exercícios anteriores	733 376 558	224 342 003
69.8 - Outros custos e perdas extraordinários	8 822 471 872	5 775 117 163	79.8 - Outros proveitos e ganhos extraordinários	6 128 502 178	4 734 630 504
Resultados extraordinários	(719 853 492)	10 660 442 409			
	10 064 083 398	19 360 922 729		10 064 083 398	19 360 922 729

47. Não aplicável.

48. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

a) Correcção de Hidraulicidade e Défice do ex-FAT

A correcção de Hidraulicidade constitui um mecanismo de compensação dos custos variáveis da produção de energia eléctrica.

Em anos secos o sistema hidroeléctrico é subutilizado e os gastos de combustíveis ou a importação de electricidade aumentam significativamente. Em anos húmidos a situação inverte-se.

As tarifas são calculadas tendo em conta custos de exploração de um ano de condições hidrológicas médias.

Assim, neste contexto e para evitar distorções de grande significado nos resultados, os encargos com consumos, contabilizados na conta de exploração, são corrigidos para mais ou para menos em função da hidraulicidade ser favorável ou desfavorável.

O enquadramento legal, actual, deste mecanismo, os seus critérios de cálculo e procedimentos contabilísticos e ainda a relevação do défice do extinto Fundo de Apoio Térmico, foram estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 338/91 de 10 de Setembro, com efeitos desde o exercício de 1986.

O movimento contabilístico no exercício, foi o seguinte:

i) Correcção de Hidraulicidade

Saldo em 01.01.1991	0$00
Diferencial positivo debitado	4 797 453 578$00
Encargos financeiros debitados	97 945 834$00
Agravamento creditado (contribuição para o *nível de referência* do saldo da conta)	6 358 192 476$00
Saldo em 31.12.1991	1 462 793 064$00

ii) Défice do ex-FAT

Saldo em 01.01.1991	82 089 539 977$00
Encargos financeiros debitados	10 030 934 890$00
Adicionais à tarifa creditados	30 188 853 759$00
Saldo em 31.12.1991	61 931 621 108$00

b) Actualização Cambial dos Financiamentos

As diferenças de câmbio que resultam da actualização dos financiamentos externos para os câmbios à data do Balanço, são imputadas a *Imobilizações em Curso*, na parte atribuível ao período de construção. Mais tarde, quando os correspondentes investimentos entram em exploração, são aquelas diferenças de câmbio transferidas para *Imobilizações Corpóreas* ou *Imobilizações Incorpóreas* e como tal amortizadas. O remanescente da actualização cambial, por corresponder à exploração é considerado como resultado corrente do exercício e imputado a *Custos e Perdas Financeiras* e/ou *Proveitos e Ganhos Financeiros*, conforme se trate de diferenças de câmbio desfavoráveis ou favoráveis.

Este critério, adoptado desde o exercício de 1986, em que as diferenças de câmbio têm tratamento idêntico aos encargos financeiros, tem justificação contabilístico na especificidade do financiamento da EDP e numa mais correcta expressão patrimonial e económico-financeira da Empresa.

No corrente exercício as diferenças de câmbio decorrentes da actualização cambial dos empréstimos externos, tiveram a seguinte expressão na demonstração de resultados:

Custos e Perdas Financeiras	57 540 376 806$00
Proveitos e Ganhos Financeiros	52 407 554 305$00

O saldo foi portanto desfavorável em 5 132 882 501 $00 do qual foi imputado a investimento em curso 1 065 146 521$00.

c) Imobilizações Corpóreas — regime do DL 344-B/82

Estas imobilizações, totalizam em 31 de Dezembro de 1991:

Imobilizado	70 197 379 074$00
Amortizações	48 655 565 888$00
Valor líquido	21 541 813 186$00

Parte destes patrimónios poderão vir a ser transferidos para a propriedade da EDP para liquidação, por encontro de contas, das dívidas dos respectivos municípios.

d) As comparticipações recebidas no exercício ascendem a 22 855 572 335$00 sendo 8 112 550 119$00 de comparticipações de fundos comunitários da CEE.

e) Os subsidíos à exploração recebidos no exercício ascendem a 282 616 729$00 e referem-se a subsídios do Fundo Social Europeu e do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

f) A responsabilidade por letras descontadas é de 1 909 876 contos.

g) No exercício efectuou-se uma correcção extraordinária na Rúbrica *Resultados Transitados* resultante do ajustamento das afectações a proveitos referente a Subsídios ao Investimento, efectuadas nos exercícios de 1989 e 1990 a uma taxa de 10%, tal como definido no código do IRC, para a taxa de 3,33% utilizada na EDP e que corresponde à vida útil média dos Imobilizados da Empresa (30 anos), esta correcção ascendeu a 3 299 530 contos.

h) Para além dos encargos referidos na rúbrica custos com o pessoal, os trabalhadores da Empresa beneficiaram, em termos de contratação colectiva em vigor, de um contingente de energia eléctrica a preços reduzidos, a que corresponde um benefício total de 1 591 486 contos.

i) INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Escudos

Tipo	Saldo em 31.12.90			Aumentos			Reduções			Mais / Menos Valia	Saldo em 31.12.91			Localização		Fracção do capital detido (%)
	Quant.	Unitário	Valor	Quant.	Unitário	Valor	Quant.	Unitário	Valor		Quant.	Unitário	Valor	Entidade	Nº Dossier	
EMPRESAS DE GRUPO																
Emp. Industrial do Freixo, SARL	1 000 000	99$65	99 650 000$00								1 000 000	99$65	99 650 000$00	B.P.S. MAYOR - Po	0001 / 08 / 043135.5	100
SPE-Macau-Soc. Assist. Técnica Emp., Lda.	198 000	5$00	990 000$00								198 000	5$00	990 000$00			99,0
Soc. Port. de Electrometalurgia	1 400 327	6 008$22.3	8 413 477 390$00								1 400 327	6 008$22.3	8 413 477 390$00	B.P.S. MAYOR - Po	0001 / 08 / 043135.5	70,0
INTERNEL				75 000	1 000$00	75 000 000$00					75 000	1 000$00	75 000 000$00			75,0
EDINFOR				150 000	1 000$00	150 000 000$00					150 000	1 000$00	150 000 000$00			100
EMPRESAS ASSOCIADAS																
ECONOLER, S.A.	15 600	1 000$00	15 600 000$00	18 500	1 000$00	18 500 000$00	3 800	1 000$00	3 800 000$00		30 300	1 000$00	30 300 000$00			25,2
PORTSINES	200 000	1 000$00	200 000 000$00								200 000	1 000$00	200 000 000$00			20,0
Emp. Editor Elect. EDEL			164 000$00										164 000$00			45,5
OUTRAS EMPRESAS																
Centro p / Conservação de Energia			10 000 000$00										10 000 000$00			12,3
Inst. N. S. Encarn. (C.E.C.)	2	500$00	1 000$00								2	500$00	1 000$00		COFRE	
SONEFE-Soc. Ang. Fornec. Elect.	13 110	499$97	6 554 500$00								13 110	499$97	6 554 600$00	BESCL-Lx (13100) BPSM-Po (10)		
Coop. Cons. Pessoal CPE	10	1 000$00	10 000$00								10	1 000$00	10 000$00	BPSM-Lx	10180043135	
IPE-Inv. Particip. Empresariais, S.A.	22 810	469$36	10 706 000$00								22 810	469$36	10 706 000$00	BPSM-Po	0001 / 08 / 43135.6	
Pap. S. Paio de Oleiros			1 827$00										1 827$00			
NORPEDIP	100 000	1 000$00	100 000 000$00								100 000	1 000$00	100 000 000$00			
SULPEDIP	100 000	1 000$00	100 000 000$00								100 000	1 000$00	100 000 000$00			
AGLOMA																
Soc. Ind. Mad. Aglomerada S.A.	68 973	800$01	55 179 000$00				68 973	800$01	55 179 000$00		57 159	965$36	55 179 000$00	BESCL-Lx	101 / 520306	
SONAE INDUSTRIA-S.G.P.S., SA				57 159	965$36	55 179 000$00					72 502	999$98.8	72 501 155$00	BPSM		
Emp. Textil da Aguda, S.A.	72 502	999$98.8	72 501 155$00													
CENTRALCER	255 000	3 521$57	898 000 000$00				255 000	3 525$09	898 898 000$00	898 000$00						
Banco Português Atlântico	9 465	7 500$00	70 987 500$00	7 098			16 563	4 700$00	77 846 100$00	6 858 600$00	47 758	4 500$00	214 956 000$00			
Aliança Seguradora				47 768	4 500$00	214 956 000$00							5 000 000$00			
ADISEGI																
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS																
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA																
Obrig. Consolidado 4% - 1940	811	2 000$56	1 622 454$00								811	2 000$56	1 622 454$00	BPSM-Po	0001 / 08 / 04313	
Obrig. Consolidado 3,5% - 1941	73	997$89	72 846$00								73	997$89	72 846$00	BPSM-Po	0001 / 08 / 043135.6	
Obrig. Consol. 3% - 1942	446	829$54.7	369 978$00								446	829$54.7	369 978$00	CGD-Lx (7)	2812-DEP. OBRIG.	
														BPSM-Po (279)	0001 / 08 / 04313	
														CGD-Lx (77)	4351-DEP. OBRIG.	
														BESCL-Lx (83)	101 / 520 306	
Obrig. Consolidado 2 3/4% - 1943	2 978	673$0.47	2 004 334$00								2 978	673$04.7	2 004 334$00	CGD-Lx (28)	2812-DEP. OBRIG.	
														BPSM-Po (2200)	0001 / 08 / 043135.6	
														CGD-Lx (750)	DP. 4351	
Obrig. Emp. Est. 3% - 1902 (3.ª série)	5		7 300$00								5		7 300$00	CGD-Po	999 / DEP. OBRIG.	
OBRIG. TES. NAC. EXP / 77																
Classe V	6	1 000$00	6 000$00				6	1 000$00	6 000$00							
Classe VI	300	1 000$00	300 000$00				290	1 000$00	290 000$00		10	1 000$00	10 000$00	BESCL-Lx	101 / 520 306	
Classe VII	5	1 000$00	5 000$00								5	1 000$00	5 000$00	BESCL-Lx	101 / 520 306	
Classe VIII	230	1 000$00	230 000$00								230	1 000$00	230 000$00	BESCL-Lx	101 / 520 306	
Classe X	1.185	1 000$00	1 185 000$00								1 185	1 000$00	1 185 000$00	BESCL-Lx	101 / 520 306	
Classe XI	1 531	1 000$00	1 531 000$00								1 531	1 000$00	1 531 000$00	BESCL-Lx	101 / 520 306	
Classe XII	677 765	1 000$00	677 765 000$00				260 990	1 000$00	260 990 000$00		416 775	1 000$00	416 775 000$00	BESCL-Lx (413895) CGD-Po (2880)	101 / 520 306	
EMP. INT. AMORTIZÁVEL - 88 (2)	1 830	100 000$00	183 000 000$00	19 170	108 759$30	2 084 915 690$00	21 000	99 995$24	2 099 900 000$00	(168 015 690$00)						
OUTROS TÍTULOS																
Obrig. HEP / 51	40	950$00	38 000$00								40	950$00	38 000$00			

(1) As 68 973 acções da Agloma foram trocadas por 57 159 da NOVAPAN, por OPA de Julho / 91

2) Os títulos em referência estão temporariamente vendidos, conforme contrato-promessa de compra e venda de títulos, entre a EDP e o BCI, de 23.08.91 a 23.02.92

III – ANEXO ESTATÍSTICO

PRINCIPAIS ELEMENTOS ESTATÍSTICOS

Rúbricas	Unidades	1987	1988	1989	1990	1991*
ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE HIDROELÉCTRICA	—	**0,89**	**1,07**	**0,62**	**0,78**	**0,83**
PRODUÇÃO	**GWh**	**18 469,9**	**20 612,2**	**23 945,3**	**26 467,2**	**27 564,1**
Centrais hidroeléctricas	GWh	9 061,5	12 167,3	5 966,7	9 186,0	9 049,6
Centrais termoeléctricas	GWh	9 408,4	8 444,9	17 978,6	17 281,2	18 514,5
SALDO DE TROCAS COM O ESTRANGEIRO (a)	**GWh**	**3 024,4**	**2 390,1**	**1 164,6**	**37,1**	**92,0**
RECEPÇÃO DE OUTRAS EMPRESAS	**GWh**	**46,1**	**48,2**	**36,0**	**57,7**	**84,5**
BOMBAGEM HIDROELÉCTRICA	**GWh**	**45,3**	**98,6**	**371,8**	**209,3**	**189,8**
PRODUÇÃO E RECEPÇÃO PARA CONSUMOS	**GWh**	**21 495,1**	**22 951,9**	**24 774,1**	**26 352,7**	**27 550,8**
VENDAS DE ENERGIA ELÉCTRICA	**GWh**	**18 044,1**	**19 324,2**	**20 658,4**	**21 919,6**	**23 201,9**
A outros distribuidores	GWh	1 573,9	1 499,5	1 104,1	1 142,5	1 200,0
A consumidores especiais	GWh	1 392,6	1 555,4	1 583,1	1 627,1	1 173,2
A consumidores directos: AT/MT	GWh	8 047,4	8 387,6	9 115,9	9 526,8	10 206,6
A consumidores directos: BT	GWh	7 030,2	7 881,7	8 855,3	9 596,2	10 622,1(**)
RECEITAS DA VENDA DE ELECTRICIDADE (b)	**1 000 contos**	**225 811**	**254 276**	**293 057**	**345 403**	**417 309**
COMBUST. PARA PROD. DE ELECTRICIDADE	**1 000 contos**	**37 319**	**26 203**	**61 739**	**53 949**	**55 677**
AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA	**1 000 contos**	**12 369**	**9 234**	**5 895**	**745**	**2 950**
INVESTIMENTO TOTAL	**1 000 contos**	**112 294**	**106 959**	**96 777**	**126 915**	**161 760**
INVESTIMENTO AFECTO À ELECTRICIDADE (c)	**1 000 contos**	**108 466**	**103 976**	**93 596**	**122 125**	**155 501**
POTÊNCIA INSTALADA NAS CENTRAIS (em 31 Dez.)	**MW**	**6 155,6**	**6 228,6**	**6 599,8**	**6 623,8**	**6 621,4**
Centrais hidroeléctricas	MW	2 956,9	3 029,9	3 065,1	3 069,1	3 066,7
Centrais termoeléctricas	MW	3 198,7	3 198,7	3 534,7	3 554,7	3 554,7
POTÊNCIA MÁXIMA REFERIDA À PRODUÇÃO (d)	**MW**	**4 172**	**4 285**	**4 474**	**4 965**	**6 109**
INSTALAÇÕES EM SERVIÇO (em 31 Dez.)						
Rede de Transporte						
Subestações - Potência de transformação	MVA	11 084	11 465	11 635	12 148	13 165
Comprimento das linhas	km	5 753,3	5 767,9	5 778,3	5 832,2	5 669,8
Distribuição						
Subestações - Potência de transformação	MVA	8 803	9 131	9 317	9 879	10 112
Comprimento das linhas AT/MT	km	41 634	42 786	44 191	46 136	47 995
Cabos subterrâneos AT/MT	km	4 927	5 139	5 511	5 829	6 140
Postos de transformação - Potência instalada	MVA	5 838	6 335	6 722	7 191	7 622
Comprimento das linhas BT	km	68 388	71 754	74 505	77 138	79 069
Cabos subterrâneos BT	km	9 684	10 420	11 228	12 211	13 053
Contadores	Milhares	3 690	3 890	4 022	4 129	4 246
NÚMERO DE CONSUMIDORES	**Milhares**	**3 684,0**	**3 888,1**	**4 017,0**	**4 122,0**	**4 233,3**
Em Alta tensão / Média tensão	Milhares	12,2	12,5	12,8	13,3	13,8
Em Baixa tensão	Milhares	3 671,8	3 875,6	4 004,2	4 108,7	4 219,5
EFECTIVOS DE PESSOAL EM 31 DE DEZEMBRO	—	**23 306**	**22 816**	**21 704**	**20 485**	**19 078**

(a) - Saldo das trocas com o estrangeiro: Importação - Exportação.
(b) - Com FAT e sem *Permuta de energia eléctrica com o estrangeiro (saldo)*.
(c) - Deduzido o valor dos investimentos em aproveitamentos hidráulicos de fins múltiplos (Aguieira / Raiva e Alqueva), na parte não afecta à electricidade.
(d) - Ponta referente apenas às quartas-feiras.
(*) - Valores provisórios.
(**) - Sendo 1 194,8 GWh em BTe (potência contratada acima de 39,6 kVA).

ALGUNS INDICADORES RELEVANTES

	1987	1988	1989	1990	1991
Rendabilidade dos Capitais Próprios Result. Líquidos / Capitais Próprios (%)	– 1,38	– 0,61	0,04	1,23	1,69
Rendabilidade Económica Líquida Result. Líquido + Encargos Financeiros / Activo (%)	7,63	8,18	8,78	7,42	9,59
Rendabilidade Económica Bruta Resultado Bruto / Activo (%)	8,68	9,76	10,84	10,48	11,85
Rotação do Activo Vendas / Activo	0,15	0,15	0,17	0,16	0,19
Autonomia Financeira Capital Próprio / Activo (%)	29,06	29,62	29,47	41,89	41,67
Liquidez Geral Capitais Circulantes / Passivo Curto Prazo (%)	166,17	132,06	62,62	48,51	60,74
Estrutura Financeira Passivo MLP / Capitais Próprios (%)	204,24	190,37	188,13	100,81	110,52
Capacidade de Autofinanciamento Cash Flow / Investimento Custos Técnicos (%)	60,75	69,07	99,85	80,84	102,44
Cobertura do Imobilizado Capitais Permanentes / Activo Fixo (%)	120,92	114,99	111,73	101,53	102,11
Solvabilidade Total Activo / Passivo (%)	141,00	142,14	141,81	172,16	171,54
Prazo Médio de Recebimentos (*) Cred. Correntes Clientes / Vendas × 12	12,9	12,3	4,2	3,1	2,0
Taxa de Cobertura das Existências Totais (meses) Existências / Consumos × 12	5,3	5,7	3,6	4,6	3,7
Taxa de Cobertura de Comb. para Produção (meses) Existências / Consumos × 12	3,6	4,1	2,1	3,1	2,4
Taxa de Cobertura de Materiais Diversos (meses) Existências / Consumos × 12	9,6	8,5	8,1	8,4	6,5
V.A.B. Per-Capita (Milhares de contos) V.A.B. / Efectivos	7,21	8,96	10,26	13,24	16,75
Vendas Per-Capita (Milhares de contos) Vendas / Efectivos	9,22	10,58	12,63	15,81	20,25

(*) Em 1987 e 1988 inclui também os créditos atrasados.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS ANUAIS

Milhares de contos				Composição %	
Ano	Custos Técnicos	Encargos Financeiros	Custo Total	Custos Técnicos	Encargos Financeiros
1982	32 486	25 419	57 905	56,1	43,9
1983	50 219	57 916	108 135	46,4	53,6
1984	52 616	65 180	117 796	44,7	55,3
1985	61 712	67 237	128 949	47,9	52,1
1986	65 334	44 538	109 872	59,5	40,5
1987	73 300	38 994	112 294	65,3	34,7
1988	73 961	32 998	106 959	69,1	30,9
1989	73 799	22 978	96 777	76,3	23,7
1990	105 328	21 587	126 915	83,0	17,0
1991	125 238	33 984	159 222	78,7	21,3

FINANCIAMENTOS

contos

DESIGNAÇÃO	Saldo no início do ano (câmbio de utilização)	Movimento no exercício		Saldo no fim do exercício		Diferenças de câmbio
		Utilizações	Amortizações	Ao câmbio de utilização	Ao câmbio de 91/12/31	
MERCADO INTERNO						
Médio e Longo Prazo						
Obrigações	107 764 699	30 000 000	2 000 446	135 764 253	135 764 253	
Créditos Financeiros	259 125 418	130 636 660	56 619 468	333 142 610	333 142 610	
Cred. a Produção e Venda a Prazo	18 593 681		3 992 534	14 601 147	14 601 147	
	385 483 798	160 636 660	62 612 448	483 508 010	483 508 010	
Curto prazo						
Crédito Financeiro Bilateral	24 611 432	96 104 979	78 221 432	42 494 979	42 494 979	
	410 095 230	256 741 639	140 833 880	526 002 989	526 002 989	
MERCADO EXTERNO						
Médio e Longo Prazo						
Créditos Financeiros	502 541 787	78 466 249	139 658 948	441 349 088	462 387 437	– 21 038 349
Crédito ao Equipamento	13 531 176	4 308 092	3 068 285	14 770 983	15 986 542	– 1 215 559
Obrigações	11 754 700		3 402 800	8 351 900	8 830 800	– 478 900
	527 827 663	82 774 341	146 130 033	464 471 971	487 204 779	– 22 732 808
Curto Prazo						
Créditos Financeiros	18 982 970	28 094 622	47 077 592			
Créditos Fornecedores	16 592 693	40 254 054	42 838 363	14 008 385	14 018 667	– 10 282
	35 575 663	68 348 676	89 915 955	14 008 385	14 018 667	– 10 282
	563 403 326	151 123 017	236 045 988	478 480 356	501 223 446	– 22 743 090
TOTAL	**973 498 556**	**407 864 656**	**376 879 868**	**1 004 483 345**	**1 027 226 435**	**– 22 743 090**

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO A CUSTOS TÉCNICOS

Milhares de contos

Ano	Total	Investimento afecto a electricidade			
		Produção	Transporte	Distribuição	Total
Preços correntes					
1982	32 486	20 145	2 439	7 977	30 561
1983	50 219	31 354	3 892	12 451	47 697
1984	52 606	29 203	5 064	15 282	49 549
1985	61 712	32 939	7 490	18 228	58 657
1986	65 334	35 709	8 238	18 774	62 721
1987	73 300	36 190	7 600	25 562	69 352
1988	73 961	33 079	5 379	32 090	70 548
1989	73 799	26 132	5 458	39 293	70 883
1990	105 328	44 337	7 447	49 005	100 789
1991	125 238	57 252	10 517	52 000	119 769
Investimento médio anual	71 398	34 634	6 352	27 066	68 053
Preços de 1982					
1982	32 486	20 145	2 439	7 977	30 561
1983	40 304	21 164	3 124	9 992	34 280
1984	33 874	18 804	3 261	9 840	31 905
1985	32 721	17 485	3 971	9 665	31 101
1986	28 744	15 710	3 624	8 260	27 594
1987	28 972	14 304	3 004	10 104	27 412
1988	26 218	11 726	1 907	11 375	25 008
1989	23 113	8 184	1 709	12 306	22 199
1990	28 960	12 190	2 048	13 474	27 712
1991	30 339	13 869	2 548	12 597	29 014
Investimento médio anual	30 573	15 356	2 764	10 559	28 679

COMBUSTÍVEIS E AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA

(Atribuídos à Exploração)

	Unidades	1987	1988	1989	1990	1991
COMBUSTÍVEIS						
Quantidades						
Fuelóleo (a)	1 000 t	1 004,5	575,8	2 457,6 (c)	1 901,1	2 019
Gasóleo	1 000 kl	0,2	1,5	1,3	0,7	
Carvão Nacional	1 000 t	203,1	284,9	318,2	258,6	277
Carvão Estrangeiro	1 000 t	1 591,8	1 875,1	2 400,7 (c)	2 999,9	3 155
Valores	**1 000 contos**	**36 485,7**	**25 344,7**	**61 582,9**	**53 406,7**	**55 677,1**
Fuelóleo (a)		20 151,2	8 671,4	37 189,6 (c)	26 966,7	27 421,4
Gasóleo		5,7	38,9	31,4	18	11,5
Carvão Nacional		1 308,4	2 091,7	2 209,3	1 400	1 653,6
Carvão Estrangeiro		15 020,4	14 542,7	22 152,6	25 022	26 590,6
AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA (Import.) (b)	**1 000 contos**	**12 023,6**	**8 714,5**	**5 577,3**	**237,8**	**1 272,9**
Preços Médios						
Fuelóleo (a)	ESC/t	20 061	15 055	15 133	14 184,7	13 581,7
Gasóleo	ESC/kl	24 679	26 011	25 022	25 714,3	—
Carvão Nacional	ESC/t	6 442	7 344	6 942	6 717,3 (d)	5 969,7
Carvão Estrangeiro	ESC/t	9 436	7 756	9 228	8 340,9	8 428,1
AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA (Import.) (b)	**ESC/kWh**	**3,97**	**3,67**	**4,6**	**4,98**	**5,24**

(a) - Não inclui o consumo para produção do vapor na Central do Barreiro.
(b) - Apenas inclui electricidade paga em divisas.
(c) - Inclui o consumo em ensaios em Sines.
(d) - O preço médio está influenciado por + 337,1 milhares de contos de consumos que não foram contabilizados em 1990.

CONSUMOS DE ELECTRICIDADE SEGUNDO OS DESTINOS

Consumos Finais

Rúbricas	1991 (*)	1990	Variação 1991 / 90	
			Valor absoluto	%
NÚMERO DE CONSUMIDORES	**4 233 299**	**4 122 024**	**111 275**	**2,7**
Em alta tensão	71	71	0	0,0
Em média tensão	13 756	13 199	577	4,2
Em baixa tensão	4 219 472 (**)	4 108 754	110 718	2,7
CONSUMO DE ELECTRICIDADE (GWh)	**22 122,9**	**20 851,7**	**1 271,2**	**6,1**
Iluminação e outros usos	10 127,9	8 629,4	1 498,5	17,4
Domésticos	5 849,7	5 239,1	610,6	11,4
Não domésticos	4 278,2	3 390,3	887,9	26,2
Iluminação de edifícios do Estado, dos corpos admnistrativos, etc.	704,0	709,2	−5,2	−0,7
Cozinha e aquecimento	80,5	78,2	2,3	2,9
Usos industriais	9 566,2	9 707,7	−141,5	−1,5
Usos agrícolas	367,7	315,0	52,7	16,7
Tracção	263,6	260,2	3,4	1,3
Electroquímica e electrometalurgia	404,6	573,3	−168,7	−29,4
Iluminação pública	608,4	578,7	29,7	5,1

(*) - Valores provisórios.
(**) - Em 1991 havia 19 700 consumidores em BTe (potência contratada acima de 39,6 kVA).

BALANÇO ANUAL DA ENERGIA ELÉCTRICA

GWh

Rúbricas	Totais	
	1991 (*)	1990
PRODUÇÃO	**27 564,1**	**26 467,2**
Centrais hidroeléctricas	9 049,6	9 186,0
Centrais termoeléctricas	18 514,5	17 281,2
CONSUMOS E PERDAS NAS CENTRAIS	1 186,3	1 196,8
ENERGIA ENTRADA NA REDE	**28 174,6**	**27 061,4**
Emissão própria	26 377,8	25 270,4
Importação	1 712,3	1 733,3
Outras recepções	84,5	57,7
ENERGIA SAÍDA DA REDE (1+2+3)	**25 180,1**	**23 944,5**
1 - Venda de energia	**23 201,9**	**21 892,6**
DISTRIBUIDORES	1 200,0	1 142,5
Autarquias locais	1 124,1	1 073,6
Outros distribuidores	75,9	68,9
FORNECIMENTO DIRECTO A CONSUMIDORES	22 001,9	20 750,1
Alta e Média Tensão	11 379,8	11 153,9
Baixa Tensão	10 622,1 (**)	9 596,2
2 - Exportação	**1 620,3**	**1 696,2**
3 - Sem Receita	**357,9**	**355,7**
Bombagem hidroeléctrica	189,8	209,3
Compensação síncrona	47,1	44,8
Consumos próprios + fornecimentos gratuítos	121,0	101,6
dos quais iluminação pública	76,7	63,2
PERDAS NO TRANSPORTE E NA DISTRIBUIÇÃO	2 994,5	3 116,9

(*) - Valores provisórios.
(**) - Sendo 1 194,8 GWh em BTe (potência contratada acima de 39,6 kVA).

CONSUMOS INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS

Classes de Indústrias	1990 (GWh)			1991 (GWh)			Variação em % 1991/90		
	AT/MT	BT	TOTAL	AT/MT	BT(*)	TOTAL	AT/MT	BT	TOTAL
20 - Indústrias extractivas	281,5	5,8	287,3	301,1	6,0	307,1	7,0	2,7	6,9
31 - Indúst. de alimentação, bebidas e tabaco	794,6	145,6	940,2	718,0	147,3	865,3	−9,6	1,2	−8,0
32 - Indústrias têxteis, do vestuário e do couro	1 944,4	176,1	2 120,5	1 959,2	187,8	2 147,0	0,8	6,6	1,2
33 - Indústrias da madeira e da cortiça	477,6	71,2	548,8	503,2	76,6	579,8	5,4	7,6	5,7
34 - Ind. do papel, artes gráficas e edição de publicações	486,5	15,5	502,2	543,7	16,9	560,6	11,8	9,2	11,7
35 - Ind. químicas, dos deriv. do petróleo e do carvão e dos produtos de borracha e de plástico	1 669,6	39,8	1 709,4	1 249,5	40,6	1 290,1	−25,2	2,1	−24,5
36 - Ind. dos produtos minerais não metálicos, com excepção dos derivados do petróleo bruto e do carvão	1 534,9	55,2	1 590,1	1 559,5	53,1	1 612,6	1,6	−3,8	1,4
37 - Indústrias metalúrgicas de base	624,8	16,5	641,3	595,7	17,9	613,6	−4,7	8,7	−4,3
38 - Fabric. de prod. metálicos e de máquinas, equipamento e material de transporte	905,1	91,3	996,4	872,1	93,1	965,2	−3,6	2,0	−3,1
39 - Outras Indústrias transformadoras	211,8	148,4	360,2	224,2	145,1	369,3	5,9	−2,2	2,5
- Elevação de água para usos municipais	329,9	71,7	401,6	352,1	87,5	439,6	6,7	22,1	9,5
- Construção e obras públicas	69,1	114,3	183,4	86,3	134,3	220,6	24,9	17,5	20,3
TOTAL	9 329,8	951,2	10 281,0	8 964,6	1 006,2	9 970,8	−3,9	5,8	−3,0
Consumos agrícolas	136,5	178,5	315,0	172,9	194,8	367,7	26,7	9,1	16,7
TOTAL GERAL	9 466,3	1 129,7	10 596,0	9 137,5	1 201,0	10 338,5	−3,5	6,3	−2,4

(*) - Sendo 541,5 GWh em BTe (potência contratada acima de 39,6 kVA).

DISTRIBUIÇÃO:

INSTALAÇÕES EM SERVIÇO EM 31/12/91

Rúbrica	Direcções				Total global
	Região Norte (DODN)	Região Centro (DODC)	Região Tejo (DODT)	Região Sul (DODS)	
SUBESTAÇÕES					
Número de subestações	91	75	93	76	335
Número de transformadores	174	135	163	124	596
Potência instalada (MVA)	3 745,6	2 033,5	2 421,0	1 911,6	10 111,7
LINHAS					
(incluindo ramais em km)					
Aéreas					
AT (60/130 kV)	1 701,6	1 337,7	1 277,4	1 163,0	5 479,7
MT (< 6/10/15/30/40 kV)	12 335,8	12 052,2	8 653,2	9 474,1	42 515,3
Cabos subterrâneos					
AT (60 kV)	—	—	207,4	32,7	240,1
MT (< 6/10/15/30/40 kV)	763,6	403,6	3 466,4	1 266,4	5 900,0
POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO					
Unidades	10 764	8 626	7 624	6 358	33 372
Potência instalada (MVA)	2 633,9	1 225,1	2 253,4	1 509,6	7 622,0
REDES BT (km)					
Aéreas	33 933,3	19 852,9	11 774,6	13 508,4	79 069,2
Subterrâneas	3 853,5	766,2	5 447,4	2 985,4	13 052,5
CONTADORES (unidades)					
Em AT/MT	5 323	2 641	4 389	2 104	14 457
Em BT	1 362 967	836 510	1 280 995	751 278	4 231 750

O número de contadores da DODS é provisório e corresponde ao número de consumidores.

RESUMO DAS INSTALAÇÕES CONCLUÍDAS EM 1991

Rúbrica	Direcções				Total global
	Região Norte (DODN)	Região Centro (DODC)	Região Tejo (DODT)	Região Sul (DODS)	
SUBESTAÇÕES					
Número de subestações	5	2	3	3	13
Número de transformadores	7	2	5	5	19
Potência instalada (MVA)	154,5	40,0	63,5	58,0	316,0
LINHAS					
(incluindo ramais em km)					
Aéreas					
AT (60/130 kV)	76,6	33,3	37,6	48,1	195,5
MT (< 6/10/15/30/40 kV)	491,7	614,5	459,3	521,6	2 087,1
Cabos subterrâneos					
AT (60 kV)	—	—	0,7	—	0,7
MT (< 6/10/15/30/40 kV)	83,3	49,2	147,0	104,2	383,7
POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO					
Unidades	469	506	351	561	1 887
Potência instalada (MVA)	141,7	73,9	143,1	122,0	480,7
REDES BT (km)					
Aéreas	1 687,1	779,2	423,1	517,2	3 406,7
Subterrâneas	248,4	68,1	276,7	297,5	890,7
CONTADORES (unidades)	26 067	53 708	29 680 (*)	25 594 (**)	135 049

(*) - Saldo entre os contadores entrados e os retirados de serviço.
(**) - Saldo entre situações finais de 1990 e 1991.

IV – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas

Nos termos da lei e dos estatutos da Empresa apresentamos a V. Exas. o nosso relatório e parecer sobre as contas e o relatório de gestão do Conselho de Administração da EDP — Electricidade de Portugal, S.A., relativos ao exercício de 1991.

1. Este Conselho, que, em Janeiro p.p., deixou de contar com a valiosa colaboração do seu ex-presidente, Dr. José Manuel Machado Saldanha Bento, entretanto nomeado vogal do Conselho de Administração da EDP, acompanhou, ao longo do exercício, a gestão da Empresa, principalmente através da apreciação de relatórios contabilísticos e de esclarecimentos do Conselho de Administração sobre questões que lhe submeteu, e verificou a regularidade da escrituração e dos documentos base.

   No final do ano, examinámos atentamente o Balanço, a Demonstração de Resultados, o Anexo e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração, documentos que estão em conformidade com os registos contabilísticos, com as normas legais e estatutárias, com a legislação especificamente aplicada à EDP e com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

2. O relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração complementa os esclarecimentos dos documentos finais, refere com pormenor os aspectos mais relevantes da vida da Empresa no exercício de 1991 e perspectiva a sua evolução, salientando-se o seguinte:

   - O esforço da Empresa para adaptar a sua organização administrativa, incluindo os sistemas de informação de gestão, e de recursos humanos a uma nova filosofia de gestão empresarial, esforço que este Conselho espera que prossiga e se acentue.
   - Apesar dos financiamentos terem decrescido 8,2 milhões de contos, continua a dívida global da Empresa a mostrar em termos absolutos valores algo preocupantes.
   - Conforme o Conselho de Administração refere no seu relatório de gestão, completou-se o primeiro triénio de execução do *Plano de Recuperação Económica e Financeira*, tendo-se verificado em 1991 a continuação da melhoria da situação económica e da estrutura financeira da Empresa, evolução que, embora tenha sido mais lenta do que inicialmente previsto, a Administração espera, com prudente optimismo, que se consolide nos próximos exercícios.
   - Quanto aos objectivos fixados à Empresa em Julho último, verificou-se que:
     — foi largamente excedido, em sentido favorável, o limite mínimo estabelecido para o financiamento externo adicional líquido,
     — o financiamento adicional líquido ficou aquém do limite fixado, tendo contribuído de forma significativa para o desvio verificado, o acréscimo de investimento e a distribuição de resultados pelo Estado e pelos trabalhadores,
     — o limite fixado para investimentos a custos técnicos foi excedido, embora de maneira pouco significativa (+4,3%).

- Assinala-se que o esforço de diminuição da dívida externa, em cumprimento dos objectivos fixados, teve como consequência um ligeiro aumento dos encargos financeiros, não obstante a empresa ter conseguido obter condições e taxas de juro no mercado interno que se consideram favoráveis.

- Os resultados líquidos (14,3 milhões de contos) cresceram significativamente (+38,6%), em relação ao ano transacto, merecendo destaque:

  — O considerável aumento do valor das vendas de energia eléctrica (+20,8%), consequência quer do ajustamento tarifário, quer do acréscimo dos consumos.

  — A taxa de crescimento do custo dos combustíveis consumidos na produção de electricidade foi de mais 3,2%, a despeito de a produção térmica ter crescido 7,1%.

  — Os encargos com pessoal, cujo universo mostra uma redução de 1407 trabalhadores (–6,9%), relativamente a 1990, cresceram 11,4%, não considerando parte do reforço do Fundo de Pensões (7,3 milhões de contos) e parte das rescisões negociadas de contratos individuais de trabalho (1,8 milhões de contos).

  — O reforço da provisão para créditos de cobrança duvidosa: 39,7 milhões de contos (17,5, em 1990).

  — A dotação para constituição do nível de referência da correcção de hidraulicidade: 6,4 milhões de contos. Em 1990, vigorava outro mecanismo, tendo sido registados 35,5 milhões de contos de amortizações financeiras de C.H.

  — Fundo de Pensões: dotação de 8,2 milhões de contos e valor acumulado de 18,4 milhões de contos. Em 1991, iniciou-se a transferência para este fundo de responsabilidades com reformas antecipadas.

  — Sobrecusto das rendas de concessões: 4,9 milhões de contos.

  — O crescimento das amortizações do imobilizado: 30,2%, corresponde em parte à reavaliação do imobilizado feita com referência a 31/12/90, de acordo com o disposto no decreto-lei n.º 49/91.

3. Apreciámos o relatório de fiscalização anual elaborado pelo membro deste Conselho Fiscal, que fica fazendo parte integrante deste parecer, e a certificação legal de contas, que mereceu o nosso acordo.

4. Não tomámos conhecimento de qualquer violação da lei ou dos estatutos da Empresa.

5. Agradecemos a referência que nos foi feita no relatório de gestão do Conselho de Administração, bem como toda a colaboração que este Conselho e os Serviços contactados nos prestaram.

6. Face ao referido anteriormente, este Conselho Fiscal é de PARECER que:

   1.º Aproveis o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e o Anexo, relativos a 1991.

   2.º Aproveis a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 10 de Março de 1992.

O CONSELHO FISCAL

Dr. Sérgio Espadas, Presidente
Eng.º Manuel Luís Norton Brandão, Vogal
Dr. António de Moura Rodrigues, Vogal (ROC), em representação de J. Brandão, M. Rodrigues & Assunção, SROC.

V – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

1. Examinámos as contas da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1991, a Demonstração de Resultados de 1991 e respectivo Anexo, documentos estes que foram preparados a partir dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, mantidos em conformidade com os preceitos legais. O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas de Revisão Geral de Contas, aprovadas pela Câmara dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias.

2. No final de 1991, já não existiam responsabilidades perante o Banco Mundial. Sendo assim, deixaram de ser exigíveis as providências determinadas nos decretos-leis nºs 46 031 e 46 917 (*reserva para autofinanciamento* e *complemento de amortização financeira*).
   Contudo, considera-se conveniente que a Empresa solicite a revogação daqueles diplomas, para que, de futuro, não subsistam quaisquer dúvidas quanto à sua não aplicação.

3. É nossa convicção que os citados documentos de prestação de contas apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da Empresa em 31 de Dezembro de 1991, bem como o resultado das suas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com o disposto em legislação especificamente aplicada à EDP e nos princípios contabilísticos geralmente aceites, aplicados de uma forma consistente em relação ao exercício anterior, excepto no que respeita às alterações a que se referem as alíneas 2 b) e 48 iig), do anexo ao balanço e demonstração dos resultados, merecedoras do nosso acordo, mas que afectaram o resultado líquido do exercício em +2,4 milhões de contos e –2,1 milhões de contos, respectivamente, e os resultados transitados em –3,3 milhões de contos.

Lisboa, 9 de Março de 1992.

António de Moura Rodrigues, em representação
de J. Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção, SROC.